



República de Angola

*

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DA HUÍLA

ISCED-HUÍLA

**TEMA: O CONTRIBUTO DA IGREJA CATÓLICA NO PROCESSO
POLÍTICO DE ANGOLA (INDEPENDÊNCIA E DEMOCRACIA)
1960-1992. UM ESTUDO EXPLORATÓRIO JUNTO DA
COMUNIDADE CRISTÃ DO LUBANGO.**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ENSINO DE HISTÓRIA DE
ÁFRICA**

Autor: EUGÉNIO MADUREIRA CAMÔNGUA

Lubango, 2023



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DA HUÍLA

ISCED-HUÍLA

**TEMA: O CONTRIBUTO DA IGREJA CATÓLICA NO PROCESSO
POLÍTICO DE ANGOLA (INDEPENDÊNCIA E DEMOCRACIA)
1960-1992. UM ESTUDO EXPLORATÓRIO JUNTO DA
COMUNIDADE CRISTÃ DO LUBANGO.**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ENSINO DE HISTÓRIA DA
ÁFRICA**

Autor: EUGÉNIO MADUREIRA CAMÔNGUA

Orientador: Prof.Doutor Alfredo Vieira

Lubango, 2023

DEDICATÓRIA

Finalizada mais uma caminhada, o momento é agora de expressar a minha gratidão e satisfação, por ter cumprido mais uma etapa no meu percurso acadêmico e realização pessoal. No entanto, só a Deus cabe agradecer, uma vez que a vontade humana não seria suficiente.

Dedico esta obra aos meus progenitores João Baptista Camôngua e Joaquina Imaculada, pelo duplo papel que tiveram em prol da minha existência, educação e formação, a par dos cuidados de saúde redobrados e a alimentação que prestaram muito bem durante o tempo indelével que com eles vivi e convivi que determinou a minha afirmação como pessoa humana.

AGRADECIMENTOS

Para a conclusão deste trabalho devo o reconhecimento profundo ao professor Doutor Alfredo Vieira, que com muita paciência e valiosos conselhos, incentivou-me, dando pistas e sugestões a este mesmo material bibliográfico.

Devo igualmente gratidão eterna, aos meus progenitores por me terem ritualizado no gosto da procura do conhecimento científico, a todos os professores que ministraram aulas dos módulos contemplados pelo currículo dos mestrados em Ensino de História de África; aos colegas (Octaviano Bernardo, Guilhermino dos Santos, João Baptista Francisco, Vandesse Girão, Leonardo Tchiengo, Irmã Teresa Maliengue, Ndelesse Epifânio, Isídro Bule, Rodrigues Camilo Bastos, Francisco António, Justino Catumbela...); aos entrevistados (Catequistas Manuel Caleque e Marcos dos Santos, cirurgião Estevão Foster, as nobres personagens, Joana Njepele e Celestino Ricardo Sapalo e à Vossa Reverendíssima Dom Zacarias kamwenho); aos que me brindaram com ideias e empréstimos de obras (Padres Robert, Virgílio, Francisco e Adérito, o tio Ricardo e o irmão Manuel da Gloria); a minha família nuclear por ter me suportado (esposa e filhos) e a família extensa que sentiu o esvaziar da minha dedicação a eles.

RESUMO

Este trabalho tem como tema: “O Contributo da Igreja Católica no Processo Político de Angola (Independência e Democracia) 1960-1992. Um Estudo Exploratório Junto da Comunidade Cristã do Lubango”. É um estudo que visa o enriquecimento de abordagens ligadas à História de Angola, mas com poucas investigações ainda. Formulou-se a seguinte questão de partida: De que maneira a Igreja Católica se envolveu na história política de Angola? No percurso da investigação procurou-se apreender os traços essenciais desse contributo, partindo mesmo daquilo que é a sua experiência em todo o mundo. A decomposição do objectivo geral, gerou as acções específicas que visaram confirmar as marcas do Cristianismo na relação da religião com as políticas dos povos da Europa e da África, identificar o contributo da Igreja Católica para a independência e democracia de Angola e distinguir os aspectos bons e maus nessa acção. Também se recorreu a testemunhos de bibliotecas vivas no município do Lubango. Respeitando a natureza da investigação, isto é, o design descritivo de tipo qualitativo recorreu-se à revisão bibliográfica e a recolha de dados no terreno realizou-se por meio de um guião de questões para entrevistas que foi aplicado a seis personalidades com fortes indícios de envolvimento no assunto. Usaram-se métodos adequados a este tipo de investigação que possibilitaram chegar a conclusões consideradas satisfatórias. O estudo permitiu concluir que a Igreja Católica nesse processo teve uma prestação positiva, ímpar, e, tal contributo foi sem fronteiras, a comunidade cristã do Lubango tem este reconhecimento. Ficam assim, também, deitados por terra qualquer equívoco neste sentido.

Palavras- Chave: Igreja Católica, Política, Independência, Democracia, Angola e Lubango.

ABSTRACT

The theme of the current research study is: "The contribution of the Catholic Church in the political process of Angola (Independence and Democracy) 1960 – 1992. An exploratory study among the Christian Community in Lubango" This study aims at enriching approaches linked to the history of Angola, in which there are still a few investigations on the matter. The following starting question was formulated: How was the Catholic Church involved in political history of Angola? In the course of the investigation, an attempt to understand the essential features of these contributions was made, starting from what they have experienced all over the world. The general objective led to specific aims, such as the diagnoses of the marks of Christianity in the relationship between religion and people's policies, the identification of the Catholic Church's contribution to Angola's Independence and Democracy and a deep analyses of the good and bad aspects of this action. Testimonies of living libraries in the Municipality of Lubango were used. Respecting the nature of the investigation, which is, the descriptive design of a qualitative type, a bibliographical review was used and the data collection in the field was carried out through interviews, which were done to six personalities who have strong indications of involvement in the matter at hand. However, appropriate methods were used in this investigation, which made it possible to reach satisfactory conclusions. In general, the study showed us that the Catholic Church had a unique and positive contribution to the process. In fact, until today the christian community of Lubango has this recognition. Thus, any misconception in this sense is thrown to the ground.

Key words: *Catholic Church, Politics, Independence, Democracy, Angola and Lubango.*

Índice

DEDICATÓRIA.....	i
AGRADECIMENTOS	ii
RESUMO.....	iii
ABSTRACT	iv
INTRODUÇÃO	1
Delimitação do estudo.....	1
Motivação da escolha do tema.....	2
Importância do estudo.....	3
Pergunta de partida.....	3
Objecto de estudo	4
Objectivos.....	4
Objectivo geral	4
Objectivos específicos.....	4
Metodologia.....	4
Estrutura do trabalho.....	6
CAPÍTULO I – A IGREJA CATÓLICA E AS POLÍTICAS DOS POVOS DA EUROPA E DA ÁFRICA.	7
1.1.História do Cristianismo.....	8
1.2.O Cristianismo e o desenvolvimento dos povos da Europa e da África	12
1.3.A laicidade dos governos.....	18
1.4.A Igreja Católica e o surgimento das igrejas protestantes.....	23
1.5.A Igreja Católica em Angola	30
1.6.A evangelização em Angola	35
1.7.A Igreja Católica no Lubango	40
Conclusões do Capítulo	46

CAPÍTULO II - O CONTRIBUTO DA IGREJA CATÓLICA NO PROCESSO POLÍTICO DE ANGOLA (INDEPENDÊNCIA E DEMOCRACIA) 1960-1992...	48
2.1. A Igreja Católica na história da colonização de Angola	49
2.2. O contexto histórico e geográfico de Angola	52
2.3. O catolicismo na colónia de Angola antes de 1960	55
2.4. A Concordata e o Acordo Missionário de 1940	59
2.5. O despertar da Igreja Católica para a independência de Angola	61
2.6. Momentos marcantes na luta pela independência de Angola	65
2.7. Um aceno particular a padres no despertar da consciência pela independência	68
2.7.1. A Igreja Católica e o 4 de fevereiro de 1961	70
2.7.2. Cónego Manuel das Neves	72
2.8. A Igreja Católica e a proclamação da independência de Angola	73
2.9. A Igreja Católica e a luta pela democracia em Angola.....	76
2.10. A Igreja Católica e a guerra civil de Angola (1975-1991).....	79
2.11. A Igreja Católica no processo das negociações para a paz em Angola...	82
2.12. Resenha da segunda guerra civil em Angola	85
Conclusões do Capítulo	89
CAPÍTULO III - TESTEMUNHOS DE BIBLIOTECAS VIVAS ACERCA DO CONTRIBUTO DA IGREJA CATÓLICA NO PROCESSO POLÍTICO DE ANGOLA (INDEPENDÊNCIA E DEMOCRACIA) 1960-1992.	90
3.1. A importância das bibliotecas vivas neste contexto.....	91
3.2. A razão da indicação das personalidades (metodologia de recolha de dados)	92
3.3. Celestino Ricardo Sapalo	93
3.4. Manuel Caleque	94
3.5. Marcos José dos Santos	95
3.6. Estevão Foster	95

3.7. Dom Zacarias Camwenho	96
3.9. Joana Ndjepelle	97
Conclusão do Capítulo	98
CONCLUSÕES	99
Recomendações	1032
Referências Bibliográficas	1054
APÊNDICE	112

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Angola é o país cuja história de libertação colonial ganhou mais sentido em 1960. Sobre o povoamento antigo do território de Angola a tese mais aceite é a que indica os khoisan, sendo os grupos bantu e europeu invasores em Angola. O primeiro pela habilidade em trabalhar os metais e o segundo que só alcançou Angola no século XV, foi movido pela alegada superioridade e primazia das conquistas mais significativas da humanidade. O território angolano não sendo espaço livre caiu nesta altura numa vaga de conflitos muito activos devido à ocupação do mesmo por novos grupos que buscavam explorar recursos. Mas ao que parece, em Angola (África) o grito de exploração ainda é uma constante da sua História e está intimamente ligada à política colonial e a gestão danosa da coisa pública após a débil independência, declarada em 1975.

Esta pesquisa não foge o paradigma de outras tantas forjadas com interesse e realismo que valida, exprime e vitaliza a História que persegue a política como característica natural, transversal para os homens na sua singularidade e colectividade sem desprestigiar a instituição que esta colectividade representa. Trata-se de construir uma parte existencial de Angola movidos pela convicção de que só um povo que tem memória colectiva, não manipulada e viva do seu passado, pode transformar a condição que o aprisiona no presente e construir um mundo diferente sem saudosismos. Eis a razão de a investigação estar intitulada “O Contributo da Igreja Católica no Processo Político de Angola (Independência e Democracia) 1960-1992. Um Estudo Exploratório Junto da Comunidade Cristã do Lubango”.

Delimitação do estudo

A investigação terá em conta o período que corresponde as últimas décadas do século XX, isto é, o espaço de 1960 a 1992, focando no contributo da Igreja Católica para o processo político de Angola. A investigação é marcadamente bibliográfica, onde se procura também ractificar (querer tornar mais forte) com algumas entrevistas de pessoas que tiveram experiências práticas deste processo. Escolheram-se seis personalidades, seleccionadas tendo em conta o critério de intencionalidade.

Motivação da escolha do tema

No actual momento da política e da sociedade angolana que tenta recuperar-se das peripécias da guerra civil, com a paz que se faz efectiva há já 21 anos, os angolanos são convidados para a complexa tarefa de superar as dificuldades nas esferas da política, economia, e sócio-humanitária como forma de construir o futuro. Deste convite o foco desta investigação recaiu para a política.

Dos estudos que conferem legitimidade as preocupações que motivaram a escolha do tema, temos Costa (2010) que ao estudar a colonização e descolonização de Angola em momento algum faz menção a Igreja Católica. Neste âmbito, Hilemusinda (2019) no seu debate sobre a crise de valores em Angola repontou que os angolanos principalmente no meio rural, estão desencantados com a política por esta estar atada ao partidarismo. O desencanto de muitos angolanos na política segundo a trajetória histórica de Angola, do que se pode conferir em Pedro (2020,) está generalizado e toca de forma comprometedora o Cristianismo, e a Igreja Católica Apostólica Romana é apontada sem reservas como uma das mentoras do afastamento dos angolanos nas questões políticas.

O desempenho da Igreja Católica no processo político de Angola já mereceu a dedicação de alguns estudiosos. É o caso de Henderson (1990), Neves (1997, 2012), Shubert (2000), Chaves (2008), Cruz (2008), Kamabaya (2014), Kiala (2018), Hilemusinda (2019; 2022), entre outros. O facto de na sua maioria os autores que enquadraram no estudo da História de Angola a Igreja Católica serem sacerdotes e a historiografia de Angola ter várias abordagens entre as quais se alista; Davidson (1978), Guest (2004), Wheeler & Pelissier (2009), Mbah (2010), Gungu (2014), Miranda (2021), Nascimento (2022), entre outros, onde pouco ou nada se revela sobre a Igreja Católica, levou-nos a traduzir as seguintes lacunas na abordagem da História de Angola:

- O pouco interesse em abordar estes aspectos por parte dos académicos;
- Esquecimento do espaço da Igreja Católica nas abordagens do processo político em Angola;
- Existência de juízos de valor sobre o contributo da Igreja Católica pouco convincentes. Neste caso Chaves (2008) fez questão de considerar que

aquando da declaração do combate da religião cristã pelos políticos em Angola em 1977 nenhuma voz da Igreja contrariou tal apelo.

- Necessidade de quebrar a posição académica que tem contribuído para o aumento dos cristãos pessimistas em relação a sua participação na política (Pedro, 2020).
- É inegável a insuficiência de narrativas sobre a História no que toca ao contributo da Igreja Católica no processo político de Angola de 1960-1992.
- A necessidade de escrever a História de Angola Contemporânea explorando das fontes vivas depoimentos para se enriquecer e aclarar as perguntas ainda persistentes é inadiável.

Importância do estudo

Importância Teórica: despertar novos candidatos para o estudo e exploração das abordagens da História no sentido em que as comunidades académicas e a sociedade em geral estejam reveladas na mesma. Contribuir para a despartidarização das abordagens da História e despertar também os estudiosos para investigações abrangentes específicas que enriquecem a grande História de Angola.

Importância Prática: Enriquecer os conteúdos académicos e o surgimento de uma narrativa Histórica cativante para os formandos. Contribuir para o enriquecimento dos estudos sobre a História de Angola tendo em conta os contributos da Igreja Católica na política do desenvolvimento do país. Construir uma abordagem histórica mais justa sobre o contributo da Igreja Católica no processo político de Angola e auxiliar em parte o despertar da consciência política dos cristãos de nacionalidade angolana (mas não só!) tanto os residentes quando os que têm preferido em viver no estrangeiro.

Pergunta de partida

As preocupações levantadas deram sentido a seguinte questão de partida:

De que maneira a Igreja Católica se envolveu na história política de Angola?

Objecto de estudo

Este trabalho quer investigar o contributo da Igreja Católica no processo político de Angola com precisão na independência e democracia de 1960 a 1992, tendo como base uma exploração na comunidade cristã do Lubango.

Objectivos

Objectivo geral

Apreender os traços essenciais do contributo da Igreja Católica no processo político de Angola (Independência e Democracia) 1960-1992.

Objectivos específicos

- Confirmar as marcas do Cristianismo na relação da religião com as políticas dos povos da Europa e da África;
- Identificar o contributo da Igreja Católica para a independência e democracia de Angola;
- Distinguir os aspectos bons e maus na acção da Igreja Católica no processo Político de Angola (independência e democracia) 1960-1992, com base nos testemunhos de bibliotecas vivas no município do Lubango.

Metodologia

Método histórico - este método, “consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje” (Marconi e Lakatos 2003, p 107), pois, entende-se que os factos históricos guardam consigo conhecimentos que ajudam a aclarar factos actuais. O método histórico teve sua utilidade em todas as fases do trabalho, uma vez que, o tema, tem bem presente a dialéctica passado presente e presente passado.

Método comparativo - de acordo com Prodanov e Freitas (2013), esse método realiza comparações com o objectivo de verificar semelhanças e explicar divergências. A comparação nos foi muito útil já que, durante a elaboração do trabalho tivemos de comparar os factos, acontecimentos e os juízos já firmados em textos de autores com os documentos institucionais, em alguns casos, o que ajudou a dissipar dúvidas. O método comparativo foi útil

para a discussão teórica e permitiu identificar as semelhanças e diferenças nas abordagens dos entrevistados.

Entrevista – segundo Marconi e Lakatos (2003, p 195), “A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a colecta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social”; no entanto foi pertinente para a consumação do terceiro capítulo e se revelou determinante uma vez que sem este método o estudo não teria a taxonomia de exploratório.

Pesquisa Bibliográfica- consiste na colheita de dados através da bibliografia já publicada em relação o tema, é o caso de livros, revistas e de outros documentos. (Leite, 2008). Nesta senda, a nossa pesquisa teve como sede a Biblioteca da Missão centenária da comuna da Huíla; Missão do Munhino, Biblioteca do ISTEEL (Instituto Superior da Teologia Evangélica do Lubango), Arquivos da Biblioteca do Bispado do Lubango. O empréstimo bibliotecário não foi suficiente para a abordagem de alguns assuntos, por isso também recorreremos à empréstimos de pessoas singulares. É a revisão bibliográfica que tornou viável o diálogo com os autores que nos antecederam no estudo do tema em causa.

O Método Histórico-lógico consiste numa avaliação crítica dos vestígios históricos com propósito de estabelecer uma interpretação e compreensão válidas e precisas dos factos e acontecimentos passados. Este método baseia-se fortemente na análise de fontes primárias tais como documentos, artefactos, bem como fontes secundárias históricas, relatos públicos¹. Para a análise dos documentos referentes a CEAST, sobre o período pós-independência e a PIDE/DGS, sobre a perseguição dos sacerdotes angolanos em plena luta de libertação colonial ficou facilitada pelo uso deste método.

Os métodos Dedutivo e Indutivo - para a boa consumação do trabalho foi pertinente o uso dos métodos racionais. O método dedutivo que parte do raciocínio geral para o particular e o indutivo que valendo-se da razão parte das várias particularidades e emboca nas generalizações (Leite, 2008). Qualquer

¹ Conferir: <https://brainly.com/br/tarefa/26277187> acessado aos 11 de Agosto de 2023.

estudo que envolve o aspecto religioso é muito delicado. Por isso, o uso dos métodos racionais foi válido para avaliar os juízos já emitidos sobre a Igreja Católica aferindo os riscos da generalização ou particularização e minorar os desvios na determinação do que é real, possível e o desejável.

Estrutura do trabalho

O corpo do trabalho é constituído por três capítulos, além da Introdução e Conclusão. No primeiro se mostra a Igreja Católica e a política dos povos da Europa e da África. Contempla a história do cristianismo e seu impacto na política dos povos em que de forma clara ficou revelada a relação entre os direitos humanos e o cristianismo, a vocação do cristianismo na defesa das classes mais fracas na Europa, África, Angola e planalto da Huíla, os deslizes dos primeiros sacerdotes em Angola, a laicidade dos governos e actividade missionária católica em Angola. No segundo, que constitui o tema central do trabalho, começa o debate por uma retrospectiva sobre a colonização de Angola e a Igreja Católica, dedica-se toda atenção ao processo político de Angola desde 1960 a 1992. Analisa-se o processo da independência de Angola e percebe-se que nele, a Igreja Católica teve seu contributo desde os primeiros contactos. A Primeira e Segunda Guerras Mundiais tiveram grande impacto na mudança da actuação da Igreja Católica, com os seminários e outras instituições de ensino aliados à abertura no envio de angolanos para o exterior, formou uma elite que muito se dedicou à causa da libertação de Angola com muito sacrifício. Para a democracia em Angola, ficou claro que a Igreja Católica era instituição mais ajustada, interessada e dedicada para o seu alcance e apelou de forma constante para a paz num esforço colegial e individual, ao mesmo tempo que procurava de forma incansável minimizar o sofrimento do povo marginalizado pelo confronto entre as forças da UNITA e do MPLA. Com o capítulo III, virado para os aspectos bons e maus que dizem respeito à actuação da Igreja Católica no processo político de Angola, por meio de consulta das memórias vivas, ficou patente que a comunidade cristã católica do Lubango e não só, reconhece o bom desempenho da Igreja Católica no processo político de Angola, nas suas acções para minorar as carências da educação, saúde e alimentação, e guarda boas referências de padres, catequistas e outros líderes cristãos.

CAPÍTULO I – A IGREJA CATÓLICA E AS POLÍTICAS DOS POVOS DA EUROPA E DA ÁFRICA

CAPÍTULO I – A IGREJA CATÓLICA E AS POLÍTICAS DOS POVOS DA EUROPA E DA ÁFRICA

O mundo e o continente africano são caracterizados por uma consciência social marcadamente religiosa e, desta forma qualquer estudo em África deve atrelar o papel e importância do factor religioso.

O cristianismo durante os mais de dois mil anos tem parecido ser insubstituível, já que é um factor de identificação para muitos homens. Por isso, de uma maneira geral é tida como força unificadora da cultura e chave mestra da História.

Neste capítulo, a investigação é direccionada para satisfazer a necessidade de certificar as evidências do Cristianismo na política dos povos da Europa e da África.

1.1. História do Cristianismo

A concepção de História que mais se ajusta à história do Cristianismo pode não ser do conhecimento de muitos estudiosos, pois importa adiantar que tal concepção é também imbuída de Teologia. Assim, é vista como um espaço teológico por excelência. A História para Kasper (1972, p.165, citado por Hilemusinda, 2017, p. 29) é em si mesma, com e do homem; exactamente porque o homem não vive numa História que lhe fica ou lhe seja externa e estranha, ela é a dimensão intrínseca e a composição integrante e integradora do próprio homem.

O Cristianismo é sem dúvida uma religião cuja carga de realismo sobre a história da sua origem é pouco contestada, embora as questões místicas ou metafísicas, relativas ao surgimento da religião cristã despoletem aspectos negativos nas narrativas que potenciam a fertilidade das teses de contestação e resistência no processo de conversão de mais fiéis a ele. A religião cristã é, na sua base, uma religião verdadeira e histórica, para esta premissa a justificativa válida, segundo Smith, é o facto de o cristianismo ter uma origem assentada em princípios não abstratos mas sim, em factos concretos e acontecimentos reais (Smith, 2007, p.382).

O ponto de vista defendido por Wilges (2003, p.67) resume o cristianismo como seita judaica e religião dos escravos; ainda para ele, inicialmente o cristianismo

era conotado pelos judeus como seita judaica, pelo facto de sua origem estar vinculada ao Judaísmo e, por outra os romanos consideravam o judaísmo como uma religião dos escravos pelo facto de defender a igualdade entre os homens.

A oralidade na história do Cristianismo é defendida como a principal fonte e a única que favoreceu a formação da primeira turma de uma dúzia de discípulos. A história do cristianismo é também confirmada pela existência de uma vasta literatura escrita categorizada em judaica, pagã, cristã (Cerruti, 1963, pp. 27-37).

Sobre a figura de Jesus já foram levantadas e defendidas hipóteses da sua não existência, mas, a verdade é que ele ainda que não tenha frequentado uma escola formal e, mesmo não produzindo livros, dedicou-se a escrever na areia (Smith, 2007, p. 382).

Numa altura em que os destinos do Império Romano eram da responsabilidade do imperador Octávio Augusto (27 a.C / 14 d.C.), nasceu em Belém na Judeia, Jesus, homem que após os 29 anos começou a pregar em toda a Palestina acompanhado por discípulos que recrutou nos meios humildes da comunidade judaica (Barreira & Moreira, 1998, p. 144).

A ideia de um novo reino e o logotipo de rebeldes que adjectivava os cristãos atribuído pelos pagãos, despolectou a onda de perseguições (Rosseau, 2001, p. 184).

No que tange a vida e obras de Jesus Cristo, nas fontes judaicas é possível colher informação e conferir que moveram calúnias, difamações imputadas a figura de Cristo o grande profeta que fazia, prodígios, seduzia o povo para conquistar mais seguidores, zombava das palavras dos sábios, aclarava as escrituras a maneira dos fariseus, afirmava sempre não ser seu objectivo acrescentar ou reduzir as letras da lei, depois de ser crucificado na páscoa e como consequência morto, o discipulado a ele fiel fez curas por meio da invocação do seu nome (Cerruti, 1963, p. 28).

A história do Cristianismo é na sua base uma história do confronto entre o Cristianismo e o Judaísmo, por isso, Jesus enfrentou os seus opositores e é, precisamente através deles que instituiu o seu reino e a nova maneira de

conceber o Deus dos Judeus. O ensino e as acções de Jesus Cristo receberam a rejeição de fariseus, saduceus, escribas e Sinédrio (Farias et. al., 2002, p. 97).

Em conformidade com o texto anterior, pode-se aceitar o que afirmam Barreira & Moreira (1998, p.144): alguns judeus assimilaram mal a palavra doutrinada de Jesus Cristo. Os fariseus não reconheciam o messianismo em Jesus porque a sua mensagem dirigia-se a toda humanidade não era particular ou seja só para o povo de Israel.

Faz-se necessário lembrar que na história dos judeus eles já comugavam o conhecimento de que eram um povo pequeno, vivendo muita privação de bens necessários à manutenção da vida e que esta pobreza os deixava sem qualquer poder político decisório se comparados com os dois grandes agrupamentos políticos de então, o Egipto Antigo ao sul e a Assíria ao norte, mas acreditavam na força e no poder do seu Deus (Farias et. al., 2002, p. 96).

Na perspectiva cristã, Deus estava preocupado com a humanidade a ponto de sofrer em nome dos homens, para muitos era inédito e, suscitou uma reacção de descrença e os conservadores consideraram tal princípio uma blasfémia (Smith, 2007, p.410). Para Jesus os seus opositores não residiam fora da crença judaica, mas sim dentro mesmo do judaísmo (Farias et. al., 2002, p. 98).

A história do Cristianismo desde o seu berço original (no Império Romano) ficou marcada por uma atitude de intolerância; na sequência dos séculos II e III a perseguição foi activada. Mas por volta do ano 381 o Imperador Teodósio declarou o Cristianismo religião oficial do Estado e proibiu os cultos pagãos, numa altura em que o poder do Império Romano se aproximava do fim (Barreira & Moreira, 1998, p. 148).

A perseguição não conseguiu parar o avanço do Cristianismo na medida em que, conforme Smith (2007, p. 397), a boa nova que partiu a história do Ocidente em duas épocas (que são as épocas do antes e depois de Cristo), à semelhança de um galho seco, resistiu e contou com uma clandestinidade onde uma das marcas visíveis é resumida no tosco contorno de um peixe vulgar que simbolizava as regiões de culto na região do Mediterrâneo em plena

perseguição, e tudo fluiu desta forma pela razão das iniciais da palavra peixe em grego (ictus) serem as mesmas iniciais do nome Jesus Cristo.

A actuação de Jesus com o fito de edificar um reino espiritual no Império Romano deu-se em contexto de uma política de expansionismo muito activa por parte desse império, o que resultava em muitos casos na adopção e assimilação dos deuses de alguns povos vencidos por parte dos romanos. E tal procedimento diversificou bastante a religiosidade do Império contribuindo para uma grande evidência do politeísmo. A ideia de adopção de um deus do povo vencido não é consensual, por isso, Kostantinov et al., (1977, p. 205) salienta que nas guerras entre os povos, os deuses dos vencedores substituíam os deuses dos vencidos.

Os autores são unânimes quanto ao período da certificação do Cristianismo como religião oficial do Império Romano. Assim, para Smith (2007, p. 415), a Igreja lutou contra a perseguição romana até no ano 313, sendo posteriormente reconhecida como religião oficial do Estado e passou a gozar de direitos iguais aos das outras religiões do Império.

Na incompatibilidade de datas quanto à legitimação do Cristianismo como religião oficial do Império Romano concorda-se com o ano 313 na medida em que segundo Wilges (2003, p. 67) após a descoberta da força revolucionária, interpretada como eminente perigo que o cristianismo representava para o Império Romano por defender a igualdade de todos os homens não importando se estes são gregos, judeus, escravos, homens ou mulheres, a liberdade do culto cristão foi decretada pelo imperador romano Constantino nesse ano pelo Édipo de Milão.

De outra forma considera-se que o contexto de uma diversidade étnica e o comércio que se desenvolvia envolvendo povos diversos que viviam sob jugo político do Império Romano favoreceu a difusão do cristianismo lançando deste modo o universalismo da crença cristã (Bourdé & Martin, 1983, p. 25).

As religiões mais antigas foram derrubadas pelo Cristianismo na época do declinar da escravidão na Europa, mas a religião cristã herdou certos aspectos das religiosidades antigas, acabou por aceitar o Velho Testamento do

Judaísmo, os mitos dos povos orientais sobre o martírio, a morte e ressurreição dos deuses (Kostantinov et al., 1977, 205).

Farias et al. (2002, p. 66) salienta que no que diz respeito ao Cristianismo, Jesus não é visto como um mero iconoclasta, mas sim como o revelador por excelência do Reino de Deus e, em relação as religiões primitivas o Deus revelado pelo Cristianismo é um Deus desmitologizado completamente estranho à ideia de uma divindade polarizada daquilo que os homens não conseguem controlar na sua relação com o mundo e nas relações entre si.

O Cristianismo é essencialmente desde as suas origens uma religião cujas doutrinas favoreceram as classes oprimidas e consideradas mais fracas mas, também procurou libertar os opressores ou seja os grupos sociais elitistas que constituíam as chamadas classes dominantes que foram chamadas a se reverem principalmente no que tange as suas crenças.

1.2. O Cristianismo e o desenvolvimento dos povos da Europa e da África

Toda História da humanidade é, para os cristãos, um vasto fenómeno de cristificação, ou seja, a História do mundo é de Cristo e Cristo é também da História do Mundo. A doutrina de Cristo que é apresentada nos evangelhos, para sua expansão precisou da dedicação activa dos seus discípulos que cumpriram assim o mandato: *“Ide e ensinai a todas as nações”* (Mateus 28, 19), numa actuação favorecida pela unidade política do Império Romano, descrédito da religião romana e superioridade da religião cristã no que diz respeito aos princípios que condenavam a escravatura e prometiam a vida eterna a todos os crentes (Barreira & Moreira, 1998, p. 146).

Os discípulos não se certificaram a acreditar em Jesus Cristo depois da sua morte. Tal decisão aconteceu muito antes porque viam Jesus com frequência a praticar o bem, principalmente milagres que imprecionavam as multidões, mas nunca os utilizou como estratégias para forçar tais multidões a segui-lo e, os discípulos ficaram também cativados pelo poder daquilo que este mestre andou a pronunciar (Smith, 2007, pp. 390-391).

A História é pedagoga e testemunha. Quer Karl Marx, quer Agostinho Neto..., nenhum deles marcou a história humana com a intesidade de Cristo ao ponto

de ficar bipartida num antes e num depois (Kakulo & Moraes, 2015, p. 37). A história da humanidade em geral e a história dos direitos humanos em particular, está marcada de uma forma indelével pelo cristianismo.

É real, o cristianismo inaugurou a vaga de luta a favor dos direitos do homem no Império Romano, mas, acabou por marcar sem igual a trajetória dos direitos humanos, hoje firmados e cumpridos por indivíduos, grupos e instituições nas dimensões nacionais e internacionais. Neste aspecto Carrasco (2005, p. 23) afirmou que na história dos direitos humanos, o Livro dos Mortos e o Código de Hamorábi não tiveram a repercussão e o alcance do Decálogo Cristão que marcou as civilizações judaicas-cristãs fortificadas pelo Cristianismo que deram origem a declaração dos direitos humanos.

A posição dos judeus no tempo de Jesus Cristo era de desespero, dominados pelo Império Romano há quase um século. Os judeus viviam uma gritante falta de liberdade suportando impostos muito pesados e as respostas passavam em acomodar-se conforme os saduceus o fizeram, ou lutar para a mudança. Nesta óptica, os fariseus tentaram revitalizar o judaísmo procurando o cumprimento da lei de Moisés pondo em prática o código de santidade e os zelotas, optando na resistência armada, culminaram na catástrofe de 66-70 d.C com a segunda destruição do templo de Jerusalém. Neste clima político Jesus, elegendo como sua bandeira a mudança, exortou os pacificadores e insistiu na afirmação do amor até mesmo dos inimigos. Então Jesus estava mais próximo dos fariseus (Smith, 2007, p. 386).

A condição da proximidade que se deu entre a perspectiva de Jesus e a defendida pelos fariseus não foi suficiente para que a revolução conduzida activamente por Jesus tivesse aceitação entre os seus (judeus). É caso para concordar com Roseira (1962, p. 37) quando afirma que as realizações da política social da Igreja, estão sujeitas a não serem apoiadas nem compreendidas pelos próprios que delas beneficiam é muito ilusório atribuir direitos e esperar certeza na gratidão.

Os fariseus invocando o retorno às origens do judaísmo, salientavam a sacralidade de Javé, ao passo que Jesus insistia na misericórdia de Javé. Jesus estava em grande parte de acordo com a observância do código de

santidade, portanto a discordância entre fariseus e Jesus estava patente nas linhas divisórias que se traduziam numa criação de categorias com uma estrutura social marcada por pessoas limpas e sujas, sagradas e profanas, judias e gentias, justas e pecadoras fruto da observância do código de santidade. Jesus considerava estas barreiras sociais uma afronta à misericórdia. Assim, mesmo sendo profundamente judeu, colocava-se numa tensão aguda com o judaísmo considerando que da observância do código de santidade resultou apenas um estado de pureza superior dos fariseus em relação aos seus vizinhos, passou a conviver com cobradores de impostos, juntava-se com proscritos, pecadores, prostitutas e fazia curas aos sábados (Smith, 2007, p.387).

Antes da visão religiosa neotestamentária dos valores, o juízo era 'olho por olho e dente por dente'², os grupos humanos tidos por alguns como naturalmente mais fracos, no caso as mulheres e as crianças não tinham valor algum, com o Cristianismo, o olhar sobre o valor e a dignidade da pessoa humana mudou, por esta razão, as religiões iluminaram as sociedades mas, nesta generalidade um voto especial recai ao Cristianismo, que com a sua luz, retirou da barbárie a humanidade que acabou acreditando e não só, deste modo, a organizou e o fruto é o formato que conhecemos na actualidade (Hilemusinda, 2019, p.71). É verdade que Jesus estabeleceu a lei do perdão em oposição à lei da retaliação no intenso movimento que envolveu crentes seguidores de Cristo e descrentes pagãos e judeus (Farias et. al., 2002, p. 99).

Na parte norte da África, o Egípto foi baptizado pelos cultos cristãos no primeiro século da era cristã, muito antes do cristianismo se tornar religião oficial do Império Romano. Com grande vigor o cristianismo foi aceite pela população cansada da escravatura e pelos grupos sociais pobres e humildes que recebiam as pregações nas ruas e barracas das cidades egípcias. Os impostos pesados, as repressões brutais, principalmente as resultantes das revoltas dos agricultores motivaram a procura de conforto espiritual e a resposta esperada foi dada pelo cristianismo (Davidson, 1978, p.32). As características da

² Neste aspecto, Carrasco (2005, p.22) advoga que segundo o Código de Hamurábi (1728-1689 a.C.) se um homem furou o olho de um escravo deve pagar metade do preço do escravo; se um homem furar o olho de um notável fura-se-lhe, igualmente, um olho.

evangelização de Jesus Cristo que consistiram em dar de comer aos famintos (economia), curar os doentes (saúde), ensinar os ignorantes (educação) representam a práxis da boa governação (Zezano, 2020, p.28).

Segundo Kostantinov et al., (1977, p. 206) o Cristianismo perdeu a sua marca de grande relevância na defesa das classes oprimidas a medida que se foi desenvolvendo a economia feudal, e, converteu-se numa ideologia oficial das classes dominantes, desvalorizando o seu espírito democrático e a prática de rituais.

Na mesma senda, Zezano (2020, p.24) reconhece que a Igreja Católica cometeu muitos erros principalmente em plena Idade Média Europeia e afirma com pendor de defesa justa para a Igreja esclarecendo que a Igreja é dirigida por homens feitos ora santos ora pecadores, por isso, os erros cometidos, lhe serviram como cajado e de lição forte para construir e consolidar os saberes do futuro.

A grande vitória alcançada pelo Cristianismo entre os séculos VI e IX por muitos contestada resultou do declínio do Império Romano do Ocidente que afirmou a Igreja Romana como única instituição forte com saúde organizacional. A Igreja lançou-se na envagelização das populações que ocupavam as regiões dominadas pelos bárbaros e o procedimento de menos radicalidade que consistiu em aproveitar os santuários das antigas crenças, a converção dos reis³ em primeiro numa combinação de esforço empreendido por papas, reis, bispos e, sobretudo, monges (Barreira & Moreira, 1998, pp. 164-165). Mondin (1982, p. 6) salienta que na Idade Média as concentrações do saber embocavam todas na preocupação com o sobrenatural, trduzida na relação do homem com Deus e o resultado foi a elaboração de interpretações filosóficas diversificadas tornando mais sonantes nomes como Agostinho, Boécio, Anselmo, Tomás e outros.

O aglutinar de tantos esforços, por estarem reunidos papas, reis, bispos e principalmente monges, favoreceu a envagelização da Europa entre os

³ Os reis de destaque nesta empreitada são o rei dos Francos (Clóvis), o rei dos Visigodos (Reccaredo) e o rei dos Suevos (Teodemiro).

séculos V e VIII chegando mesmo a uma geo-localização que incluía a Grã-Bretanha, a Irlanda, a França e a Alemanha (Barreira & Moreira, 1998, p. 165).

A Igreja Cristã fez um trabalho de pacificação extraordinário na região da Europa Ocidental que teve o primeiro passo com a conversão dos francos em 496, e o progresso resultou na unidade de todos os invasores do Império Romano levando-os a respeitar as instituições cristãs nomeadamente o papado, o episcopado, as fundações monásticas, que sobreviveram de Roma e por missão civilizadora, heróica e de cunho religioso levaram o cristianismo para as direcções norte e leste atingindo os longínquos germanos e eslavos (Keegan 2009, p. 378).

Durante o período de grande vigor do Império Romano do Ocidente, os sacerdotes de grau superior, da Igreja Cristã⁴, tinham não só responsabilidades religiosas mas também a eles cabia a responsabilidade de tratar dos assuntos de interpretação jurídica (Cruz, 1984, p.172).

A actuação dos cristãos no período de sua sobrevivência, após o fim do Império Romano do Ocidente, leva-nos a discordar com os veredictos de Rosseau (2001, p.190) que caracteriza a religião cristã como mera espiritualidade preocupada exclusivamente com as coisas do céu, alegando que a pátria do cristão não é deste mundo e por isso age com indiferença. Por outra, Keegan (2009, p. 378) defende que sem a Igreja Cristã Romana, a Europa pós-romana teria sido uma região de barbárie infernal e violência causada por guerras tribais. Tudo porque a estrutura que sobrou das instituições civis romanas estava debilitada. A igreja conseguiu realizar um trabalho de pacificação excelente.

Na Idade Média a Igreja tinha o monopólio do ensino e da educação e para isso possuía escolas junto aos mosteiros (escolas monásticas) e das Sés (as escolas episcopais). Perseguiam nestas escolas o objectivo de preparar os que pretendiam seguir a vida religiosa e o desenvolvimento da vida urbana despoletou a necessidade de criar novas escolas abertas à burguesia e capazes de ensinar matérias de acordo às necessidades da época, situação

⁴Sacerdotes que constituíam o Colégio Pontifício.

que deu origem às primeiras Universidades apoiadas por papas e reis. Os formados nestas Universidades tinham a liberdade de ensinar em qualquer parte. Algumas Universidades como as de Bolonha, Paris e Montpellier alcançaram grande prestígio e fama no que tange ao estudo do Direito, da Teologia e da Medicina (Barreira & Moreira, 1998, p. 256).

A Igreja Cristã no Ocidente após o fim do Império procurou perpetuar a ordem nas relações humanas promovendo o ensino do Direito Romano nas escolas monásticas, catedralícias ou episcopais, embora marcado no princípio com limites por ser leccionada como disciplina não autónoma, pois a Igreja, nos seus primeiros séculos, juridicamente vivia do Direito Romano (Cruz, 1984, p.93).

Na sociedade senhorial tinham predominância o clero e a aristocracia guerreira, o clero tinha o *status quo* diferenciado dos outros por ser o grupo social mais culto que dirigia as escolas, copiavam manuscritos e escreviam livros (Barreira & Moreira, 1998, p. 192).

Ao longo da história do Cristianismo, houve a tendência do constantinismo e, posteriormente, do cesaropapismo e a carta aos romanos pode muito bem ser um texto elucidativo, por quanto na mesma está elencado o convite para que todos se submetam às autoridades públicas, pois, não existe autoridade que não venha de Deus, e as que existem foram estabelecidas por Deus (Zezano, 2020, p. 26).

Na mesma senda, de acordo com Keegan (2009, p. 378), no Oriente os bispos cristãos persistiram na prática constanciana de se submeterem ao imperador bizantino. Nas terras conquistadas pelo Islão vigoravam os kalifados enquanto no Ocidente cuja matriz religiosa inquestionável é o cristianismo, o papado herdeiro de Roma, não se submetia a política e, após o declínio do Império Romano defendeu a distinção entre o poder secular e religioso, justificando a subordinação do poder secular ao religioso. Assim quando Carlos Magno restaurou o império pela espada, aos olhos dos papas a sua coroação a imperador devia o reconhecimento da legitimidade a Leão III, sob a autoridade de São Pedro.

1.3. A laicidade dos governos

O exercício mental que por meio da emoção aprova a inexistência do Estado pode ser amnistiado por alguns amantes do conhecimento, mas se por meio da reflexão e da razão, se anunciar que é fácil imaginar uma sociedade sem Estado a aceitação desta ideia só se traduziria num espaço e tempo passado ou futuro utópicos.

A laicidade dos governos é matéria que nos quadros da estatística das investigações lidera as medidas de tendência central, no caso a moda e mediana. Ela é subjacente aos conflitos na região do Médio Oriente, ao choque de civilizações definidas por axiomas religiosos e as disposições por vezes incompreensíveis de homens que cultuam de alguma forma a guerra.

O registo sobre o conceito Estado é mais claro com o enquadramento de autoria de Rosseau (2001, p.13), ao afirmar que a família é o único modelo original dos demais agrupamentos sociais e políticos. Uma interpretação cuidada dos membros da família pode culminar com uma combinação onde o pai é o protótipo de líder; os filhos representam a imagem do povo.

Pode-se concretizar que a teocracia dentro dos critérios naturais da política e religião no que tange as famílias é universal pois que, mesmo para o contexto africano o pai detém a autoridade civil, política e religiosa (Gabriel, 1978, p. 31). Um tópico carregado de tanto realismo por ser resultante de um trabalho aturado de campo sobre as autoridades tradicionais confirma que o processo de ascensão ao poder étnico-político à cadeira real entre os ovimbundu na região de Benguela passa por muitos caminhos e uma das vias, mas que aparenta ser simples, é a migratória. Assim, alguém interessado, por qualquer motivo, decide procurar outro lugar, onde existam condições necessárias a manutenção da vida, isto é água potável, condições para praticar a agricultura e a caça. Abandona a sua *Ofeka*, com ele vão os amigos e seus admiradores independentemente do sexo e das idades, em geral partem mais homens adultos que mulheres devido às exigências e interesses económicos. Após a conclusão da marcha, o local escolhido, novo espaço a colonizar, é certificado por meio de um ritual que consiste em espetar no solo um *elimbui*. É uma terapia mágico-religiosa que mete em contacto os recém-chegados aos ancestrais estranhos à consaguinidade, para um pacto pacífico. Esta atitude

parte do princípio de que na tradição umbundu nada existe que não tenha donos, que podem ser vivos e não vivos, e é necessário proteger-se das investidas dos ancestrais em caso de não concordarem com a ocupação, e outros males como roubos ou saques, ataques militares dos inimigos, das calamidades, na esperança de que pacificados que estão os espíritos passem à actividade de protecção nesta aliança de paz (Arjago, 2002, p. 28). Nesta abordagem o autor esclarece uma instituição governamental teocrática que consiste numa conexão com os antepassados por meio de um ritual.

Sobre o governo mais simples ou da família, Aristóteles (2000, p. 28) reconhece uma figura paterna cuja autoridade sobre os filhos é uma espécie de realeza categorizada com todos os títulos, no entanto, daí percebe-se que para ele até o governo doméstico tem uma hibridização que cruza religião e política, no entanto, é teocrático.

No exercício político-religioso dos governos mais antigos, à semelhança do governo familiar podemos colher as marcas da não laicidade conferindo no caso do Egipto Antigo descrito por Ki-Zerbo (1999) e Davidson (1978). Mas, enquanto Ki-Zerbo, (1999, p. 91) é mais moderado quanto à sacralidade reconhecida pelo povo à figura do faraó ao afirmar que na presença do rei ou faraó os súbditos prostravam-se farejando o solo, Davidson (1978, p. 11) é mais categórico quando afirma que chegou a certa altura na história do Antigo Egípto que os próprios faraós eram tidos como deuses.

Para a sociedade egípcia a religião era, sem dúvida, um instrumento de manutenção da ordem social e promovia os direitos humanos, porque se analisado o Livro dos Mortos fica clara na descrição da viagem pelo mundo terreno o cumprimento da obrigatoriedade de evitar pecados como a luxúria, blasfémia, assassínio, mentira, roubo entre outros, uma vez que, após a passagem para o além o morto devia apresentar-se no tribunal de Osíris e declarar-se livre destes pecados (Carrasco, 2005 p. 22).

O Egipto Antigo era essencialmente religioso e durante o Império Antigo os exércitos eram agrupados fazendo recurso aos signos de quatro grandes deuses, Ámon, Rá, Ftá e Seth. No topo da hierarquia social estava o faraó,

homem diferente de outros com a distinção de participação na divindade (Ki-Zerbo, 1999, pp. 90-91).

Na mesma senda, Barreira & Moreira (1998, p. 144) salientam que na pesagem da alma de um morto pelo tribunal de Osíris, o defundo era conduzido ao tribunal pelo deus Anúbis e, após o julgamento, se o defundo fosse aceite por Osíris⁵ teria acesso ao reinado da vida eterna e após a rejeição do defundo um monstro se encarregava de devorar o defundo.

A civilização romana de onde algumas características foram herdadas por muitos Estados, até os da Idade Contemporânea, não ficou à margem das organizações políticas que aglutinavam a religião e o poder secular numa única figura. Assim no antigo Império Romano o hibridismo na figura do rei se traduzia em ser chefe do Estado e Religioso. Não era um mero simbolismo esta duplicidade de funções, na medida em que, a desconsideração da natureza divina do imperador era considerada acto de eminente traição (Sottomaior, 2014, p.21).

A laicidade consiste na implementação de políticas que não conferem direitos exclusivos a nenhum culto. Ora, no Império Romano, o Judaísmo gozava de certos privilégios e benefícios e em seguida o Cristianismo, depois de ter legalidade no Império, gozou também de certos privilégios em que um deles foi o direito de ter os seus pequenos tribunais (Zezano, 2020, p.27). Rousseau dizia que a raça humana desde o seu ponto de evolução que lhe conferiu diferenças com outros animais não conheceu outra forma de governo senão a dos deuses e tipificado de teocrático (Rousseau, 2001, p. 180).

As práticas de cultuar imperadores eram muito generalizadas e universais na antiguidade e a lista inclui não só Roma mais também o Egipto com os faraós encarados como encarnações de Horús, a China antiga com uma autoridade justificada pelo designado mandato celeste e o Japão onde a figura real até aos dias actuais é identificada com o uso do vocábulo *Tennō* e o recente gestor do Império da Etiópia no período entre (1929-1975), que a corrente do rastafarianismo designou divindade (Sottomaior, 2014, p. 22).

⁵ Osíris em todo Antigo Egipto era tido como o deus da ressurreição.

Em África, houve muitas religiões; em certa medida, ainda há. A diversidade religiosa é explicada pelo facto de cada povo do seu mosaico acreditar e ter acreditado que os seus grandes homens antepassados, heróis fundadores, os haviam guiado nas mais antigas perambulações em busca de um espaço geográfico-cultural, e uma vez aí, lhes deram normas que protegiam o povo com a bênção divina, por isso, em África os métodos de governação são inseparáveis das crenças religiosas (Davidson, 1978, p. 154). Isto tudo leva a considerar real o posicionamento da origem natural da governação divina.

Se de acordo a sua natureza o governo não é laico, então quem criou e edificou a laicidade?

A adjectivação que qualifica os Estados de laicos é recente. A sua afirmação tem uma cronologia histórica estimada a quase 2000 anos da era de Cristo, mas a consolidação cobra esforços das novas gerações por conta dos conflitos que ainda se têm registado entre o poder sagrado e profano (Sottomaior, 2014, p.21). Carrasco defende que o mais antigo axioma que edificou e definiu a laicidade é da autoria de Jesus Cristo quando recomendou *“dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”* (Carrasco, 2005, p. 161).

A laicidade aqui definida tem o sentido no contexto do poder secular reconhecer os limites da sua actuação em relação ao campo religioso. Por isso, Zezano (2020, p. 27-29) argumenta que um cuidado refinado ao olhar para o texto *“Dai, pois, a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”*, a sua ambientação de construção e o enquadramento temático, não leva imediatamente à separação de actividades da Igreja e do Governo, senão Jesus Cristo não teria curado os doentes, deixando isso a cargo de César; não teria dado de comer aos famintos e nem teria ensinado o amor sem fronteiras, a justiça, solidariedade, a moral a todo seu dicipulado fiel e infiel. O discurso de Jesus é imanente, ligado às actividades horizontais onde Deus não age directamente.

Para Pedro (2020, p.102), dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus, não é uma máxima da Bíblia que proíbe a participação dos cristãos na política, pelo contrário, é somente uma resposta de Jesus que responsabiliza os cristãos perante a sociedade, isto é, ser leal e bom cidadão em relação as

suas obrigações para com o Estado (César) e noutra dimensão se deve honrar os compromissos do ponto de vista religioso (Deus).

As constantes buscas de aperfeiçoamento das questões existenciais para o homem embocam no carácter permanente dos conflitos. Por isso, o conflito ficou definido por Korand Lorenz (1966, citado por Gaspar & Diogo, 2010, p. 52) como a característica essencial do mundo animal. A perpetuação dos conflitos para a conquista de direitos na busca de aperfeiçoamento do viver da raça humana justifica também o percurso que favoreceu o surgir da laicidade.

A laicidade surgiu influenciada, de facto, com a mudança da perspectiva teocêntrica ou heliocêntrica para a geocêntrica que colocou no centro o homem formatando as bases para se chegar às revoluções americana e principalmente a francesa (1789) sem discoriar correntes como o racionalismo e o iluminismo e a personalidade que ganhou destaque nesta consolidação da laicidade é, sem dúvida, o filósofo John Lock⁶ (Sottomaior, 2014, p.37).

Segundo Mondin (1982, p. 10), o pensamento moderno proporcionou uma nova concepção do mundo que influenciou a queda da república cristã e com o fracasso do papado, surgem fora da Itália os estados nacionais com regimes em que se respira mais liberdade e a busca é mais direccionada para o bem-estar material do que espiritual. Reportando ao período conhecido como Idade Média Europeia, Sottomaior (2014, p. 24) salienta que a Inquisição pintou as estatísticas dos abusos cometidos no campo da religião pela Igreja Católica, mas esta prática faz parte da laicidade dos Estados, porque estes reconheciam que a Inquisição tinha o direito legítimo e exclusivo de torturar qualquer ser humano, se tal fosse o entendimento.

Aqui a percepção se encerra no juízo da laicidade ter sua vinculação na conquista de direitos fundamentais que Carrasco (2005, p.24) advoga ter sido um dos propósitos da ratificação da Carta das Nações Unidas fazendo constar

⁶Jonh Lock defendeu uma posição muito clara sobre a laicidade. Neste âmbito disse ser utópico obrigar um homem à crer fazendo o uso da força.

da lista de algumas liberdades fundamentais, a liberdade política⁷, liberdade religiosa⁸, liberdade sindical e as liberdades públicas⁹.

A laicidade dos governos foi obra da época da renascença, que assinala o fim da Idade Média e início da Idade Moderna. Por isso, o mundo moderno caracteriza-se justamente por uma oposição ao teocentrismo e autoritarismo eclesiástico e, desta forma, a rejeição destes aspectos para o passado deu lugar a autonomia do mundo da cultura, supremacia da evidência racional na procura da verdade, relativização da verdade numa procura constante da superação, consciência do valor absoluto do ser humano e a concretização da afirmação do seu poder soberano no mundo (Mondin, 1982, p. 9).

1.4. A Igreja Católica e o surgimento das igrejas protestantes

Hoje as questões axiomáticas que dinamizam a história têm desafiado os historiadores e outros investigadores das ciências sociais que não encontram respostas providencialistas para as revoluções, reformas e fundamentalismos imputados a ideologias religiosas.

Kostantinov et al. (1977, p. 204) tratando da religião de forma geral salienta já evidências de reformas ligadas às transformações sociais quando afirma que da deificação e veneração das forças e fenómenos da natureza os homens passaram a divinização de forças sociais e isto produziu uma mudança na função dos deuses, na mitologia grega Ares (Marte) foi inicialmente o deus da vegetação e, a posterior, tornou-se o deus da guerra; Hefesto (Vulcano) foi convertido de deus do fogo a deus da forja.

É nesta perspectiva que a história do Cristianismo não é rectilínea pelo facto da Igreja ter permanecido una e indivisível até em 1054, praticamente no que podemos considerar a metade da sua história, o Cristianismo, viveu o primeiro grande cisma, que originou dois grandes polos a Igreja Ortodoxa Oriental e a Igreja Católica Romana no Ocidente. Estes factos aconteceram não só por

⁷ Liberdade que confere a todo o cidadão o direito de escolher os seus dirigentes e exprimir as suas opiniões políticas.

⁸ Liberdade de culto que todo o cidadão tem de aderir segundo a sua vontade a uma confissão religiosa, ensinar em privado ou em público a sua crença.

⁹ Dizem respeito aos direitos de fazer greve, de publicar um jornal ou obras culturais das áreas do teatro, música, entre outras.

razões de ordem religiosa mas também pesaram as questões geográficas, culturais e os aspectos políticos (Smith, 2007, p. 415).

Provavelmente o primeiro cisma que aconteceu tem ligação com o lançamento da primeira semente da reforma porque, segundo Hilemusinda (2019, p.121), o antecedente mais próximo da reforma tem a sua fonte numa denominação cristã conhecida por valdenses cujos fundadores eram seguidores do comerciante Pedro Valdo¹⁰, convertido ao cristianismo por volta do ano 1174. Os valdenses se reuniam em casas de familiares e nas grutas de forma clandestina devido ao que eles designavam perseguições da Igreja Católica de matriz romana e defendiam a necessidade de cada membro ter a Bíblia traduzida em sua própria língua, rejeitavam a supremacia de Roma, rejeitavam a veneração das imagens e consideravam como fonte de toda a autoridade eclesiástica a Bíblia.

A abordagem do cisma que envolveu o catolicismo e o que mais tarde se denominou cristianismo protestante é complexa e sujeita a discussão acerrada, é um assunto com multiplicidade de causas desde o papel da economia, política, o nacionalismo, o individualismo renascentista e uma consciência acentuada dos abusos eclesiásticos.

Após o primeiro cisma, que se deu em 1054, o protestantismo no século XVI marcou outro período na Igreja. É o de divisão da Igreja Ocidental, tirando proveito ao crescimento da burguesia, veiculou-se a ideia de comunicação directa do homem com Deus, fez-se apelo ao individualismo, a pregação de virtudes tais como a parcimónia e o zelo no trabalho; e se fez triunfar a reforma protestante (Kostantinov et al., 1977, p. 206).

É consensual e constitui tese dos generalistas a ideia segundo a qual as causas da Reforma Protestante tiveram um rosto religioso, político, social e ideológica.

O fundamento religioso é definido por Pace & Stefani (2002, p. 164) como o regresso da religião à vocação política após longo período histórico de secularização. Na perspectiva em que é definido o fundamentalismo religioso,

¹⁰ Foi Pedro Valdo quem decidiu encomendar uma produção da Bíblia com linguajar popular e começou a pregar sem ser sacerdote.

embora recente, com a amálgama de causas que alavancaram a reforma protestante pode-se afirmar que também se tratava de uma forma fundamentalista até porque no século XIX e parte do século XX, segundo estes autores, nalguns componentes protestantes americanos, adaptaram e firmaram um novo tipo de leitura e interpretação da Bíblia. E, embora o termo fundamentalismo seja muito polissémico, no geral, diz respeito a uma outra forma de compreensão do texto sagrado.

Ora, importa accionar algum alarme e adiantar que o movimento reformista cristão do século XVI liderado por Martinho Lutero teve na sua essência uma causa religiosa, mas ao mesmo tempo embocou das transformações políticas, sociais, económicas e culturais (Mondin, 1982, p.30).

A Reforma Protestante não se desviou dos chamados fenómenos sociais totais e é nesta perspectiva que se aceita encadear as demais causas. As razões de ordem política e social foram descritas por Hilemusinda (2019, p. 122), que salientou a discordância, desejo do absolutismo e o factor riqueza. Primeiro, os governantes desejavam para si o poder espiritual e ideológico da Igreja e do papa; reprovação da prática da usura pela ética católica de Roma, o que chocava a burguesia descontente; por fim, o desejo da nobreza e dos príncipes de se apropriarem das riquezas da Igreja Romana.

Constituem antecedentes que concorreram para Martinho Lútero merecer destaque na História da Reforma Protestante a orientação dos progenitores (pai e mãe); a formação em Filosofia, Teologia e Direito; o abalo por ter presenciado a morte de um amigo por descarga atmosférica; a passagem pelos Agostinianos na primeira década do século XVI em Roma e a certificação da desordem em que estava mergulhada a Igreja tanto em Roma quanto em outras partes da Europa (Mondin, 1982, p. 32).

Nesta óptica tem aceitação Hilemusinda (2019, p.121), quando define a Reforma Protestante como movimento reformista surgido dentro do Cristianismo no século XVI liderado por Martinho Lutero, simbolizado pela publicação das 95 teses, no último dia do mês de Outubro de 1517, na porta do edifício da Igreja do Castelo de Witternberg, e tendo como principal tópico a venda das indulgências.

É provável que o verticalismo muito defendido em plena Idade Média tenha influenciado o comportamento de Lutero já que tinha o hábito de se retirar para estudar na torre do castelo do convento e foi neste espaço que num belo dia ao ler a epístola de São Paulo aos Romanos¹¹ sentiu-se subitamente iluminado sobre a natureza da salvação, percebendo que esta é resultante da graça de Deus. Martinho Lutero concluiu que as orações, os jejuns, as penitências, peregrinações e as indulgências não representam valor algum que garante a salvação. Martinho Lutero procurou dar forma teológica à sua excepcional experiência religiosa e aproveitando o momento de mais afluência de crentes e não só pela celebração da festa de todos os Santos, afixou nas portas da Igreja de Wittenberg mais de 90 teses que resultaram de um ardo trabalho por ele concretizado (Mondin, 1982, p. 32).

Segundo Hilemusinda (2022, p.179), a carga das 95 teses, se resumia no ataque de Lutero contra a Igreja que criticava a avareza e o paganismo na Igreja e pedia um debate público sobre o significado das indulgências.

Neste ponto realiza-se novamente um retorno a questão do fundamentalismo para elencar que a reflexão de Pace & Stefani (2002, p.163) encontra novamente enquadramento porque eles defendem que as suas características são a inerrância, a necessidade de perpetuar a mensagem do texto sagrado em sua forma original e a superioridade da lei divina sobre a lei terrena. Este fundamentalismo da Bíblia nasceu em um contexto caracterizado pela presença da moderna cultura Ocidental.

Ainda neste aspecto, no que tange a catalogação da Reforma Protestante o fundamentalismo é resumido por Mondin (1982, p. 30) que a enquadra como o acontecimento cuja dialéctica sinaliza o fim e início de uma época. Por isso alguns historiadores marcam o início da época moderna não na descoberta da América (1492) mas no acontecimento mais significativo que é, sem dúvidas, a afixação das 95 teses nas portas da Igreja de Witternberg em 1517.

O protestantismo que triunfou no século XVI segue quatro linhas principais e de uma forma mais precisa a lista engloba os luteranos, baptistas, calvinistas e

¹¹ Conferir, Romanos (1, 17) “A justificação procede da fé ... O justo viverá pela fé”

anglicanos que, por sua vez, se subdividem e um dos últimos recenciamentos enumera mais de 900 denominações protestantes (Smith, 2007, p. 415). Mesmo com a divisão que historicamente surgiu em 1575 com a Reforma Protestante, estes grandes seguimentos religiosos comungam e reconhecem semelhanças nos valores religiosos, tendo como base, a fé, a esperança e a caridade (Hilemusinda, 2019, p.120).

A reforma iniciada por Martinho Lutero muito cedo atingiu quase toda a Europa, principalmente os povos de sangue teutônico e a sua geografia chegou de abranger a Suíça, França e os Países Baixos. Na Suíça, o reformista Ulrich Zuínglio condenava de igual forma as indulgências, mas o que o distingue de Martinho Lutero é o facto de perceber que o pecado original é um simples vício hereditário não merecedor de condenação eterna e procurar a salvação do povo ao contrário de Lutero que procurava a forma individual de ser salvo. Tendo Zuínglio desaparecido sem implementação das suas ideias, na Suíça surgiu um outro defensor da reforma, João Calvino, que teve apoio dos seguidores de Zuínglio. Após muita persistência estabeleceu uma disciplina férrea que favoreceu a conversão da cidade em centro de elaboração doutrinal, e de propaganda, que irradiava para os países empenhados nas lutas religiosas da França a Holanda, da Escócia a Hungria e a própria Itália. Calvino defendeu a predestinação da salvação, eliminou a hierarquia tradicional, democratizando a sua estrutura e instituiu o princípio do sacerdócio universal aceitando várias funções a fim de manter segura a boa organização da Igreja (Mondin, 1982, pp. 41-43).

As opiniões de Martinho Lutero sobre a hierarquia católica, e sobre o poder da Igreja em perdoar os pecados, tiveram como resultado a sua excomunhão e o mesmo abandonou a ordem e procurou refúgio e protecção de Frederico da Saxónia e dedicou-se a traduzir a Bíblia para o linguajar alemão. Este reformador rejeitava a tradição da Igreja, reconhecia as Escrituras como fonte exclusiva de autoridade e defendia que a salvação é conquistada pela redenção e não pelas obras humanas¹².

¹² Conferir: *Atlas Básico de História Universal* (2004, p. 47).

É, de facto, admirável o facto de Martinho Lutero ter tanta firmeza na sua convicção porque nesta altura o Tribunal da Santa Inquisição já contava quase três séculos de actuação desde a sua criação em França e Alemanha no século XIII (Barreira & Moreira, 1998, p. 254). Nesta atitude, constata-se com certeza que o homem luta de forma permanente para a liberdade e é aceite o juízo do grande filósofo John Lock, que defende ser uma grande aberração esperar que um homem pressionado pelo uso da força por parte do seu superior aceite uma crença no verdadeiro sentido (Sottomaior, 2014, p.37).

Assim, mesmo no meio de tanta pressão, a Reforma foi um facto e, segundo Barreira & Moreira (1998, p.151), nas suas três divisões (Católicos, Protestantes e Ortodoxos), o cristianismo está, hoje, presente em todos os espaços continentais do planeta terra. A Igreja Católica é a mais influente na América Latina, em Portugal, Espanha, França e Itália; o protestantismo domina no pacífico sul, nos Estados Unidos, nos países escandinavos e Grã-Bretanha; os Estados da ex-União Soviética e parte do Leste da Europa constituem espaço geográfico da Igreja Ortodoxa.

O espaço geográfico preenchido pelo Cristianismo nos é confirmado por Smith (2007, p. 415) que nos seus registos afirma que o catolicismo romano é predominante em termos globais, na Europa Central e do Sul, na Irlanda e na América do Sul. Para o autor, a Igreja Ortodoxa exerce a sua influência na Grécia, nos países Eslavos e na antiga União Soviética, enquanto o protestantismo domina a Europa do Norte, a Inglaterra, a Escócia e a América do Norte.

Numa situação de crise nas dimensões económica, política, socio-cultural ou mesmo religiosa, o normal é a população mergulhada nas mesmas crises de forma directa ou ainda indirecta aparecer dividida e a crise vivida pela Igreja em plena alta Idade Média dividiu católicos e os que viriam a ser chamados mais tarde protestantes.

Valida o juízo anterior o facto de que antes da actuação de Martinho Lutero, a Igreja teve o sopro trazido pelas novas Ordens Religiosas dos Franciscanos e dos Dominicanos nos séculos precedentes que apelavam a renovação e entre os males por eles notados se alistam o facto de os cardeais e bispos serem

corruptos, os papas se interessavam mais na política deixando ao esquecimento o fundamento que era agir como sucessor de São Pedro, guiando o povo de Deus na espiritualidade e cristandade (Mondin, 1982, p. 30).

O protestantismo foi criticado pela forma como se tem promovido em várias denominações nos Estados Unidos. É assim que, segundo Smith (2007, p. 432), a estimativa de 900 denominações protestantes existente nos Estados Unidos prova que os cristãos retiram verdades diferentes da Bíblia o que o protestantismo admite com acréscimo de uma justificativa de três pontos sendo o primeiro o alegado exagero no número porque o que é real, é o facto de cerca de 85% dos protestantes repartirem-se em 12 denominações; por outra as divisões entre protestantes reflectem mais origens nacionais diferentes do que teologias diferentes e por último acreditam que a vida e a história são tão fluídas que não se compadecem com o encerrar da palavra redentora de Deus numa única forma.

Ficou claro que antes da actuação de Martinho Lutero dentro da Igreja moveram-se indivíduos que pretendiam colocar ordem na Igreja por meio de uma profunda renovação e foi o caso no século XV de Bernardino de Sena e Girolamo Savonarola e no início do século XVI, Matteo da Boscio que fundou a Ordem dos Capuchinhos e Inácio de Loyola que formatou e afirmou a Ordem dos Jesuítas sem desconsiderar outros nomes como Caetano de Tiene e António M. Zacaria (Mondin, 1982, p. 49).

A Igreja que já tinha accionado um mecanismo preventivo por meio da actuação de seus membros (alguns citados anteriormente), viu-se obrigada a reagir após Martinho Lutero ter avançado nas suas ideias e acções reformistas, assim uma das realizações da Igreja e parece a mais acertada foi o reagir que começou com a convocação do Concílio de Trento (1541-1563), com objectivo de assinalar as pautas do catolicismo para os períodos seguintes e neste espírito da Contra Reforma teve ainda grande valor a Companhia de Jesus. A nível da condução da própria Reforma ficou evidente o radicalismo do suíço Ulrico Zuínglio (1484-1531) e principalmente do francês João Calvino (1509-1564) por ter impedido o avanço do luteranismo fora da área germânica e

estendido a sua derivação do cristianismo as sociedades de França, Países Baixos, Escócia, e mais tarde na América do Norte¹³.

A Reforma Católica que foi inaugurada pelas duas décadas do Concílio de Trento não foi meramente ortodoxa porque promoveu também alguns valores humanos que tinham sido questionados pelos reformadores. É o caso da defesa da dignidade humana, o reconhecimento da capacidade do homem em conhecer a verdade e praticar o bem, e o desenvolvimento destes aspectos no sentido ético-político foi da responsabilidade de pensadores como Tomás de Vio ou Caetano, Francisco de Victória, Francisco Suarez, entre outros (Mondin, 1982, p. 50).

Segundo Huntington (2001, p. 129), a Reforma Protestante foi, à semelhança de outros movimentos fundamentalistas embora islamizados, uma verdadeira reação à estagnação e à corrupção das instituições existentes; que passava um alarme de retorno a uma forma mais pura e exigente da religião.

Quanto às consequências da Reforma Protestante os historiadores são unânimes em considerar que antes de 1517, a Europa era uma na mesma fé, filosofia, civilização, princípios morais e sociais. Após 1517 semeou-se a desordem, guerras religiosas, a descristianização da sociedade, primeiro na Europa e depois em todo o mundo. O aspecto positivo foi o da Reforma ter proporcionado condições decisivas para o pensamento moderno (Mondin, 1982, p. 46).

A Reforma Protestante teve as suas consequências em várias dimensões mas a pior hipótese nestas consequências é o facto de a erosão do Cristianismo, resultante da Reforma, ser uma ameaça para o vigor da civilização ocidental a longo prazo (Huntington, 2001, p.360).

1.5. A Igreja Católica em Angola

A presença da Igreja Católica em Angola é histórica, isto é, inegável não só pelo facto de representar o início de uma outra fase política, cultural, social e diplomática para a população que ocupava esta zona geográfica mas também pelo simbolismo vital que a religião representa nos grupos humanos e a grande

¹³ Conferir: *Atlas Básico de História Universal* (2004, p. 49)

distinção da religião marcar a abertura da globalidade nas relações entre as sociedades que ocupam o planeta terra.

O passado da Igreja Católica em Angola que hoje, e julga-se que numa eternidade futura vai continuar a determinar os destinos dos angolanos e estrangeiros acolhidos nesta terra, teve sua primeira marca registada com a chegada da primeira expedição liderada pelo explorador português Diogo Cão, que implantou o padrão de São Jorge na foz do rio Zaire (Muaca, 2001, p.13). O padrão de São Jorge além de simbolizar o Cristianismo devido a Cruz de Cristo bem montada na parte superior teve também a função de letreiro de identificação da ocupação portuguesa que suportava o seguinte texto:

Na era da criação do mundo de 6681 anos, do nascimento de nosso Senhor, 1482 anos o mui alto, mui excelente e mui poderoso Príncipe El-Rei Dom João II mandou descobrir estas terras e pôr estes Padrões por Diogo Cão, escudeiro da sua casa (Lourenço, 2003, p.13)

Segundo Bembe (2013, p.81), os principais estados da região de Katanga nesta altura em que se deram os primeiros contactos entre Portugal e o Congo, eram o reino Luba e o império Lunda e a Sul do antigo reino do Congo tinham vigor os reinos Ndongo e de Matamba, os quais optaram muito cedo numa fusão.

Está registada nas narrativas da história de Angola uma ideia de equilíbrio entre o Reino de Portugal e o Império da Congo supostamente descoberto pelos europeus e para tal importa confirmar:

Os portugueses tinham entrado em contacto com um estado que, à excepção da tecnologia militar e naval, não era muito diferente do reino de Portugal. Quanto Diogo Cão chegou às margens do Congo, o seu país continuava a ser um reino medieval (Wheeler & Pélissier, 2009, p. 59).

O mais provável na história do Cristianismo em Angola é que a população que ocupava o espaço geográfico que desde 1975 passou a designar-se Angola tivesse conhecimentos relacionados com essa religião em contextos ainda não descritos pelos investigadores.

A especulação anunciada, no texto anterior tem uma carga emocional, isto é inegável, mas a sua razão de ser, tem raízes na anotação dos autores que na descrição das religiões da África, tradicionais e sincréticas descobriram, fazendo uso da arqueologia, e, também das fontes escritas, que no Sul de

Angola, os bantu locais sem serem católicos, adoravam uma cruz de pedra (padrão), colocada ali pelo viajante e explorador Diogo Cão ao serviço da coroa portuguesa (Gromiko et. al, 1987, p. 24). Não se pode separar da constatação anterior o facto de que na parte norte da África, o Egipto foi baptizado pelos cultos cristãos muito antes do cristianismo se tornar religião oficial do Império Romano. Conservando ainda grande vigor, o cristianismo foi aceite pela população esgotada da carga da escravatura e pelos grupos sociais pobres e humildes. Os impostos pesados, as repressões brutais, motivaram a procura de conforto espiritual e a resposta esperada foi dada pelo cristianismo (Davidson, 1978, p.32).

A historiografia da propagação das religiões mundiais na África afirma ser o budismo a primeira religião na África Tropical, seguida pelo judaísmo e, mais tarde, o cristianismo. Mas, o budismo foi trazido por navegadores/mercadores indianos, o reino Axum é o exemplo menos contestado na medida em que no mosteiro Debre Damo e em Adulis, porto principal dos axumitas, foram descobertos objectos sagrados e não só, de origem indiana, no caso são as estatuetas de buda, selos e moedas dos reis budistas (Gromiko et al., 1987, p. 39).

Os primeiros missionários católicos chegaram ao território angolano em 1482, fruto das aventuras coloniais portuguesas, e o gesto que oficializou o início da era católica em Angola foi sem dúvida o ritual de baptismo dos primeiros quatro cristãos católicos em 1491 (Hilemusinda, 2022, p. 177).

Na mesma ordem, Schubert (2000, p.29) informa que no ano de 1483 chegaram informações que inquietaram o Mani Kongo Nzinga Kuvu, este soberano ficou sabendo que indivíduos de pele clara, linguajar estranho, provavelmente pertencentes a uma comunidade religiosa ou mística, atracaram na desembocadura do rio Zaire. Mais tarde chegaram a metrópole do reino do Congo, Mbanza Congo, quatro padres franciscanos emissários do explorador Diogo Cão. Supostamente para garantir a segurança dos seus emissários Diogo Cão pegou em integrantes do povo do Congo e rumou para Portugal.

Segundo Namolo (2015, p. 7), no dobrar de um tempo imparável, cumpriu-se o momento favorável para a Igreja de Cristo, único salvador da humanidade em

todo o mundo, tempo em que em Angola a partir da catequização e do baptismo do primeiro núcleo de quatro cristãos pelos sacerdotes Lóios, em 1483 e, aquando da primeira envagelização, em Abril de 1491 que resultou no baptismo do Conde de Soyo, com o nome de Manuel, e, no mesmo ano com o baptismo do rei do Congo, Nzinga-Nkuvu e da rainha, acendeu-se o facho ardente da fé cristã, e este ritual para os soberanos do Congo teve como consequência a mudança da identidade nominal dos mesmos, para Dom João I e Dona Leonor em homenagem ao casal mais nobre de Portugal.

Numa breve cronologia da História de Angola elaborada por Parreira (2003), é clara a evidência de nos primeiros contactos a família real do Congo ter beneficiado de numerosas vantagens. Assim, a título de exemplo, citamos o facto de Dom João I ter já enviado para Portugal Pedro e João de Santa Maria além de outros familiares para Portugal (Parreira, 2003, p. 13).

A forma como os primeiros contactos se realizaram entre a corte do Congo e de Portugal despertou uma indagação¹⁴ que pode ser natural para qualquer leitor deste assunto. A resposta encontrada e que pode ser aceite de forma colegial refere que aos soberanos dos Estados da África por serem vistos pelo seu povo como sagrados, e, por isso, religiosamente venerados, um ritual de baptismo em primeiro nestas figuras da política e sagradas para o seu povo era uma garantia para a cristianização facilitada dos grupos por eles dirigidos (Gromiko, et al., 1987, p. 47).

Na mesma senda, Davidson (1978, p. 114) fez registos que confirmam que a primeira expedição que atingiu a costa ocidental da África foi chefiada por Diogo Cão. Esta presença favoreceu um passo muito importante na relação entre os dois Estados e os reis escreviam-se como “reis amigos”. O rei do Congo querendo agradar o seu amigo, em resposta ao pedido feito em 1512, começou a conceder títulos de europeus tais como conde, marquês, duque e príncipe aos seus governadores e, converteram-se ao cristianismo adoptando outros nomes, chegando mesmo a mudar o nome da capital que ficou conhecida desde já como São Salvador.

¹⁴ Que razões motivaram a prática de baptizar em primeiro lugar os indivíduos nobres das terras descobertas com destaque ao rei?

Muaca (2001, p.13) destaca que a história de Angola no contexto da envagelização destingue-se substancialmente da história dos primeiros passos dados na conversão ao cristianismo por parte de muitas zonas da África por ter chegado nestas regiões sem o conhecimento prévio das autoridades locais.

Para o tópico anterior, Gabriel (1978, p. 57) defende que de forma colegial os teólogos tiveram dedicação em estudar em Portugal a melhor via de apostolado a seguir tendo em conta as boas disposições manifestadas pelos congueses, e com a dissecação de algumas experiências anteriores, chegaram à conclusão que a conversão do rei ao cristianismo devia levar todo o seu povo a segui-lo, assim minimizariam o conflito com as autoridades da zona do Congo prevenindo que sobrevenha o mesmo que se deu no Senegal e Benim.

É unânime entre os historiadores a ideia dos primeiros contactos decorrerem de forma harmoniosa, sem contradições e, nestes primeiros contactos o ponto mais alto, segundo Kamabaya (2014, p. 47), foi o tempo de Dom Manuel I de Portugal e de seu contemporâneo o imperador Muene Nzinga Mbemba cujo cumprimento do ritual cristão de baptismo lhe conferiu o nome de Dom Afonso I (1506-1543). Wheeler & Pélissier (2009, p. 60) têm quase o mesmo horizonte temporal das relações pacíficas entre o Congo e Portugal nestes primeiros contactos e fixam como limite o ano de 1575. Também afirmam que o primeiro verdadeiro assimilado na história da aculturação em Angola foi o rei Afonso I.

Sobre os primeiros passos da Igreja Católica em Angola ficou constatado que Muaca (2001, p.27) tem uma defesa certa nas questões que afirma marcarem a pré-evangelização de Angola que são a descoberta do reino do Congo, a implatação do padrão de São Jorge com a cruz de Cristo, boas relações entre os reis de Portugal e do Congo e a chegada da primeira expedição missionária em 1491.

Colocando em evidência a história do Sul de Angola é conveniente cortar azo as redacções que focalizam muito o norte afirmando que no sul, o Cunene não tardou tanto a receber os contactos com os europeus e antes da chegada de missionários já os comerciantes haviam chegado e o primeiro missinonário que pisou as terras dos Kwanhamas reza a história que foi o padre Carlos Duparque em 1876, que fundou a Prefeitura Apostólica da Cimbebásia a leste

do rio Cunene e a posterior lançou as bases da Missão Espiritana do Kuanhama, fundando em 1882, a missão do Humbe (Hilemusinda 2022, p.180).

1.6. A evangelização em Angola

As primeiras comunidades que seguiram a religião cristã em África são situadas nos anos 60 d.C., ou seja, quase ao mesmo tempo da montagem em Roma das primeiras estruturas do cristianismo por Pedro e Paulo. A tolerância na África não exigiu esconderijos e São Marcos abriu a Igreja em Alexandria sem medo nem precauções especiais, na sequência a história da conversão marcou outro espaço na Etiópia onde, também, as perseguições foram quase nulas, o que permitiu a Etiópia se tornar país cristão antes de maior parte da Europa (Muzanga, 2013, p.16).

Segundo Baur (2002, p. 28) o Cristianismo na Etiópia tem raízes lendárias e é reportado à época do imperador Haíle Selassié, numa constituição que sustenta que a monarquia e o sacerdócio etíope são a legítima continuação da dinastia salomónica. Segundo a tradição a rainha do sul, de nome Makeda visitou Salomão e teve um filho de Salomão, Menelique I, que enviou para ser instruído e educado em Jerusalém e de regresso Salomão deu-lhe um companheiro, trata-se de Azarias filho do sumo sacerdote Sadoc e, pelo que o filho de Salomão condicionou o seu regresso com a transladação da Arca da Aliança, e este imperativo foi aceite pelo que como resultado a Arca da Aliança veio para Aksum e ainda lá está, preservada na Igreja principal.

Na história da envagelização da época da Expansão Marítima Europeia, Gabriel (1978, p.45) afirma que foi sempre preocupação dos monarcas portugueses a conversão dos povos encontrados pelos seus navegadores ao cristianismo, é neste espírito que surgiu a diocese de Ceuta; o povoamento dos Açores, da Madeira e mais tarde de Cabo Verde e São Tome feitos sempre numa aliança com a Cruz Redentora de Cristo, ocupando assim o aspecto religioso papel importante na vida das novas povoações.

Despido de preconceitos apologéticos, Namolo (2015, p. 9) em jeito de advertência marca a presença do catolicismo em Angola com o nascimento daquele que é considerado por muitos como o principal protagonista da reforma protestante, já que, o monge católico Martinho Lutero nasceu em 1483.

É caso muito significativo que exclui completamente o protestantismo na primeira evangelização.

O pastor Henderson (1990, p.39) esclarece serem duas entidades responsáveis pela implantação da Igreja em Angola entre as quais o Padroado instituído pelo Papa Nicolau V, mediante a Bula *Romanus Pontifex*, de 8 de Janeiro de 1455, e a Propaganda Fide com a capital em Roma que desde a sua fundação em 1622 assumiu a tarefa de expandir a fé em todas as áreas de missão.

Segundo Muaca (2001, p. 149), a primeira evangelização de Angola (1491-1834), marcada pelo grande entusiasmo do rei do Congo e de seus subditos em abraçar a fé cristã foi obra exclusiva da Igreja Católica. As confissões protestantes só aparecem na segunda evangelização por determinação das potências da Europa e não só, que participaram da Conferência de Berlim (1884/1885).

O entusiasmo não foi forte o suficiente para impedir que a força de uma tradição no que diz respeito a sucessão real no Congo não tivesse evidências de que ela resiste a mudanças.

Assim, o descontentamento de muitos nobres e a posição ortodoxa de Mpanzu-a-Kitina, formou uma oposição contra o avanço do Cristianismo e as alianças entre os portugueses e congueses, que cada vez mais ganhavam espaço. O resultado desta oposição foi a renúncia de Nzinga-a-Nkuvu (Dom João I) à religião Cristã e rejeição do nome português associado ao abandono da amizade com os mesmos (Kamabaya, 2014, p. 47).

Sobre as dificuldades no processo de evangelização no Congo, Gabriel (1978, p. 57) faz referência as doenças tropicais, a actuação do partido pagão liderado por Mpanzu-a-Kitina, perseguição dos missionários quando denunciavam os pecados públicos dos reis ou dos simples fiéis e o regresso dos missionários mal vistos pelo rei e pelo povo a Portugal.

Já que a natureza humana é descrita como a luta constante para a conquista e defesa de um território exclusivo para a manutenção da existência, a resistência dos congueses no processo de evangelização pode também ser interpretada como de combate à ocupação territorial.

Nesta óptica, confirma-se o que Gungu (2014, p. 40) defende de o objectivo dos portugueses de fazer novas cristandades não ser compatível com a tese

de relações pacíficas porque a fé pressupunha ensino aturado, explicação muitas vezes repetida, insistência teimosa na fixação de princípios morais e na aceitação de doutrinas, mistérios e dogmas religiosos por vezes incompreensíveis.

Em 1521 a história do Congo confirma a nomeação do primeiro Bispo de sangue real, com argumentos de que o pai do mesmo, o rei Dom Afonso I estava espectante em concretizar o sonho. O príncipe Dom Henrique após ser ordenado bispo não se prestou muito a missão que lhe foi confiada por receios de seu pai e o amor doentio do mesmo (Gabriel, 1978, p. 82).

O reinado de Dom Afonso I foi o mais aguerrido e favorável para implantar o catolicismo no Congo uma vez que este soberano havia decretado como obrigatória a religião católica e os que continuavam nas práticas religiosas tradicionais consideradas na altura como animistas eram castigados e queimados vivos, como aconteceu mais tarde no século XVII com Kimpa Vita (Kamabaya, 2014, p.48).

A envagelização do Congo foi obra dos dominicanos, franciscanos terciários, carmelitas, jesuitas, capuchinhos e sacerdotes diocesanos, portugueses e congueses. Esta dedicação mereceu o reconhecimento na criação da Diocese do Congo em 1596, desmembrada de São Tome embora os limites tivessem condicionados ao poder da presença portuguesa (Muaca, 2001, p. 44).

No Congo as causas do fracasso da envagelização foram diversas, e Gabriel (1978, pp. 223-241) destaca o feticismo, a poligamia, o clima, dificuldades de comunicação, falta de religiosas, falta de seminários, a mistura da situação política, escravatura.

Para o reino dos Ngolas as relações com os portugueses não foram facilitadas. Ora, nenhum Ngola recebeu os enviados de Portugal de braços abertos, os Ngolas nunca quiseram ser baptizados nem receber nomes portugueses e os primeiros enviados de Portugal em 1560 acabaram presos (Kamabaya, 2014, p. 49).

Os primeiros portugueses a chegarem no reino do Ndongo foram homens com alguma experiência de trabalho no Congo. Trata-se de Manuel Pacheco, militar, e Baltazar de Castro, o escrivão, e foram movidos pela ânsia de descobrir as minas de prata e de ouro, criar uma colónia desde o rio Ambriz até

o Cabo da Boa Esperança, ou seja, um novo Brasil e dar a Igreja mais um reino Cristão (Muaca, 2001, p.48).

Kamabaya (2014, p.50) salienta que Manuel Pacheco foi morto e Baltazar de Castro reduzido a escravatura e, na sequência, foi libertado graças ao pedido de Dom Afonso I do Congo. De volta a Portugal, Baltazar Diogo informou ao rei de Portugal que as minas de prata se encontravam em Kambambe por isso escolheram Paulo Dias de Novais para continuar a empreitada. Na primeira viagem de Paulo Dias de Novais em 1560 para o Ndongo este ficou preso e só conseguiu se libertar devido a luta de Kilwango-Kia-Kungu para se libertar da condição de vassalo, por isso Ngola Kilwanji recorreu a seu prisioneiro português mandatando o mesmo à Portugal na esperança de conseguir ajuda necessária.

Pelo facto do reino do Ndongo ser um dos reinos mais apulentos da Costa da África, Portugal reservava a conquista, a ferro e fogo, a exploração intensiva de escravos para as plantações e minas do Brasil e outras partes da América (Amaral, 1996, p. 14).

Na segunda viagem de Novais a armada deu sua largada de Portugal no dia 23 de Outubro de 1574 e a comitiva era composta de 700 soldados para conquistar o Ndongo, ou reino de Angola (Parreira, 2003, p.28). Kamabaya (2014, p.51) registou um total de catorze navios dos quais em sete seguiam padres jesuítas e o número que faz a diferença era de navios mercadores.

O avanço da evangelização para o interior, segundo Gabriel (1978, p.72), foi marcado com a fundação do presídio de Muxima em 1599 e o de Cambambe em 1604. De uma forma clara percebe-se que foi este acto mera tentativa, porque este período a nível do corredor do Kwanza foi de insegurança.

As investidas dos portugueses para a ocupação das terras dos Ngolas levaram Kilwanji a criar de uma forma genial a primeira coligação do Kwanza que resultou em sucessos nas batalhas de Angoleme-a-Kintambu, Kambambe e Cafuxe. O valente guerreiro Kilwanji, após ser feito prisioneiro pelo capitão Manuel Cerveira Pereira, em 1605, em 1671 foi decapitado e aparece em cena Ngola Mbandi cuja fragilidade muito cedo fez com que o poder passasse para Njinga Mbandi que pelas habilidades que suplantam a sua natureza numa coligação com os holandeses reduziu os portugueses a defesa, libertou

escravos e, este acto chegou mesmo a causar a carência dos mesmos no Brasil (Kamabaya, 2014, pp. 63-69).

A resistência liderada por Njinga Mbandi após a morte de Ngola Mbandi por desgosto ou envenenamento, pode ser classificada em política e religiosa, uma vez que, ela abandonou a crença cristã e voltou à práticas que se acredita serem de feitiçaria e magia alimentando os costumes bárbaros dos jagas (Gabriel, 1978, pp. 72-74).

Em parte a resistência de Njinga Mbandi com tanta bravura não é redutível só a sentimentos nacionalistas por quanto havia nela certa dose de desgosto pela vida devido ao desaparecimento do seu único filho. Por isso manteve firme a ideia de uma grande vingança e nasceu nela o ódio pelas crianças do genero masculino, chegando mesmo algumas vezes a arrancar o coração de algumas crianças, comia-o, bebia o sangue e atirava com a carne aos cães (Assunção, 1993, pp.138-139).

A primeira envagelização de Angola (1491-1834) foi realizada pelos católicos e as confissões protestantes por força da Conferência de Berlim apareceram com maior vigor no final do século XIX, com exclusão da Igreja Baptista que marcou presença em 1878 na região do antigo reino do Congo (Muaca, 2001, p.149).

Angola experimentou a actividade protestante tarde em relação a outros territórios da África. A chegada dos protestantes no último quartel do século XIX encontrou um movimento missionário católico fraco confinado às cidades de Luanda e Benguela após três séculos e representou para a população maior oportunidade de educação, saúde e religião (Weeler & Péliissier, 2009, p. 124).

Na segunda evangelização, que cobriu o período de 1865-1975, segundo a análise de Muaca (2001, p. 98), a Propaganda Fide antecedeu o Padroado na actuação, sucedeu conflitos de poder entre as duas instituições, conflitos entre as missões autónomas e o governo português, o que dificultou em parte a promoção de mais famílias cristãs já que, o ritual de casamento cristão e católico realizado numa missão autónoma não era reconhecido pelo governo colonial. Este conflito só ficou resolvido aos 15 de Dezembro de 1906 quando Dom António Barbosa Leão publicou uma provisão em que declarava tomar conta da jurisdição espiritual em todo território de Angola.

Situado no período da segunda evangelização, conforme Muaca (2001, p.93), Henderson (1990, p.108) afirma que de 1900 a 1965 registou-se rápido crescimento da Igreja Católica, pois cerca de 109 missões foram abertas.

Na evangelização, a actuação da Igreja Católica e das protestantes era diferenciada pelo facto dos primeiros darem mais importância ao clero e os protestantes davam mais importância ao papel dos dirigentes leigos e neste processo de evangelização o governo português era muito desconfiado em relação os protestantes receando a influência desnacionalizadora (Henderson, 1990, p. 85).

Segundo Wheeler & Péliissier (2009, p. 126) os Baptistas foram o primeiro grupo de protestantes a pisarem o solo da colónia portuguesa de Angola em 1878, seguidos pelos Congregacionistas em 1880, Metodistas em 1885. A conferência de Berlim tornou a corrida mais fluida, de 1885 a 1914 os registos indicam a Igreja Unida de Canadá (1886), Missões Cristãs em Muitas Terras (1889), Missão Filafricana (1897), Aliança Cristã e Missinária (1907), Missão Geral da África do Sul (1914), sendo a mais retardada nesta corrida à Adventista do Sétimo Dia com presença em solo da colónia portuguesa de Angola em 1914.

A segunda envagelização tem como razão principal do sucesso, diferente da primeira, os métodos empregues que passavam pelo catucumenato intenso e profundo; dedicação dos catequistas; promoção de mais famílias cristãs e aldeias; uso da língua indígena na formação catequética e a formação do clero diocesano (Muaca, 2001, p.104).

Henderson (1990, p.33) em jeito de conclusão do tópico do crescimento da igreja em Angola no século XX, sugere-a como resposta o facto do solo ser fértil para a evangelização.

1.7. A Igreja Católica no Lubango

Nos primeiros contactos estabelecidos entre europeus e africanos interessava mais a fixação ao longo da costa já que a partir daí, os europeus conseguiam adquirir mercadorias vindas do interior. É nesta óptica que Lourenço (2003, p. 28) salienta que Lopes Soares Lasso ao conduzir os destinos do governo de Benguela colheu as primeiras informações sobre a Huíla quando estendeu a

sua autoridade até Caconda. No entanto, a primeira hipótese da presença europeia na Huíla reporta o ano de 1639 e a geografia da mesma por se situar entre Moçamedes, Quilengues e Caconda bem como as possibilidades em termos de produção agrária e não só motivaram a ocupação.

No que tange a geografia humana, o espaço que corresponde ao ex-distrito da Huíla é composto pelos Muila, os Gambwe, os Humbe, os Donguena, os Hinga os Cuancua, os Handa, os Quipungo, Quilengue-Humbe e Quilengue-Mussu, grupos que se encontram também espalhados pelas terras do ex-distrito do Cunene. O Lubango é povoado pelos mesmos grupos sem desprestigiar a presença dos boers e europóides, grupo que na assimilação dos nativos que de forma errada aglutinaram e apelidaram de nhaneca-humbe não tiveram tanto sucesso por força de serem os mais conservadores de Angola (Henderson, 1990, p.25).

Segundo Lourenço (2003, p.29), a colonização da Huíla a partir de Moçâmedes teve como actor João Francisco Garcia que, motivado pela tentativa de superar a condição de perigo das investidas dos povos do interior faz esforços de aproximação com a autoridade tradicional da Huíla interessada na aliança com objectivo de superar a situação de insegurança resultante do confronto com a autoridade tradicional do Jau, pelo que, colaborou para edificação da fortaleza da Huíla.

Da necessidade da segurança ao longo da costa contra as investidas de estrangeiros e populações nativas do interior, as necessidades do comércio do marfim e da urzela associada a exploração das terras, motivou a planificação da colonização branca no sul e sudoeste de Angola, movendo assim sucessivas correntes migratórias com origens no Brasil, Ilha da Madeira, Algarve e do Transval (Nascimento, 2022, p. 50).

A migração dos brasileiros atingiu a Huíla em 1849, fracassada esta tentativa de formação de uma colónia brasileira o governo português optou por uma colonização dirigida e cria em 1850 a Colónia e o Conselho da Huíla nomeando para a direcção e chefia o Major Manuel Inácio da Rocha que com o Major António Maria não tardam a serem mortos na Catala, a uns cinco kilómetros da fortaleza. Falhados os colonatos civis de portugueses, brasileiros e alemães, o Ministro dos Estrangeiros e Ultramar apostou na colonização militar. Os Boers vindos do Transval em correspondência ao convite do Governador de

Moçamedes, Nunes da Mata, fixaram-se na Huíla. Estes tiveram de se retirar e fixar-se na Humpata pois, o espaço teria sido concedido pelo rei de Portugal aos Missionários do Espírito Santo (Lourenço, 2003, p.31).

Na Huíla é possível verificar que dos contactos e relações feitas pelos missinários resultou boas relações com os soberanos daquele território e este sucesso foi aproveitado pelo governo português tal como defende esta prática (Nascimento, 2022, p. 57).

Segundo Mbilingui (1997, p. 22), no que diz respeito a história da Arquidiocese do Lubango, a missão da Huíla foi fundada em 1881 pelos padres Duparquet e José Maria Antunes, por isso é centenária com mérito de berço de outras missões entre as quais se alista a do Munhino.

Antes da fundação da missão da Huíla autorizada por Decreto régio de 28 de Julho de 1881 e erecta canonicamente por Portaria do Bispo de Angola e Congo, consta dos anais da História que o padre José Maria Antunes de passagem por Luanda recebeu do Governador Geral a doação de 2000 hectares de terreno, à escolha na Huíla e pediu-lhe para montar o posto meteorológico e forneceu equipamentos técnicos (Lourenço, 2003, p.150).

Desta cooperação se faz uma inferência de que o governo já promovia antes da Conferência de Berlim a ocupação efectiva por meio de missionários na medida em que um espaço que corresponde a dois campos de futebol com potencialidades de água e fertilidade não se entende que estivesse desocupado enquanto a tradição bantu defende a não existência de espaço sem ocupante¹⁵.

Por outra, o mais importante é que desta forma promovia-se o catolicismo nestas terras conforme registou Gabriel:

No Sudoeste a Missão da Huíla, a qual o Bispo Dom José Neto confiou o seminário diocesano em 1882, havia criado à sua volta e numa linha para o sul em direcção ao Cunene várias missões sucursais que ocupam todo aquele planalto. Ao mesmo tempo instalam-se ali vários núcleos de colonos europeus e fundam-se vilas e povoações às quais os sacerdotes seculares prestam a sua assistência como párocos (Gabriel, 1978, p. 255).

¹⁵ Conferir: Arjago, (2002, p.28) *Os Sobas: Apotamentos Étno-Históricos Sobre os Ovimbundus de Benguela*.

A Missão da Huíla também deu seus préstimos na formação de sacerdotes embora em número reduzido já que de 1882, data em que se efectivou a transferência do seminário de Luanda para a missão da Huíla, pelo Bispo José Neto até 1907 só foram ordenados seis homens (Henderson, 1990, p.182).

Para a implantação do catolicismo nas terras da Huíla os missionários debateram-se com condicionalismos de ordem natural que retardaram o processo. É o caso dos anos de 1891 e 1895 em que as pragas de gafanhotos e as baixas temperaturas tiveram como consequência o retorno de seminaristas internos às famílias devido a falta de alimentação (Lourenço, 2003, p.154).

Segundo Gabriel (1978, p. 256) o seminário diocesano foi transferido da Huíla para Luanda em 1907, mas em Luanda na prática o seminário era também, um estabelecimento de ensino secundário destinado a promover os quadros da função pública. Entretanto, na Huíla fundaram-se seminários menores em cumprimento das recomendações da Santa Sé para a formação do clero local.

A presença de padres não constituía grande potencialidade para a educação cristã do género feminino. Assim, em 1887 chegaram a Huíla três Irmãs da Comunidade de São José de Cluny. Esta chegada motivou a criação de uma sucursal, ala esquerda destinada ao género feminino. Em 1895-1897 o internamento contava com um somatório de 175 raparigas que vinham de toda a parte, aprendiam a coser, fazer malha, cuidar da higiene da roupa e do corpo e não faltava a assimilação dos trabalhos agrícolas, o fim último era educar para poderem estar emacipadas e terem bases para aguentar o casamento formando assim verdadeiras famílias cristãs (Lourenço, 2003, p. 155).

Na análise da relação do catolicismo com a colonização, Oliveira (1971, p.126) salienta que se as missões fossem portuguesas tinham mais garantia para o fim da colonização, mas a pesar da onda de receios que em alguns casos incidia sobre as missões católicas em Angola, ainda assim o trabalho por estas realizado ultrapassou as expectativas dos colonos porque foram bastante prestativas na transmissão de novos valores aos nativos facilitando o processo de “europeização” dos mesmos.

No que concerne a desconfiança, moveram-se preconceitos na empreitada realizada pelo padre Duparquet na Missão da Huíla. Por isso, este sacerdote consciente desta situação, escreve ao vigário Geral da Diocese, em 27 de Abril

de 1882, na sequência compra a Fazenda Agrícola do Munhino, sonhando fazer dela Seminário e tirar outras vantagens que pudessem servir a Perfeitura da Cimbebásia. Porém, após a saída do padre Duparque em 1885, o padre Antunes planificou, com auxílio dos seus missionários, tirar melhor proveito da fazenda formando os autóctones e responsabilizar os mesmos a ensinar os seus irmãos e os missionários espiritanos só passaram a morar neste espaço em 1898 (Lourenço, 2003, p.185).

Na verdade, a data que foi estipulada no que diz respeito a Missão do Munhino é de 1898 e a sua fundação é atribuída por mérito ao padre Duparquet (Mbilingui, 1997, p. 23).

A cidade do Lubango teve a sua fundação imputada à chegada de colonos madeirenses aos 19 de Janeiro de 1885. Estes se estabeleceram numa zona denominada Luvangu, esta cidade ficou conhecida como Sá da Banbeira em homenagem ao titular da pasta do Ultramar, marquês de Sá da Bandeira. A tentativa de união de colonos boers e os vindos da Madeira em 1887 não teve sucesso (Lourenço, 2003, pp. 171-206).

Os boers prestaram-se bem para com os portugueses de 1879 à 1893, neste período eles esmagaram as rebeliões dos africanos e abriram vias de comunicação para os portugueses em recompensa estes receberam dos portugueses uma área de primeira escolha a norte do Lubango. Aos madeirenses a orientação de se fixarem no Lubango foi dada com a finalidade de amortecer o impacto dos boers nas imediações, e o resultado negativo nesta acção proporcionou o avanço da assimilação cultural dos boers e para tal o governo enviou padres e professores portugueses para conquistar a cidadania plena dos boers (Wheeler & Pélissier, 2009, pp. 118-119).

No esclarecimento da história dos madeirenses, João de Almeida (1912, citado por Lourenço, 2003, p. 207) refere que o colonato dos madeirenses foi mais tarde transferido para Kakongo, um sítio cercado pelos rios Mukufi, a sul Lubango a Oeste, Mapunda a noroeste, todos afluentes do rio Kakuluvar e na conjugação de esforços estes colonos arroteiam as terras, rasgam valas levantam instalações para serviços públicos necessários entre os quais escolas, igreja, residência do médico e farmácia. Do grupo de madeirenses que chegaram em Janeiro de 1885, se juntou um novo de 316 pessoas que chegaram a meio do ano.

Segundo Henderson (1990, p. 213), na maior parte do tempo colonial os ministérios católicos funcionavam como supervisores dos serviços de saúde e o reforço desta actuação dos missionários católicos na saúde foi dado em 1936 com a promulgação do Decreto número 27/294, que autorizava o governo a requisitar enfermeiros missionários católicos.

Bastos (2011, citado por Nascimento, 2022, p.79) indica um total de 44 madeirenses que chegaram em 1884, no vapor Índia e que acabaram por se instalar no Lubango.

A constante mudança e a mobilização de diversas formas de povoamento podem sustentar possivelmente um nível elevado de dificuldades para a colonização do Sul de Angola. Daí se infere que a descrição de Lourenço (2003, p. 198) que confere à Missão do Huíla as filiais do Jau, Tchivinguiro, Kihita, Gambos, Munhino e nos colonatos da Humpata, Lubango, Chibia, e Kapangombe, está sem dúvida ligada a procura de sucesso para estes grupos. Assim, o primeiro passo da implatação da Igreja Católica no Lubango enquadra-se na 1ª divisão eclesiástica de Angola, criada pelo Papa Clemente VIII (1592-1602) pela *Bula Super Specula Militantis Ecclesiae*, de 20 de Maio de 1596 e na 2ª divisão eclesiástica de Angola que o Papa Pio XII (1939-1958), pela *Bula Sollenibus conventionibus*, de 4 de Setembro de 1940 que suprimiu todas as circunscrições angolanas e criou no mesmo ano a Arquidiocese de Luanda, sendo o primeiro Arcebispo o Senhor Dom Moisés Alves de Pinho e as Dioceses de Silva Porto e a de Nova Lisboa e, conseqüentemente com a evolução, a Diocese de Sá da Bandeira desmembrou-se desta última (Namolo, 2015, pp. 8-10).

Os madeirenses viveram o fenómeno do retorno às origens, pois, segundo Lourenço (2003, p. 210), este povo celebrava com especial devoção as festas da Assunção de Nossa Senhora na Ilha de onde vieram e a saudade levou-os a construir na encosta do monte que circunda o Lubango a capelinha com a imagem em sua honra, em 1921.

Sobre o Catolicismo no Lubango, Hoskin (2021, p. 63) na narrativa da vida da família Foster salienta, sem exatidão, o facto de que a presença católica na região não podia ser negada, pois em 1957 eles tinham levantado a imagem do Cristo Rei no alto da montanha, que em forma de um anel circunda a cidade do Lubango; com 30 metros de altura e feita de mármore, esta estatua tem a

forma de Cristo com braços abertos, imitando as estátuas que se vê em Lisboa e no rio de Janeiro.

Segundo Lourenço (2003, p. 211) a construção da estátua foi resultado da engenharia de Carlos Frasão Sardinha, este planificou coisa parecida com a estátua de Cristo-Rei do Corcovado, do Rio de Janeiro, ou de Almada. E no dia 30 de Outubro de 1960 realizou-se a inauguração na presença de milhares de pessoas pelo Bispo Dom Altino Ribeiro de Santana, primeiro bispo da Diocese de Sá da Bandeira. Após a bênção celebrou a Missa.

Namolo (2015, p. 10) destaca na empreitada da primeira envagelização no sul de Angola os padres Carlos Duparquet e José Maria Antunes como caboqueiros e pioneiros.

Os espiritanos na Huíla mostraram ser verdadeiros activistas das populações marginalizadas porquanto na abertura da missão da Huíla o internato serviu também para jovens libertos da escravatura e órfãos (Lourenço, 2003, p. 150).

O catolicismo no Lubango ficou mais robusto a partir dos meados do século XX com o surgir da Missão da Nossa Senhora das Dores, em 1945¹⁶, e das paróquias de São João da Mapunda, em 1953, a de Nossa Senhora do Monte – Paróquia da Assunção (Lage) em 1963, a de Santo António, Paróquia da Imaculada Conceição (Machiqueira), em 1917, e o surgir de uma Reitoria no Hoque também em 1917.

A história do catolicismo no Lubango ficou marcada pelos missionários espiritanos e os Bispos, Dom Altino Ribeiro de Santana e Dom Eurico Dias Nogueira (Namolo, 2015, p. 13).

Conclusões do Capítulo

Conclui-se que a Igreja Católica durante o percurso da história da Humanidade no que tange as políticas dos povos teve evidências muito significativas e impares, na sua actuação, não poupou esforços para acolher e defender muitos grupos humanos é o caso dos judeus em geral na vigência do império Romano do Ocidente; mulheres, crianças e escravos na Europa, no Egípto; em Angola.

¹⁶ Em 1965, a Paróquia de Nossa Senhora das Dores foi categorizada como missão.

Ficou claro durante a abordagem que a Igreja Católica cometeu erros, principalmente durante a Idade Média, mais tal facto se deu pelo peso da natureza humana, pois a Igreja é representada por homens, homens susceptíveis de falhar ou acertar, por isso falharam muito nesta época, o que não reduziu a importância da Igreja Católica na medida em que evitou o promoção do caos pelos barbaros na Europa com a envagelização e a vigência da Teocracia onde esta aparecia no centro e educaram a Europa promovendo nas universidades o ensino do Direito.

Os sacerdotes católicos foram descritos por alguns autores como executores das políticas colonias o que se traduz na política dos três M¹⁷. Não se nega este facto, mas parece verificarem-se exageros porque entre missionários católicos e o Governo da Colónia de Angola existiram conflitos, no caso o exemplo presente neste trabalho é o do missionário espiritano padre Duparquet, que se viu na obrigação de abrir outra missão, a do Munhino.

A teoria muito defendida de que primeiro chegaram os missionários é errada porque de forma geral, a expansão da fé se fez quase ao mesmo tempo que fazendo o uso de meios bélicos a Europa ocupou as novas terras da África, mas a Igreja não pode ser responsabilizada pelas extorções e violências que os conquistadores praticaram porque na generalidade não foi possível envagelizar a África sem apoio europeu pela falta gritante de recursos materias, doenças e as dificuldades de comunicação.

¹⁷ O primeiro **M**: missionário que pacifica; o segundo **M**: marcador que explora e, o terceiro **M**: militar que ocupa.

CAPÍTULO II - O CONTRIBUTO DA IGREJA CATÓLICA NO PROCESSO POLÍTICO DE ANGOLA (INDEPENDÊNCIA E DEMOCRACIA) 1960-1992

CAPÍTULO II - O CONTRIBUTO DA IGREJA CATÓLICA NO PROCESSO POLÍTICO DE ANGOLA (INDEPENDÊNCIA E DEMOCRACIA) 1960-1992

A religião tem sido cada vez mais interpretada de forma a desvirtualizar o bem que a mesma representa. Tal influência tem debilitado em parte o sucesso da Igreja Católica que é por muitos vista como promotora de um fanatismo prejudicial porque alguns afirmam que colocou muitos angolanos na última linha da ignorância. Para provar o real desempenho desta instituição histórica para os angolanos elegem-se os títulos que se seguem.

2.1. A Igreja Católica na história da colonização de Angola

A colonização se for conferida como um processo charneiro que diz respeito a economia e política, num sistema em que convencidos pela detenção de poder superior, países europeus implataram um regime de exploração sobre os povos africanos subjugando os encontrados nos seus territórios, conclui-se que a colonização dos africanos já se fazia sentir antes da Conferência de Berlim (Gungu, 2014, p. 39).

Segundo Santos (1998, citado por Gungu, 2014, p. 40) o objectivo fundamental dos portugueses em todo exercício de expansão e ocupação consistia em fazer novas cristandades e a fé, pressupunha ensino aturado, explicação repetida e insistência na fixação de princípios morais e na aceitação de doutrinas, mistérios e dogmas religiosos por vezes incompreensíveis.

Durante o exercício de leitura constatou-se que no que tange ao esclarecimento da posição da Igreja Católica do século XV ao século XIX, data marcada na história das relações internacionais pela Conferência de Berlim, não ficou manchada pelo erro de servir a colonização mas pelo envolvimento no tráfico de seres humanos capturados em África.

O tráfico de escravos realizado pelos cristãos portugueses em Angola, fez com que o catolicismo no olhar justo dos africanos em vez de conquistar fiéis ganhou mais ódio. No entanto, os portugueses justificavam o tráfico de escravos argumentando que no interior de África havia nativos a viver como animais irracionais. Uma vez que todos os escravos têm direito ao baptismo estes deviam ganhar cidadania nos céus e a salvação se não fossem vendidos

aos heréticos (protestantes). E o Papa Clemente XI, em 1711, aprovou e deu mais ênfase a proibição da venda de escravos aos protestantes quando permitiu o baptismo do rei de Angola com a condição do mesmo não fornecer escravos aos protestantes. Alguns sacerdotes Capuchinhos lutaram contra os excessos da escravatura mais sem êxito (Baur, 2002, pp. 93-95).

Segundo Correia (2004, p. 364, citado por Costa, 2010, p.31) a colonização e o colonialismo são o resultado das carências dos países ou sociedades supostamente mais evoluídos na tecnologia e neste processo impera a ocupação de uma terra distante por um grupo de cidadãos partidos de uma metrópole com a qual não há continuidade territorial e em relação a qual mantém um vínculo de dependência política, jurídica, económica, cultural e militar.

O que aconteceu em África na perspectiva de Kakulo & Morais (2015, p. 21) não é colonização na medida em que a palavra possui uma conotação pacífica, que infelizmente lhe foi negada pela aplicação prática dos colonizadores. A legalidade da colonização teve como instrumento a Conferência de Berlim que aconteceu de 15 de Novembro de 1884 a 26 de Fevereiro de 1885, por meio da qual foi legitimada a ocupação colonial europeia em África (Gungu, 2014, p. 42).

Baur (2002, p. 451) observa que o movimento missionário em África precedeu a colonização por quase um século e na África Ocidental gozou com uma forte iniciativa dos africanos.

Segundo Shubert (2000, p. 47) o facto da residência do arcebispo (Dom Moisés Alves de Pinho) em Luanda, ser tão próxima ao palácio do governador, traduzia para muitos observadores uma Igreja ao serviço da colonização e, portanto a Igreja Católica era Igreja do Estado. Ora, tal catalogação da Igreja Católica na colónia de Angola é muito generalista na medida em que Gabriel (1978, p. 535) advoga que o governador de Luanda, Coronel Horácio de Sá Viana Rebelo nas comemorações dos 25 anos de episcopado e 50 de sacerdócio ao tecer o elogio do arcebispo, informou que eram vizinhos com as portas de entrada a dois passos de distância no entanto, para cada um, pesavam preocupações e objectivos diferentes, que se cruzam e cooperam para o bem do povo.

Se existiu tal cooperação a Igreja Católica ganhou a competição na promoção do bem do povo, embora imbuída numa suposta superioridade normal na comparação das religiões defendeu na prática a construção de escolas, hospitais e internatos para órfãos (Kakulo & Morais, 2015, p. 21). No final do século XX, a população angolana que frequentava a escola era de dois por cento do total e, num debate sobre a educação a 8 de Abril de 1958 o Bispo de Malanje, Dom Manuel Nunes Gabriel, criticou duramente o facto de Portugal estar a educar apenas uma parte ínfima do povo africano apesar de legalmente todas as escolas estarem abertas a pessoas de todas as raças (Weeler & Pélissier, 2009, p. 200).

No que diz respeito a civilização, Carvalho (s/d, p. 58) observa que provavelmente sem a Igreja Católica nenhum português resistia em estar em Angola e a obra da civilização portuguesa estaria comprometida. O autor também revela a existência de padres que agiam por conta própria e acabavam por imiscuírem-se em assuntos do Estado e os mesmos agiam protegendo muitos populares de Angola dos perigos do trabalho contratado voluntário e o obrigatório.

Os missionários tiveram mais dedicação na obra da civilização, foram forçados a servir a colonização. Por isso concorda-se com Oliveira (2022, p. 24) que distingue os missionários dos colonizadores pelo facto dos missionários fazerem dos novos territórios a sua pátria e da nova gente a sua família, vivendo e morrendo no meio deles. Neste aspecto Henderson (1990, p.84) descreve a entrega dos missionários nos actos de fertilizar o solo com o próprio sangue devido às doenças e aos ataques violentos tanto de homens quanto de animais selvagens.

Importa concluir a abordagem fazendo menção aos motivos da expansão portuguesa que são a conversão de mais crentes ao cristianismo, a dilatação do Império e a exploração de riquezas, motivos cuja análise do padre Miguel de Oliveira atribuiu impossibilidade de eleger o mais preponderante mas que, a Igreja e o Estado se prestaram mútuo apoio (Muaca, 2001, p.30).

2.2. O contexto histórico e geográfico de Angola

O contexto histórico de Angola é marcado por uma realidade que se arrisca a catalogar como autêntica astúcia, porque assim como a rainha Victória, prima do imperador Guilherme I, deu de presente o monte Kilimanjaro nas comemorações do 90º ano natalício deste nobre, Dom Sebastião não teve memória saudável nem ética suficiente para evitar a produção de uma carta de doação e autêntico legítimo título de propriedade que confere as terras de Angola a Paulo Dias de Novais justificando tal acto com a nobre tarefa realizada por Bartolomeu Dias de Novais por sinal avô do beneficiário para a coroa destes Reinos (Manuel, 2021, p. 28).

Do ponto de vista da etnicidade, Angola é uma sociedade plural onde é notável a presença de vários grupos culturais, numa estimativa de 90 etnias, número flexibilizado por ser enganador pois, muitos dos grupos partilham culturas e valores comuns e outros não se reconhecem nas catalogações coloniais. Entre os grupos que compõem o mosaico territorial de Angola o grupo racial negroide é um invasor no espaço muito antes ocupado pelos Bosquimanes (Wheeler & Péliissier, 2009, p. 32).

Na mesma linha de pesamento Nascimento (2022, p. 44) defende que na macro-região, conhecida como Sul de Angola, é notável a presença de uma diversidade de povos, e as generalizações que os resumem em três macro grupos nhaneca-humbe, herero e ovambo são violentas não dão conta das grandes diferenças existentes entre eles.

Ainda, segundo Rosa Melo (2005, citada por Nascimento, 2022, p.45) a construção destas generalizações, denominações socialmente edificadas no contexto do contacto que diversos grupos estabeleceram entre si, como *ovakwamatwi*, que quer dizer os de orelhas avantajadas foram tomadas pelos europeus como sendo denominações endógenas, constando algumas delas nas catalogações etnográficas.

Posterior ao movimento migratório dos bantu foi a chegada dos europeus em 1482, mas importa replicar que no Sul de Angola a chegada dos europeus (portugueses) foi tardia. Aconteceu no final da primeira metade do século XIX, motivada pelo ressentimento do avanço dos britânicos na região do além

Cunene, esta preocupação é patente na medida em que o governo metropolitano português enviou instruções em 1838 a Sá da Bandeira, então ministro do Ultramar, para que redobre a atenção pois as nações poderosas se têm introduzido em alguns dos domínios africanos valendo-se de falsos pretextos (Nascimento, 2022, p. 45).

De facto os britânicos foram o maior império colonial de África, e não só, como defende Manuel (2021, p. 19) quando indica que eles em África ocuparam o Egipto, e todos os Estados pós-coloniais ligados ao Índico e alguns sem ligação ao mar, com excepção de Moçambique, Etiópia, Eritreia, partilharam com a França as colónias do derrotado Império Otomano após 1945, ocuparam ainda o subcontinente indiano, pequenos territórios no extremo-oriental e praticamente toda a Oceania ficando com 3/5 do espaço do subcontinente norte-americano e ocupações limitadas nas Antilhas e na América do Sul.

O processo histórico que diz respeito a chegada dos portugueses em 1482 até a proclamação da independência de Angola é repartido por Hilemusinda (2022, pp. 69-70) em três, sendo o primeiro o da conquista cujas marcas são as trocas amigáveis entre o rei de Portugal e do Congo, à conquista do reino dos Ngola e fundação de Luanda em 1576, resultando desta empreitada a fundação das fortalezas portuguesas de Massangano em 1583 e Muxima em 1594. O segundo período é o do tráfico de escravos em que nas resistências os famosos Quilombos do Brasil parecem confirmar mais escravos saídos de Angola e, finalmente, o terceiro período que diz respeito a época de exploração de produtos¹⁸ coloniais com início em 1845, caracterizado pela corrida intensa rumo a ocupação e exploração da África pelas potências coloniais principalmente após a Conferência de Berlim .

No que tange a geografia humana de Angola, Muaca (2001, p. 23) salienta que os *bafíotes* ocupam a província de Cabinda com extensão nos dois Congos; os *bacongós* preenchem a região que diz respeito às províncias do Uíge e Zaire e as regiões de Matadi e Kíssantu na actual República Democrática do Congo; os

¹⁸ Produtos tropicais e minérios, mel, borracha, açúcar, café, algodão, tabaco, milho, diamantes, ferro e o petróleo.

ambundu que têm na sua maioria o berço e localização em Luanda, Bengo, Kuanza-Norte e parte do Kuanza Sul e toda extensão de Malanje; os *tchokwes* cujo habitat corresponde as províncias do Moxico, da Lunda, com ramificações no Kuando Kubango e na República Democrática do Congo; *ovimbundos* que povoam a província costeira de Benguela, os planaltos do Huambo e Bié com prolongamentos na Huíla Moxico, Kuando-Kubango e Kuanza-Sul; no Sul temos *nhanecas* confinados na sua maioria na Huíla; os *kuanhamas* no Cunene com larga presença na Namíbia, sem esquecer no Leste os *nganguelas*, grupo maioritário no Kuando-Kubango.

Angola, em termos da sua geografia física está situada no Sudoeste da África, a Sul do Equador e a Norte do Trópico de Capricórnio, entre os paralelos 4º e 18º Sul e os meridianos 12º e 24º. Angola está limitada a Norte pelos Estados dos Congos (ex- Congo Brazzaville e o ex- Congo Belga), ao Sul a República da Namíbia, a Este o Congo Democrático e a ex- colónia inglesa da Zâmbia e a Oeste a fronteira natural como é óbvio o Oceano Atlântico (Zerquera, 2011, p. 11).

A geografia física de Angola pelo menos na sua dimensão e configuração teve grande impacto na chegada dos portugueses, as conquistas forçadas principalmente pela influência da Conferência de Berlim que ditou a garantia da posse dos territórios por meio da presença de almas da sua nacionalidade ou outras (Muaca, 2001, p.22). A Conferência de Berlim (1884-1885) que muitos apelidaram de Conferência de Partilha da África¹⁹ pela sua complexidade, leva a aceitar um juízo de avaliação que culmina com a ideia de que tratar de fronteiras nunca foi assunto de fácil gestão em toda a História da ocupação dos espaços da terra pelo homem (Hilemusinda, 2022, p.60).

Conforme Nbah (2010, p. 367) se pode aferir que um dos Acordos que adicionou mais espaço ao território angolano é o de Alvor porque no anexo que o autor apresenta na sua obra lê-se no artigo 3º do Capítulo I que Cabinda é parte legítima e inalienável do território angolano. Assim, de acordo com o pensamento anterior, Costa (2010, p.10) escreve de uma forma clara que

¹⁹ Entre tais Historiadores temos a destacar Basil Davidson; Conferir: *Guia Para a História da África*. Lubango, Gráfica da Huíla 1977.

Angola ocupa uma área de aproximadamente 1 246 700 km², incluindo a superfície do enclave de Cabinda.

Antes do Acordo de Alvor, celebraram-se outros Acordos porque segundo Lopes & Capumba (2006, p. 62) dos acordos bilaterais celebrados entre as potências europeias, Portugal conseguiu a configuração da sua colónia de Angola assinando com a Associação Internacional do Congo a 14 de Fevereiro de 1885 para resolver o problema do Congo, zona em que Portugal renunciou as terras da margem direita do rio Congo, em 1886, assinou em Maio com a França para resolver o problema de Cabinda e em Dezembro com a Alemanha para determinar a fronteira sul de Angola cuja condição para Portugal embocou na renúcia dos territórios situados entre o Cabo Frio e a foz do rio Cunene. Em 1905 Portugal assinou uma convenção com a Inglaterra com objectivo de fixar a fronteira entre Angola e a Rodésia do Norte.

No que tange ao contexto histórico de Angola, Muaca (2001, p.25) tem uma abordagem mais completa porque indica que no percurso histórico de 1482 à 1975 Angola teve as seguintes denominações:

- 1- Reino do Congo (1482-1575).
- 2- Reino do Congo e Angola (1575-1617).
- 3- Reino da Congo, Angola e Benguela (1617, 1836).
- 4- Governo de Angola segundo o Decreto de 7 de Dezembro de 1836.
- 5- Colónia de Angola de (1910-1948).
- 6- De 1948 até a morte de Salazar – Província de Angola.
- 7- Gestão do académico Marcelo Caetano – Estado de Angola
- 8- Ganhou a designação de República Popular de Angola em 1975.

2.3. O catolicismo na colónia de Angola antes de 1960

O ano de 1960 é um oásis na História de África em geral e de Angola em particular no que diz respeito a conquista das liberdades políticas, e na primeira metade do século XX a Igreja Católica em Angola sofreu inúmeras pressões cuja dissecação das peripécias não é um desvio para o que interessa neste estudo.

Durante as primeiras décadas do século XX pode-se marcar, segundo Gabriel (1978, pp. 255-343), como factos relevantes a proclamação do regime

republicano em Portugal, Primeira Guerra Mundial, Decretos nº 5778 e nº 6322 em 1919, Estatuto Missionário de João Belo-1926, sem desprestigiar a assinatura da Concordata e o Acordo Missionário.

Na primeira metade do século XX a Igreja Católica e o Clero na Europa, e como consequência em Angola, viveu uma hostilidade aberta que segundo Muaca (2001, p.108) teve as suas raízes na histórica Revolução Francesa (1789), que produziu o movimento democrático que se foi bifurcando até gerar as monarquias constitucionais ou protocolares e as repúblicas parlamentares.

Nesse período o que se pode inferir da abordagem de Nascimento (2022, pp.198-199) é a superação de certas condições que dificultavam a circulação e alcance das terras mais distanciadas do litoral de Angola pelos missionários, já que as duas Grandes Guerras Mundiais e a grande depressão no espaço mediano destas duas guerras, imperaram para que António Oliveira de Salazar se abastecesse das potencialidades de suas colónias africanas promovendo uma série de políticas de integração económica e a ocupação efectiva. O campesinato em Angola conheceu um totalitarismo agrário com a exigência de culturas obrigatórias (café, algodão, cana-de-açúcar e cultura das oleaginosas) associados ao comércio da madeira e mais tarde a mineração de diamantes e o sistema económico foi potencializado por uma via férrea e rodoviária com fito de fazer chegar as mercadorias aos mercados internacionais.

De lembrar que o líder jaga Cassanje baptizado no século XVII que tomou a identidade de Pascoal Rodrigues Machado Cassanje Caquinguidi, já havia colocado em questão a não existência de missionários da sua naturalidade. Este problema, da formação de um clero nativo e evangelização, foi agudizado após a proclamação da República que precipitou o encerramento dos seminários em Portugal e a expulsão e decomposição de todas as comunidades religiosas e de religiosos, acabando por estancar os centros de formação de sacerdotes para o Ultramar com a perspectiva de pouco sucesso às várias obras da Igreja nas colónias derivarem da morte do pessoal missionário e retorno de muitos à Europa (Gabriel, 1978, p. 255).

As dificuldades resultantes da proclamação da República são mais esclarecidas por Muaca quando refere que:

Em Portugal, no dia 4 de Outubro de 1910 foi proclamada a República. Começou imediatamente a caça aos sacerdotes. O padre Moisés Alves de Pinho, futuro Arcebispo de Luanda, foi encarcerado na Cadeia do Limoeiro, em Lisboa. Os bispos foram proibidos de publicar Cartas Pastorais. Dom António Barroso, Bispo do Porto e antigo missionário de Angola, não se curvou diante dos revolucionários, mandou ler a Carta Pastoral colectiva dos Bispos que condenava a violência e a desordem dos revolucionários. Foi preso e exilado fora da Diocese (Muaca, 2001, p. 108).

Segundo Baur (2002, pp. 431-435), depois da Primeira Guerra Mundial a Igreja Católica na generalidade teve grande impulso dado pelo Papa Pio XI (1922-1939) e o seu sucessor Pio XII (1939-1958) deu continuidade da agenda. Pio XI concentrou em Roma todas as organizações destinadas a apoiar as missões, evitando o estado de dispersão das mesmas pelos vários países, instituiu o dia Mundial das Missões e publicou a magna carta da evangelização, a Encíclica *Rerum Ecclesiae* (1926), na qual o Sumo Pontífice na altura orientou que cada missão devia abrir um seminário e como resultado, muitos Vigariatos Apostólicos nos anos 1920 abriram seminários menores e em 1930 cada região tinha o seu seminário maior.

Pio XI pode ser considerado um activista sério no fomento das missões em Angola, porque segundo Neiva (2005, pp.761-767 citado por Neves, 2012, p. 65) o trabalho dos espiritanos foi coroado pelo número de escolas de formação de professores e a aposta séria na formação do clero autóctone com a fundação dos seminários de Luanda que funcionou na Huíla de 1882 à 1932 com muito sucesso apesar de serem poucos ordenados, o seminário de Lândana em 1879 para servir Cabinda e não só, o seminário de Malange edificado em 1927, da Caála fundado em 1921, o seminário da Cristo-Rei em Nova Lisboa, actual Huambo, em 1947.

No sul de Angola, o Padre Carlos Estermann logo ao chegar na Huíla em 1933, abre o Seminário Menor, transferindo o mesmo para o Jaú em 1939. Esta dedicação era um gesto de providência para evitar cair na armadilha da primeira evangelização (1491-1848) que consistiu no encerramento de Missões e Paróquias após a retirada de muitos missionários para a Europa (Lourenço, 2003, p. 91).

A época de Pio XI ficou marcada pelo Decreto nº 5778²⁰ que defendia a selecção do chefe das missões com a apreciação do governador da Província (artigo 13º), apregoava a realização dos cultos nos edifícios considerados propriedades do Estado e construídos para este fim (artigo 14º). O desconforto do Decreto nº 5778, levou o padre José Maria Antunes e outros sacerdotes em Lisboa a dobrarem esforços para que o governo olhasse a sério para as missões o que resultou na publicação do Decreto nº 6322 de Rodrigues Gaspar que foi também alvo de críticas porque pela missão nacionalizadora que o Estado Português defendia o novo Decreto, no artigo 3º proibiu o uso da língua dos nativos escrita mesmo na educação catequética (Gabriel, 1978, pp. 337-339).

Do mesmo modo sobre o Decreto nº 5778 e o Decreto 6322, Muaca (2001, p.110) advoga que os missionários eram considerados funcionários do Estado e as missões reduzidas à condição de empresas do Estado. Desta maneira, os missionários indignados, juntaram seus esforços e todas as forças honestas tanto de Portugal como das colónias declararam guerra ao Decreto 5778 e, desta guerra resultou a publicação do Decreto 6322.

Se a revolução de 1910 em Portugal é acusada e certificada na memória colectiva do trabalho missionário em Angola como negativa (Neves, 2012, p. 62); o mesmo não sucedeu com a revolução de 28 de Maio de 1926 porque a nomeação de João Belo para ministro das colónias, pela vasta experiência nos assuntos do Ultramar foi sem dúvida um sopro de fôlego para os assuntos das missões uma vez que no Estatuto Missionário de João Belo, segundo Muaca (2001, p.111), ficou determinado o reconhecimento da personalidade jurídica à Igreja nas Missões; todos os missionários tinham vencimento sem serem funcionários do Estado e tinham garantia de viagens pagas pelo Estado no exercício das funções; isenção de impostos alfandegários aos bens comprados e importados e contemplava os serviços de saúde grátis para os missionários.

²⁰ Conferir: **GABBRIEL**, M. N. (1978). *Angola Cinco Séculos de Cristianismo*. Literal Editora. Braga – Portugal.

Por estas realizações as Missões reencontraram o ambiente fertilizado para as actuações. João Belo nesta conquista contou também com colaboradores experimentados, no caso os nomes sonantes são os do prelado de Moçambique, o franciscano Dom Rafael Maria de Assunção, e o vigário capitular de Angola e os representantes de vários institutos missionários aprovados (Gabriel, 1978, p.343).

Acrescido sem contestação aceite é o facto de que a Igreja Católica tem o mérito de ser a grande promotora da formação liceal que na época era a garantia de melhor emprego nos sectores público e privado e a promoção do estatuto de cidadão ou civilizado no período de (1926-1961). Nas outras Igrejas Cristãs não conferiam até a este nível a formação por isso os católicos tinham uma vantagem (Alves, 2015, p. 28).

A Igreja Católica sofreu pressão derivada da situação política principalmente a proclamação da República em 1910 e a da Primeira Grande Guerra, esta era vista como inferior numa comparação que envolvia as protestantes e, o Estado em Portugal queria fazer da mesma uma instituição escrava dos seus objectivos ligados a colonização. A Igreja procurou promover mais o clero nativo em Angola.

Cabe traduzir como juízo de valor mais justo para a actividade da Igreja Católica na primeira metade do século XX a formação académica de mais angolanos uma vez que o homem que só se vale da possibilidade de vender a força é de forma fácil convertido a escravatura não desejável. Por isso defende uma verdade absoluta Baur (2002, p. 452) quando diz que cada posto missionário era um passo de tradução do sucesso da independência.

2.4. A Concordata e o Acordo Missionário de 1940

A abordagem anterior alicerçou uma nova concepção sobre o Cristianismo. Assim, já não se cai na ideia defendida pelos observadores simplistas de que o Cristianismo e o colonialismo têm uma relação idêntica a de gémeos siameses na chegada e actuação em África, por isso se iriam embora com o colonialismo ou sofrer uma regressão (Baur, 2002, p.457).

As Concordatas são os acordos de colaboração celebrados entre a Igreja Católica e o Estado e foram movidas nesta época pelos males da revolução liberal e outras tensões anteriores porque Portugal tinha muitos problemas jurídicos que envolviam a Igreja Católica, desde a Lei da Extinção e confisco do património das Ordens Religiosas em 1834 (Muaca, 2001, p. 111).

João Miguel Almeida na interpretação que faz sobre os sinais de um tempo de prisão e exílio dos sacerdotes católicos resumiu a Concordata de 1940 como instrumento que deu legalidade Jurídica à Igreja Católica, confirmou e certificou um papel determinante no ensino, prestação social e conferiu as isenções fiscais. De acordo com a mesma, a Igreja tinha a obrigação de consultar o governo português, para selecção do pessoal de alta hierarquia no caso arcebispos, bispos, residenciais ou coadjutores (Alves, 2015, p.13).

Na mesma senda, Muaca (2001, p. 111) destaca que a Concordata de 1940 defendia um duplo acordo entre o governo português e a Igreja na nomeação de bispos residenciais, decretava liberdade total da Igreja Católica na escolha de bispos auxiliares e administradores apostólicos, ditava a obrigação de ministrar a religião e moral católica nas escolas e determinava como feriados nacionais os domingos e festas de preceito. Nesta lógica, a Concordata foi uma resposta evidente aos problemas causados pelo encerramento dos seminários, a suspeita dos missionários protestantes tomarem lugares abandonados pelos missionários católicos, supressão das casas religiosas, abolição dos feriados religiosos, proibição do ensino da religião nas escolas e limitações no exercício papal com a proibição da publicação da Bula *Jum dudum in Lusitania* do Papa Pio X (Henderson, 1990, pp. 282-283).

As notas de Alves (2015) e de Muaca (2001) têm muitas semelhanças, acabando por discordar na questão dos bispos auxiliares, mas um simples realismo no que tange ao peso das posições emboca na ideia que figura na publicação de Alves já que o mais importante é eleger o gestor máximo não o subordinado.

A formação católica enraizada na história do povo português de forma constante foi defendida por Oliveira Salazar, presidente do Concelho, expondo à Assembleia Nacional em Maio de 1940 a Proposta da Concordata como

premissa forte para tal facto e no mesmo dia 7 de Maio foi assinado também um Acordo Missionário que advoga que a divisão eclesiástica de Angola passava a ser feita em dioceses e circunscrições missionárias, o pessoal missionário seria de nacionalidade portuguesa originária ou não e os estrangeiros seriam admitidos com acordo entre a Santa Sé e o Governo Português, a nomeação de um bispo passaria pela apreciação do Estado português onde o silêncio durante 30 dias após solicitação do parecer significaria inexistência de entraves políticos no candidato apresentado, passagens de missionários de férias pagas pelo governo, ensino da língua portuguesa obrigatório nas escolas missionárias tendo a Igreja só o direito de decidir o uso da Língua indígena no ensino da religião. A Concordata e o Acordo Missionário foram aprovados pela Assembleia Nacional e aos 30 de Maio de 1940 o presidente da República de Portugal promulgou-os como Lei (Gabriel, 1978, pp. 470-472).

Segundo Muaca (2001, p. 113), os pontos relevantes do Acordo Missionário de 1940 são: a nova divisão da Igreja nas Colónias em Dioceses; nacionalidade portuguesa para os bispos, superiores das missões e seminários; obrigatoriedade de ensinar fazendo uso da língua portuguesa; extinção das Prefeituras Apostólicas da Cimbebasia, de Kubango e das Missões Autónomas de Luanda e do Cunene; criação da Província Eclesiástica de Angola, elevação de Luanda a categoria de Arquidiocese, os bispos têm a categoria de Directores de Serviços; conferiu direito de salário e reforma aos sacerdotes sendo estes categorizados na classe de primeiro oficial e a consideração de que os sacerdotes e bispos não são funcionários do Estado. A consideração de que os sacerdotes não eram funcionários do Estado não tem cabimento.

A Concordata e o Acordo Missionário foram uma tentativa do Estado português fomentar um retorno à Idade Média e fortalecer a colonização, no entanto, os resultados mostram que estes acordos funcionaram como autêntico álibi para o estado Português como demonstra o tópico da sequência.

2.5. O despertar da Igreja Católica para a independência de Angola

É o acto de velar para a coexistência humana que se coloca e se aceita como requisito que qualifica o despertar da Igreja Católica para a descolonização de

Angola estando assim em conformidade com Laagel (2016, p. 37) ao defender que em relação à vida humana ao longo da história apostar na coexistência significa estar certos de que nenhum ente humano se reduz ao simples número para o mundo, mas, à cada um de nós, sem importar a geografia da sua localização, está o reconhecimento da força na criação e inovação da liberdade.

A colonização, na perspectiva de Kajibanga et al. (2015, p. 87), teve como instrumentos a política, a religião e o idioma, sendo este último o mais importante. Nesta análise, embora o que esteja mais claro é a ideia da colonização, confere alguma posição da Igreja Católica a favor da independência.

Segundo as abordagens de Baur (2002, p. 455) o mais aceitável é situar o despertar da Igreja Católica para a independência na primeira década da segunda metade do século XX, uma vez que, neste período a Igreja Católica por meio de conferências episcopais, mostrou-se pronta para apoiar o movimento das independências. A Igreja publicou Cartas Episcopais focalizadas nas aspirações africanas para as independências. Em 1953 na Ilha de Madagáscar, os bispos declararam que a liberdade política é uma das liberdades e responsabilidades fundamentais; em 1955 os bispos da África Ocidental Francesa clamaram que a aspiração à independência é legítima; o Papa em 1955 apelou aos poderes coloniais que não podiam recusar a progressiva emancipação das suas colónias através da encíclica *Fidei Donum*, lançada nas comemorações do natal de 1955.

Abordando o papel da religião cristã no nacionalismo angolano, Kamabaya (2014, pp. 128-129) salienta que de certo modo foi a religião cristã que cultivou a unidade do sentimento nacionalista, unidade que estava questionada quando os europeus chegaram em África. O autor destaca a educação das massas africanas pela Igreja Católica e considera que a religião tem os aspectos divino e teológico, cultural e humano e o aspecto social e político, por força do qual se promoveu o despertar do espírito e da mente do nosso povo e se forjaram os dirigentes políticos mais proeminentes de Angola.

Ao nível da Igreja Católica outra forma que mostra o despertar para a libertação é a inculturação que foi dando passos tímidos a partir de 1960, sendo os elementos mais visíveis a africanização do clero que dirige a Igreja e na renovação litúrgica o canto de hinos nas línguas locais e com melodias africanas (Baur, 2002, p.458).

Segundo Shubert (2000, p.135) durante aproximadamente 30 anos a Concordata e o Acordo Missionário de 1940 tinham definido as modalidades de relação entre as autoridades portuguesas e a Igreja Católica em Angola e não só. É exactamente durante este período em que das tentativas de fiscalização se bem avaliadas, se vai concluir que a Igreja Católica teve já uma actuação focada na liberdade dos angolanos.

As boas relações que com grande esforço o Estado de Portugal procurou manter após 1940, ocultam tensões e atritos de uma ordem contínua, porque o verdadeiro objectivo era comprometer a independência (Nogueira, 1995, p. 117).

Muitos estudiosos têm mais preferências em eleger as Igrejas Protestantes quando o assunto é o nacionalismo mas o requisito de uso da língua (indígena ou portuguesa) não diz muita coisa na medida em que as ideias veiculadas pela língua podem promover a liberdade ou contribuir para mais opressão. Assim, está-se de acordo com os esclarecimentos de Jonas Malheiro Savimbi que na procura de solucionar o conflito de libertação pela via da diplomacia, escreveu uma carta para o missionário claretino Oliveira pedindo seu apoio na mediação da conversa e numa das linhas expressou:

Houve um oficial de alta patente que tivesse escrito uma carta na qual se lia: Que eu era um Português, mas português que conduzia uma guerra subversiva. Talvez eu não aceitasse totalmente estas palavras. Mas sem receio de errar para a história todo o verdadeiro nacionalismo Angolano, que nasceu mesmo em Angola face as condições humilhantes e desumanas que prevaleceram nesta Terra durante séculos face a ascensão doutros países Africanos às autonomias e as independências, esse nacionalismo exprimiu-se, escreveu-se, pensou-se em Português (Oliveira, 2022, p. 124).

Uma das questões que reduz a negação da contribuição da Igreja Católica nas independências é a apresentada por Kajibanga et. al., (2015, p. 13) que defende o questionamento dos saberes considerados hegemónicos pela Filosofia e Teologia, destacando nesta área missionários europeus e alguns representantes do clero africano como pioneiros na problemática da Teologia Africana e da Filosofia Africana. Para o autor o ponto mais alto destes debates ficou marcado pelas semanas filosóficas de Kinshasa e as Semanas Teológicas de Kinshasa eventos organizados pelas Faculdades Católicas de Kinshasa e as décadas de 1970 e 1980 comprovam os debates fluidos onde são propostas opções alternativas acerca do mundo circundante bem como a relação da Filosofia com outros saberes sociais.

Segundo Namolo (2015, p.21) aos homens de boa vontade despidos de pré-conceitos embora durante séculos a Igreja Católica tivesse comunhão inevitável com a potência colonizadora que exercia a ordem política em Angola, e que, este facto resultou em inúmeras vantagens é inegável a contribuição desta na criação de uma consciência patriótica pela independência e soberania nacional de Angola.

O despertar da Igreja Católica tem factos de amplitude geral mas, o foco da Igreja que conferiu nova forma a luta está bem patente na emergência de uma classe elitista angolana, constituída por sacerdotes e ex-seminaristas que optaram por servir na função pública. Estes não se acomodaram com o reducionismo funcional atribuído aos colonizados. Estes actores serviram a causa da independência e das informações da PIDE/DGS que procurava a todo custo uma actuação quase de onnipresença em todas as esferas e grupos, é possível deduzir que os passos dados pelos sacerdotes católicos e ex-seminaristas pela independência de Angola marcaram as últimas décadas dos anos 50 e os rastreios dos serviços de segurança catalogaram assim informações que se referem aos padres Alexandre do Nascimento, Joaquim Pinto de Andrade, Manuel Mendes das Neves, Manuel Franklin da Costa, Vicente José Rafael cujas preocupações eram a prudência no tratamento da

informação²¹; articular contactos no estrangeiro, desempenho para facilitar as reuniões e o uso das celebrações como meio de despertar a consciência colectiva para a independência²² (Alves, 2015, pp. 41-63).

2.6. Momentos marcantes na luta pela independência de Angola

A História é a guardiã de factos carregados de impressões humanas e, tais impressões podem significar roturas imperativas de sistemas políticos, económicos, catalogando épocas, reinados e o que mais satisfaz é originar uma época de prosperidade. Por conseguinte, certificamos que tem absoluta aceitação Rancière (2010, p. 11) ao definir como característica do momento político a rotura da temporalidade de consenso que promove a origem de uma força activa e capaz de actualizar e executar o ideal da comunidade comprometida.

O processo de libertação das colónias da África em geral e da África Ocidental em particular não foi pacífico, conforme se defende com o caso da libertação da Índia onde a força do amor, que os indianos designaram (satyagraha) foi a arma que mais procurou dar uso Mahatma Gandhi e os seus compatriotas esgotados da opressão colonial britânica. Para a África, à luta pela independência no seu nível mais bem elaborado deu-se o nome de nacionalismo e a primeira marca nesta luta é exactamente a ideia de o nacionalismo africano na essência significar revolução política e civilizacional por procurar apagar da memória o domínio europeu e situar o próprio africano no centro das prioridades (Gungu, 2014, p. 54).

Não existiu liderança colonial portuguesa destemida no que diz respeito a promoção intelectual dos indígenas, os governos coloniais assim procediam por temerem o surgimento de líderes africanos que pudessem causar problemas (Muaca, 2001, p.120).

²¹ O documento da PIDE/DGS, de 3 de Julho de 1958 elaborado a partir de Luanda faz referência do uso da língua francesa na comunicação telefónica mantida entre o antigo funcionário da rádio Católica de Angola, o senhor Sousa e os padres Pinto de Andrade e Manuel Franklin da Costa que aconselharam ao Gaspar a não falar com qualquer nativo.

²² É no caso o padre Vicente José Rafael, que no dia 21 de Setembro de 1958, pelas 10 horas e 10 minutos o exemplo do uso das celebrações para despertar a consciência de independência.

Alinhados ao pressuposto de Rancière (2010) se é categórico em certificar que o primeiro momento marcante no processo de independência de Angola envolvendo a Igreja Católica se deu entre as duas Grandes Guerras uma vez que foi nesse contexto em que o Vaticano, por seu lado, estava consciente de que a colonização, após a Segunda Guerra Mundial ficava condenada ao declínio e, a passagem de liderança para sacerdotes africanos era apenas uma questão de tempo. Não ficou a margem deste entendimento Moisés Alves de Pinho que em 1948 enviou dois seminaristas negros, no caso Joaquim Pinto de Andrade e Alexandre do Nascimento para a Pontifícia Universidade Gregoriana, na capital da Itália (Alves, 2015, p.32).

O segundo momento marcante é sem dúvida o que teve como palco a Baixa de Kassanje, grito nacionalista de liberdade de 4 de Janeiro de 1961, que estava em harmonia com a vaga revolucionária que percorria o continente africano e outras partes do mundo. Os revoltados tiveram como estratégias de combate o boicote das sementes, abandonaram as enxadas, rejeitaram as cadernetas indígenas e gritaram: independência total e imediata. Nesta ocorrência muitos foram os heróis anónimos já que o uso das bombas incendiárias de napalm sobre a população indefesas vitimou quase sessenta mil pessoas (Kamabaya, 2014, p.118).

É pertinente lembrar que muitos missionários antes do 4 de janeiro de 1961 ao verem suas cristandades sabotadas, levantaram a voz na defesa dos oprimidos, condenaram o recrutamento forçado dos chefes das famílias e crianças para zonas longínquas, impostos pesados, obrigação de certas culturas e o regime de contrato de trabalho não remunerado. Em 1960 o agravamento destes actos obrigou os Bispos de Angola a apresentarem reclamações perante as estâncias superiores de Angola e Lisboa (Muaca, 2001, p.122).

O 4 de Janeiro de 1961 tem antecedentes ligados a Igreja Católica e, na organização e mobilização dos actores sobressai a figura de Rosário Neto, um cristão forjado no seminário Católico dos Bângalas na altura Vice-presidente da UPA/FNLA, na Baixa de Kassanje, coadjuvado pelo catequista António Mariano e os sobas Teka-dia-Kinda e Nzaje (Kamabaya, 2014, p. 120)

Outro momento marcante foi a revolta de 15 de Março de 1961 que produziu como consequência a detenção das personalidades mais sonantes do clero em Angola, de forma precisa o padre Joaquim Pinto de Andrade, o cônego Manuel das Neves, o padre Alexandre do Nascimento e o sacerdote responsável pela secretaria do arcebispo de Luanda Manuel Franklin da Costa. Este momento é marcante uma vez que por meio destes servidores católicos tão conhecidos a Igreja Católica identificava-se com o diversificado povo de Angola na luta anticolonial (Henderson, 1990, p. 322).

Marcou uma sombra para a independência de Angola o dia 14 de Agosto de 1961, data em que segundo o despacho da PIDE, o processo criminal dos sacerdotes Alfredo Osório Gaspar, Joaquim Pinto de Andrade, Lino Guimarães, Manuel Mendes das Neves e Martinho Samba, ficou aleviado, pesando sobre estes eminentes actores do clero angolano, a fixação de uma residência vigiada sem direito de uso de passaporte e outros documentos de identidade o que foi consumado em 24 de Agosto de 1961 (Alves, 2015, pp. 102-104).

Toda a possibilidade de cepticismo quando a vinculação dos factos anteriores a independência são a revelação de que não se tem o mínimo conhecimento de que a realidade colonial era de promoção de mão-de-obra barata, atraso cultural, selvageria e loucura para os africanos, e até a Igreja Católica durante a primeira evangelização (1491-1834), pactuou com este paradigma como afirma Muaca (2001, p.74). A formação do clero angolano teve uma realidade precária sem apoios pelo facto dos jovens africanos serem considerados como resistentes ao aprendizado que facilmente os meninos europeus assimilam, tal foi a resposta do Prefeito dada quando a Sagrada Congregação da Propaganda Fide solicitou a fundação de um seminário afecto a Prefeitura Apostólica da Matamba.

O ano de 1961 representa o pseudo-terrorismo contra sacerdotes no Norte e no Sul de Angola onde as missões com seu pessoal, padres, catequistas e professores, eram consideradas centros de apoio aos nacionalistas. A missão do Sendy foi a mais alvejada numa atmosfera de desconfianças racial. Brancos vindos do Quipungo prendem catequistas e professores que acabam desterrados para São Nicolau enquanto os missionários, padres Pedro de

Louwer e Meint Swart, após interrogatório foram entregues ao Bispado no Lubango (Lourenço, 2003, p. 201).

A Igreja Católica teve como grandes momentos de contestação do colonialismo o ano 1961 e 1963 com o lançamento das encíclicas «*Mater et Magistra*» e «*Pacem in Terris*», respectivamente que abordaram com profundidade a problemática do colonialismo e a liberdade dos povos (Oliveira, 2022, p. 135).

A encíclica «*Pacem in Terris*» é um apelo para a organização da sociedade por meio de normas emanadas de verdade, justiça, amor e liberdade sendo assim um certificado da Igreja que reconhece a Declaração Universal dos Direitos Humanos enquanto a encíclica «*Mater et Magistra*» define as linhas mestras para o bem proceder em qualquer situação que se resumem em observar, julgar e agir (Vieira, 2015, pp.76-77).

2.7. Um aceno particular a padres no despertar da consciência pela independência

O amadurecimento da consciência nacional se deu de facto e resultou de inúmeros factores, sendo o principal o relacionado à condição humana. Nesta ordem os padres tiveram grande destaque e, é nossa tarefa principal desconstruir as narrativas que procuram desvirtualizar estas figuras procurando afirmar que a Igreja Católica foi vazia para com o desiderato da independência, como fez questão de categorizar Chaves (2008, p. 40) ao defender que a Igreja que menos sofreu foi a Igreja Católica pois não se tem registo de uma missão católica encerrada pelo Governo Colonial Português, com quem mantinha relação muito cordial ao ponto de apoiar as reformas e negar a independência imediata.

O primeiro sinal de suposto envolvimento de um padre na actividade política, segundo Gabriel (1978, p. 522), deu-se em 1941 e no desenrolar deste processo o governador geral Dr. Marques Mano (1939-1941) entrou em conflito com o Arcebispo de Luanda. O jornal «*O apostolado*» por alegada publicação duma notícia julgada insultuosa pelo governador na ausência do arcebispo foi suspenso, monsenhor Aves da Cunha pagou com a pesada pena de expulsão de Angola, o ambiente em Luanda tornou-se tenso e a residência

arquiepiscopal, que conjugava gemiparidade com o palácio do governador passou a ser vigiada anotando-se as entradas e saídas de pessoas.

A obra de Alves (2015), intitulada *“Esperar Pela Hora de Deus -O exílio de sacerdotes angolanos em Portugal”* constitui, sem dúvida, a contra tese das abordagens que negam a Igreja Católica um protagonismo activo a favor da liberdade dos angolanos porquanto na mesma são arrolados mais de 10 sacerdotes, a saber: Alexandre do Nascimento, Joaquim Pinto de Andrade o mais mencionado nos processos da PIDE, Manuel das Neves, Manuel Franklin da Costa, Vicente José Rafael, Martinho Samba, Domingos António Gaspar, Lino Alves Guimarães, Alfredo Osório e Moisés Alves Pinho, entre outros, em processos que certificam ligações à ex-seminaristas, activismo político nas homilias dominicais, ligações com as figuras mais proeminentes no caso Dr. Agostinho Neto, facilitação de contactos para o exterior (Alves, 2015, pp. 41-386).

O padre Joaquim Pinto de Andrade aceitou o convite de participar da luta na sequência de uma reunião que teve como palco a casa do falecido Fernando Coelho da Cruz, onde foi levantada a necessidade de trazer para o que eles apelidaram de Movimento este sacerdote (Kamabaya, 2014, p.133). Gozava de uma aceitação de sucesso no MPLA, porque ao que parece, segundo o apelo publicado no Boletim Victória ou Morte em Leopoldville aos 4 de Fevereiro de 1963 por esse Movimento é tratado com grande carisma como um dos presidentes de honra do MPLA, e por isso a grande indignação para os seus camaradas era o desrespeito pelo seu estado de saúde por terem-no colocado numa cela escura e imunda do presídio de Caxias (Alves, 2015, p. 341).

No que toca ao Lubango, quando eclodiu a luta pela independência em 1961, a Diocese ainda contava cinco anos de existência e Dom Altino Ribeiro de Santana, primeiro Bispo da Diocese, enfrentou tempos de desconfiança racial mútua e de repressão violenta das autoridades com punho firme e conseguiu arrancar da prisão e do exílio vários indivíduos missionários e não só, vítimas das investidas iníquas da PIDE pesando nesta atitude a proibição do uso de línguas nacionais no ensino da catequese e na liturgia nos meios rurais principalmente (Namolo, 2015, p.20).

Nogueira (1995, p.117) é unânime naquilo que já foi dito sobre o Bispo Dom Altino ao referir que a luta desencadeada por Dom Altino Ribeiro na Diocese lubanguense foi sem quartel, conseguiu arrancar da prisão e do exílio vários sacerdotes da Diocese, pretos e brancos, angolanos e estrangeiros, sem quebrar as boas relações entre a Igreja e o Estado, fazendo com que o vínculo com o Estado não comprometa a independência que este procurava atrelar ao seu carro de triunfo.

Ao detalhar o papel da religião no desenvolvimento do nacionalismo angolano, Kamabaya (2014, pp.128-129) faz menção aos movimentos messiânicos cujas personalidades mais sonantes são Simão Toco e Simão Kimbangu, enfatiza que o catolicismo por ter consumado a cobertura do território angolano de Cabinda ao Cunene uniu o povo na fé única, desta forma lançou as bases para a génese da consciência nacional e deu destaque ao missionário americano LeMaster que foi expulso de Angola em 1961 por ter reagido a favor do bem dos angolanos na cultura do algodão.

2.7.1. A Igreja Católica e o 4 de fevereiro de 1961

O nacionalismo na colónia de Angola teve um berço nutrido à custa de muitas ajudas e neste processo foi fundamental a intervenção dos próprios angolanos, influenciados por realidades de outros países que despertaram de forma consciente a necessidade de uma participação activa na gestão dos seus destinos aparecendo as Igrejas em geral e a Igreja Católica em particular a defender a independência como um direito inalienável (Neves, 2012, p.88).

O 4 de fevereiro de 1961 é uma data que na História de Angola merece destaque não porque marca o início da luta armada, mas sim pelo facto de representar a certificação da luta generalizada.

Segundo Miranda (2021, p. 108), o 4 de Fevereiro não começou nem terminou no dia 4 de Fevereiro. As manifestações patrióticas tiveram uma trajetória marcada por uma notoriedade em 1951, 1952 e 1957 com a presença confirmada da PIDE em Angola e vários foram os acontecimentos arrolados neste intervalo para citar a marcha de Matadi em 1957 e a declaração de Holden Roberto em Leopoldville (RDC) a favor da independência de Angola perante a ONU. O 4 de Fevereiro de 1961 foi antecedido pelo 4 de Janeiro de

1961 que vitimou mais de 30 mil almas por isso os ataques aos pontos representativos da repressão colonial no caso Cadeia do São Paulo, Esquadra Policial e a Casa de Reclusão foram o apogeu do início da luta armada anticolonial.

Embora a descrição de Kamabaya em número de vítimas resultantes do 4 de Janeiro de 1961 aparenta ser reducionista, a tese do autor sobre o início da luta armada em 4 de Janeiro de 1961 é a mais acerta (Kamabaya, 2014, p. 117).

A dimensão do 4 de Fevereiro é visível na literatura angolana e não é vã a abordagem que Carvalho (s/d, p.28) veicula na sua obra fazendo menção de que os portugueses não acreditaram que o acto foi realizado pelos angolanos afirmando que na cidade de Luanda os presos e mortos identificados tinham mais de três metros de altura, dentes de elefante, braços com dois metros de comprimento e duas cabeças com chifres.

Holden Roberto ao expressar-se a favor da independência de Angola em 1957 no Congo Leopoldville perante a ONU elegeu o compatriota Cônego Manuel das Neves como seu emissário no interior de Angola a quem coube o protagonismo de maior consenso como herói dos heróis (Miranda, 2021, p.108).

Mateus & Mateus (2011, pp.74-75) na análise de um processo de julgamento de 12 arguidos levantam a hipótese de o Cônego Manuel das Neves não estar vinculado ao 4 de Fevereiro de 1961 já que a procura de um tratamento para que as balas não causassem mal algum aos homens recrutados não está de acordo a convicção da religião que este influente sacerdote representava.

O que não tem contradições é o facto de que com o ataque do 4 de Fevereiro de 1961 o objectivo de activar a opinião pública mundial e influenciar a ONU (Organização das Nações Unidas) e os países afro-asiáticos com vitalidade garantida pela Rússia foi alcançado, uma vez que teve cobertura nacional e internacional devido a presença de muitos jornalistas que afluíram para Luanda já em Janeiro de 1961 com objectivo de reportarem o desvio do navio cargueiro “Santa Maria” (Kamabaya, 2014, p.128).

Já nos anos anteriores, a Polícia de Defesa do Estado se mostrou agastada com alguns sacerdotes mostrando certa animosidade para com os mesmos. O ano de 1961 para a Igreja Católica assinalou o período mais crítico nas suas relações com o Estado pelo facto das missões católicas e protestantes tornarem-se na visão de muitos civis e autoridades que as acusavam autênticos centros que favoreciam a subversão (Gabriel, 1978, p. 523).

2.7.2. Cónego Manuel das Neves

Do que se pode depreender no primeiro documento que abre o capítulo sobre a independência política de Angola da obra de Alves, o Cónego Manuel das Neves ficou arrolado no percurso da independência desde 1958 (Alves, 2015, p. 41).

Na memória construída por Carvalho (s/d, p. 21) faz-se menção de um grupo clandestino em que pertenciam Ilídio, Gabriel Liceu e o Cónego Manuel das Neves classificando os mesmos como heróis do 4 de Fevereiro de 1961. Segundo Kamabaya (2014, p.131) o escritor Mendes de Carvalho no seu livro *O Ministro*, fez outra referência à Manuel Joaquim Mendes das Neves, adjectivando-o de grande nacionalista angolano de que a História não enaltece os trabalhos prestados em prol do bem comum dos seus irmãos angolanos. Foi um dos primeiros nacionalistas a organizar os seus fiéis em comités de actuação política com dedicação na mobilização das massas efectivas nas instituições da Igreja Católica, tais como Legião de Maria, as Misericórdias, as Cáritas e a Sociedade de São Vicente de Paulo.

A informação da delegação da PIDE que relata o encontro de ex-seminaristas residentes em Angola que teve lugar de 3 a 5 de Outubro de 1959, coleccionada na obra de Alves, o cónego Manuel das Neves está arrolado como um dos orientadores dos ex-seminaristas numa tentativa de arquitetar um fulcro perigoso para a nação (Alves, 2015, p.56).

Kamabaya (2014, p. 131) certifica que na qualidade de superior da Missão de São Paulo dos Musseques, o cónego Manuel das Neves, organizou os seminaristas dotando-os de um órgão de comunicação social a *Revista Aurora* que ajudou a fundar, publicou vários artigos de sua autoria no jornal o *Apostolado*, manteve contacto directo com o então presidente do MPLA na Guiné Conacri, Mário Pinto de Andrade com o qual trocava notícias

actualizando-se do que se passava no exterior de Angola, também comunicava com os nacionalistas angolanos destacados no ex-Congo Francês e os elementos da UPNA no Congo Belga.

2.8. A Igreja Católica e a proclamação da independência de Angola

O exílio de sacerdotes para Portugal, na sua maioria nativos, era a coroação da ideia de que a independência de Angola era inevitável, e Postioma (1974, p.440, citado por Neves 2012, p. 90) fez mesmo questão de confirmar que os sacerdotes católicos exilados para Portugal em 1963 disseram ao Núncio Apostólico que a libertação de Angola podia acontecer mais tarde ou mais cedo, com empenho da Igreja ou não.

A transição do estatuto colonial para a independência teve como implicações para a Igreja Católica a substituição dos dirigentes estrangeiros por angolanos. Assim a margem de Dom Henrique nomeado bispo em 1520, o reverendo Eduardo André Muaca foi ordenado sacerdote em 1953 e em 1970 foi consagrado Bispo, mais tarde, no mesmo ano foi consagrado bispo o angolano Armando Amaral dos Santos (Henderson, 1990, p.366).

A consagração de Eduardo André Muaca a Bispo, e dos bispos Armando Amaral Santos em 1970, Dom Zacarias Camuenho em 1974, Dom Óscar Lino Lopes Fernando Braga 1974, Dom Manuel Franklim da Costa, Dom Alexandre do Nascimento e Dom Francisco Viti todos em 1975 tiveram como imperativo único a garantia da transição para a independência que aos olhos da Igreja era irreversível e, portanto, consumou-a muito antes em Angola (Gabriel, 1978, pp. 549-558).

O mesmo posicionamento tem Shubert (2000, p. 130) quando advoga que antes do 25 de Abril de 1974 o clero angolano tinha seis bispos estrangeiros e apenas um angolano e este quadro após o Revolução dos Cravos ficou alterado, sendo que, dos nove bispos três eram portugueses, quebrou-se a dependência da Igreja a Portugal o que tornou-a mais uma com a única dependência no Vaticano.

O processo que culminou com a independência de Angola ficou marcado pelo sinal de incentivo da Santa Sé dado aos nacionalistas, concretizado no dia 1 de

Julho de 1970, quando o Papa Paulo VI recebeu os líderes dos grupos políticos de libertação das colónias africanas: Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Marcelino dos Santos, encontro que revelou ao mundo a preocupação da Santa Sé pela liberdade, esperança e paz das nações, num gesto tornado nobre pela distribuição de um exemplar a cada líder do documento pontifício, “*Populorum Progressio*”, pelo qual a Igreja por meio do Santo Padre chamou a atenção, para a eliminação da escravatura, o desenvolvimento dos povos e da Democracia (Hilemusinda, 2022, p.107).

Andrade (2002, pp. 184-186) afirma que o encontro no Vaticano, de Paulo VI com Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Marcelino dos Santos, é de facto uma prova de que também os poderes políticos do Ocidente apoiaram o movimento das colónias portuguesas numa altura em que a entrada de Agostinho Neto na França era proibida. O encontro não foi bem visto por Salazar que demonstrou a sua indignação ameaçando retaliações, revisão da Concordata e travões contra a Igreja Católica que segundo ele ofendera com aquele gesto os inquestionáveis defensores da fé cristã. Para acalmá-lo Paulo VI visitou finalmente Fátima e a Cova da Iria na primeira viagem a Portugal.

A atitude de Salazar foi menos sábia já que a Igreja com este encontro não estava interessada em um divórcio com o Estado português mais advogava uma mudança de perspectiva por parte de tal Governo. Do mesmo jeito defendeu Gabriel (1978, p.572) quando diz que no caminho da independência não deixaram os bispos de apelar as autoridades civis e militares o fim das injustiças pelo facto de promoverem rupturas difíceis de serem reparadas..

Wheeler & Pélissier (2009, p. 357) refere que a guerra colonial em Angola a partir de 1974 atingiu o que se pode designar de impasse. Portugal tinha vantagens sobre os movimentos de libertação de Angola que nesta altura estavam confinados numa luta a partir das fronteiras e o MPLA via também seus apoios pela URSS reduzidos quando se deu o 25 de Abril de 1974, revolução accionada sem derramamento de sangue pelos oficiais militares de Portugal, e em Luanda a surpresa foi semelhante ao estado emocional registado na metrópole.

A fraqueza dos movimentos de libertação em 1974 e seu confinamento numa luta a partir das fronteiras não tem enquadramento para a UNITA uma vez que, na ZML (zona militar Leste), Jonas Savimbi e a sua força militar infligiram uma grande derrota no dia 26 de Abril de 1974 as tropas portuguesas quando uma coluna militar regressava ao aquartelamento de origem. Foi um dos ataques com mais mortes sofridas pelos portugueses em Angola durante a guerra colonial (Oliveira, 2022, p. 113).

Após o golpe de estado, o Movimento das Forças Armadas defendia a rápida descolonização das colónias portuguesas manifestando uma clara oposição a ideia de certa dose de autoridade em regime de federação defendida pelo General António de Spínola (Wheeler & Pélissier 2009, p. 359). Nesta senda a Igreja Católica não ficou de parte. Emitiu em 7 de Maio de 1974 um Comunicado que veiculava as ideias do sistema político que a Igreja elegeu como conveniente para as suas dioceses e os bispos indicaram que deviam os poderes públicos pôr fim à guerra que já durava 13 anos em Angola, não ignorar a situação histórica e social em qualquer decisão a tomar sobre Angola, evitar mudanças bruscas por não terem historial de sucesso e lembraram a necessidade da reconciliação para se sararem as feridas do passado (CEAST, 1998, p.13). Almeida (2008, p. 296, citado por Neves, 2012, p. 91), na mesma senda, defende que foi importante o papel da oposição católica ao Estado Novo porque motivou as transformações racionais que graduaram ao 25 de Abril de 1974 a esperança de efectivação dos dois princípios já defendidos muito antes pela revolução francesa de 1789 que são a liberdade e a justiça.

No país em geral e o Lubango em particular à medida que se aproximava o momento tão esperado de independência não havia tranquilidade, como o descreveu o Arcebispo Eurico Dias Nogueira em seu Testamento, forjado aos 20 de Agosto de 1975, e forçado pelo facto de considerar o momento muito favorável para uma morte inesperada transportada por uma bala ou resultante no desabar de uma parede alcançada por um projectil, por isso inventariou a distribuição de alguns bens herdados para os consanguíneos sobrinhos e determinou que os bens de uso pessoal passassem para os padres Joel, Jorge e as irmãs da comunidade a que pertence (Nogueira, 1995, pp. 224-225).

Chaves (2008, p. 40) reconhece que o momento da independência foi de grande euforia para a população e até mesmo para os líderes da Igreja. Não se está de acordo com a generalização de Chaves (2008), uma vez que o mais presumível é que a euforia não arrastou com todos porque a Igreja Católica por meio da CEAST, na sua Carta Pastoral sobre a independência reconheceu que havia revanchismo porque tanto os europeus quanto os africanos buscavam tranquilidade fora de Angola, sacrificando-se por terem de abandonar os bens já adquiridos, tudo porque todo homem escravizado por uma ideia política constitui um risco para a independência da Pátria (CEAST, 1998, pp. 34-35).

Portanto, em 1975 perante a competição da tríade política ao poder e um certo alheamento do Estado de Portugal das responsabilidades sobre Angola, que entendia que já estavam concluídos os Acordos de Penina, pode-se afirmar que a Igreja Católica vivia coesa e unida, conseguia suportar as vozes de contestação e sinceridade duvidosa por parte dos detentores do poder, apostou na renovação da direcção e esperava que o pessoal missionário angolano seja eficiente nas suas responsabilidades (Nogueira, 1995, p.240).

A Igreja Católica manteve firmeza até se confirmar o dia 11 de Novembro de 1975 e não se desviou da sua vocação natural que é a fiscalização e crítica de qualquer sistema de organização social.

2.9. A Igreja Católica e a luta pela democracia em Angola

A democracia é um regime político, paradoxo e não acabado, na medida em que procura sustentar uma tentativa frágil de organizar um espaço político em que as divisões e os conflitos alimentam a unidade (Corcuff, 2003, p. 129). Aqui quer-se verificar o desempenho da Igreja Católica se estava ou não alinhado à democracia, considerando que em relação aos outros sistemas de organização política a democracia tem a virtude de inclusão de todos os membros na gestão da coisa pública e comum (Cruz, 2008, p.71). Existe a convicção de que não é uma tarefa fácil uma vez que Gruch (1998, p. 48, citado por Comerford, 2005, p.29) alerta de forma ética o facto de ser pertinente não equivaler a qualquer sistema político de governação o Cristianismo, já que este deve permanecer crítico a qualquer sistema de manutenção da ordem social.

Hoje, a democracia em Angola tem evoluído de forma gradual numa trajectória e percursos difíceis. Segundo Baptista (2002, p. 16), a democracia em Angola é formal e está ainda numa transição caracterizada pelo abandono do autoritarismo de partido único e uma pré-democratização ainda de muitos receios. Pedro (2020, p. 41) alista no seu estudo a exclusão do povo na elaboração de leis e resolução de problemas; o incumprimento dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos; monopólio do poder pelo mesmo partido; partidização das instituições públicas; intolerância política entre partidários de ideologias diferentes como dificuldades para democratização em Angola.

Para Neves (1997, p. 74), a luta da Igreja Católica pela paz, justiça, liberdade e democracia é antiga. Não é possível descrever o empenho da Igreja Católica na democracia sem ter em conta o marxismo-leninismo que vigorou durante o período de transição para independência até em 1989. Segundo Cruz (2008, p. 85) a Igreja é uma entidade que sempre teve dedicação e atenção aos sinais dos tempos e por este facto as igrejas cristãs desde o histórico ano de 1975 já apelaram para a democratização da recém-nascida República Popular de Angola.

O apoio Católico à causa da democracia está conectado a mudança que se deu na Europa nos anos 70 e 80, em que mais de trinta países renunciaram o autoritarismo elegendo a democracia motivados pelo desenvolvimento económico, influência dos EUA, potências europeias e instituições internacionais. Tal vaga de democratização teve mais sucesso nos países com forte presença cristã atingindo assim Portugal (Huntington, 2001, p. 225).

A Nota Pastoral da CEAST de 22 de Novembro de 1976 constitui um inquestionável testemunho da defesa de princípios fundamentais alinhados à democracia. Se faz o pedido de respeito e protecção de certos valores religiosos conforme as garantias da Constituição, a oposição à transmissão de ideias contrárias às do Cristianismo nas rádios, incluindo a emissora católica de Angola (CEAST, 1998, p.49). A CEAST sempre apelou para a utilização correcta dos meios de comunicação social, para afirmação da democracia evitando assim o ódio tal como era da práxis nos ataques entre a Vorgan,

emissora da UNITA, e os meios de comunicação ao serviço do MPLA (Cruz, 2008, p. 87).

Existem autores que defendem que o MPLA só se firmou como comunista em 1977²³ após o 27 de Maio. O ano de 1977 foi sangrento a revolta activa que dividia o MPLA em duas alas, terminou com a execução de Nito Alves e de outros quadros na alegação de evitar um suposto golpe de estado, a Igreja Católica viu-se também prejudicada uma vez que os autores desta revolta ocuparam a Rádio Nacional e como a Rádio Eclésia era sua sucursal transmitiram algumas notícias que não agradaram o MPLA que optou por retirar a mesma da Igreja Católica (Neves, 2012, p. 101).

A Igreja nesta altura estava isenta de qualquer culpabilidade mesmo do ponto de vista do paradigma interactivo. O 25 de Abril de 1974 é a principal causa uma vez que o MPLA estava comprometido já com o comunismo desde a altura em que se deu a Revolução dos Cravos que o empurrou para a esfera da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas tornando Angola na trincheira firme da revolução em África (Miranda, 2021, p. 110).

Mas também muitos actos perpetrados pela UNITA induzem a duvidar da democracia que ela advogava defender e levam a confiante certificação de que durante a Guerra Civil a Igreja era a única instituição a defender a democracia.

Segundo Oliveira (2022, p. 293) o desertor das fileiras da UNITA, Nzau Puna, afirmou que Savimbi estava equivocado porque prometia um governo democrático para uma Angola governada por ele sem dispensar os seus grandes ídolos-mestres no caso Marx, Lenin e Engels cujas imagens continuavam a decorar as paredes enquanto não existissem visitantes ocidentais.

Os Bispos de Angola em alusão ao 14º aniversário da independência se mostraram indignados com o fracasso dos acordos de Gbadolite e apelaram a necessidade da paz verdadeiramente livre e democrática, onde a possibilidade do sucesso de todos os filhos de Angola e estrangeiros tivessem lugar e voz. Para tal pediam a obrigação de um cessar-fogo com máxima urgência (CEAST,

²³ Conferir: Oliveira (2002, p. 229).

1998, pp.214-215). Segundo Neves (1997, p. 150) em resposta a este apelo dos bispos católicos, o MPLA se mostrou mais uma vez indignado enquanto a UNITA, a diplomacia internacional e os respectivos órgãos da comunicação social louvaram a iniciativa.

Cruz (2008, p. 86) defendeu que o governo nunca assimilou bem a actuação da Igreja Católica na política, pois esta defendeu a democracia pura, centrada na dignidade da pessoa humana, pela preferência de muitos dos seus missionários que não pouparam as suas vidas elegendo o acto de sofrer com o povo e pelo povo que se recusou as deslocações impostas pela guerra e não só.

A Igreja Católica nas vésperas das primeiras eleições ficou asfixiada já que segundo Oliveira (2022, p. 277) o apelo do episcopado perante os actos de desrespeito dos acordos de Bicesse, era um autêntico correctivo para que os cristãos não tivessem preferência pelo candidato com historial de violação dos direitos humanos, delapidação do erário público e outros bens; o que foi interpretado pela UNITA como favorecimento ao MPLA. Assim, é certa a afirmação de Neves (1997, p. 145) que revela a Igreja como grande activista na formação cívica das populações para o sucesso eleitoral. E, conforme o documento da CEAST (1998, p. 272) este parece ser mais um gesto nobre dado pela Igreja Católica em prol da democracia além de englobar a defesa da vida está presente no apelo de um processo de sufrágio onde o eleitor possa votar sem opressão e ressentimentos.

Mas também o reconhecimento chegou nos discursos de Jonas Savimbi e José Eduardo dos Santos. Pareceram simétricos no que diz respeito a prestação da Igreja Católica e, para eles a Igreja não favoreceu a posição dos partidos mas sim, de forma corajosa denunciou as atrocidades apelando para o fim das injustiças para se alcançar a paz (Neves, 1997, pp. 100-111).

2.10. A Igreja Católica e a guerra civil de Angola (1975-1991)

A teorização das guerras parece já ter dado por ultrapassada a famosa definição de Clausewitz (continuação da política por outros meios) e como resultado Keegan (2009, pp. 505-512) na contestação ao que Clausewitz chamou continuação da política com o uso de outros meios mais violentos

resumiu com base a transversalidade e concluiu que a guerra é uma actividade cultural.

Os acordos assinados com fito de gerir a transição para a independência pela falta de lisura revelaram-se de impossível concretização tendo como problema as relações entre os três movimentos onde a superioridade militar recaía à FNLA, a única com capacidade de fornecer 8 000 homens dos 24 000, total exigido já que contava com o apoio de Mobutu (Mbah, 2010, p. 297).

Segundo Costa (2010, p. 107) os três legitimados movimentos de libertação que assinaram os Acordos de Alvor com o governo português sabiam que quem hasteasse a bandeira em Luanda tinha garantias de deter o poder mesmo sem o resto do país, por isso armaram-se preparando o assalto. De acordo com Lazitch & Rigoulot (1988, p. 45, citado por Costa, 2010, p.64) na data em que teria início o governo provisório, 1 de junho de 1975 a 11 de Agosto de 1975, travou-se uma importante batalha na qual estava em causa o controlo da capital.

Em 1973 a guerrilha já dava seus primeiros passos no âmbito da operação madeira. Savimbi chegou mesmo a tentar negociar com os portugueses alegando combater o seu inimigo MPLA. Pedia armas, possibilidade de ocupar novas áreas e um corredor de passagem para a Zâmbia o que lhe foi recusado, pois o seu verdadeiro objectivo era publicitar na arena internacional o controlo de uma vasta área libertada no interior de Angola e pôr fim a falta de armas, alimentos, vestuário e desbloquear as limitações na circulação (Oliveira, 2022, p. 106).

Sobre a posição das Igrejas, Chaves (2008, p.42) defende que o líder do MPLA, António Agostinho Neto após ter declarado que a linhagem ideológica do seu partido era o marxismo-leninismo e profetizado o fim da Igreja num espaço de 20 a 50 anos, não se teve registos de uma igreja a contrariar de forma oficial este princípio. Era ideologia do regime estancar em Angola todos os vestígios do colonialismo o que se compreende. O que não se concorda é o facto de ele não ter percebido que o comunismo nunca teve escola em Angola e era também um grande problema para a sua luta. É verdade Cristo não

nasceu em África, mas justifica-se em Angola porque o fenómeno religioso é um direito natural do homem (Kakulo & Morais, 2015, p. 37).

A situação de conflito que se deu entre a Igreja Católica e o Estado/Partido teve como resultado a extinção da rádio católica no dia 25 de Janeiro de 1978, mas, a Igreja Católica tinha mais possibilidades de reacção; a situação dos bispos também mudou substancialmente porque deixaram de estar sob protecção do Governo e deviam manifestar-se com mais liberdade (Henderson, 1990, p. 416). Mas essa não dependência dos bispos ao Governo de Angola parece mais teórica como faz questão de informar Nogueira (1995, p.176) que em 11 de Novembro de 1975 o MPLA alargou a sua acção até ao sul e numa das viagens pastorais depois de pedida alguma identificação foi-lhe dado um cartão que autorizava a sua circulação em toda Angola em serviço religioso.

No entanto perante a situação dramática a Igreja reagiu por meio da elaboração de uma Carta Pastoral dos Bispos de Angola onde reclamaram de forma justa a recusa da entrada de missionários, o confisco da Rádio Eclésia e pressão sobre os funcionários católicos (CEAST, 1998, p. 64). Segundo Muaca (1980, p. 3) perante queixas vindas de vários pontos do país que têm que ver com atropelos à liberdade religiosa, a CEAST achou que seria útil elaborar em opúsculo o que a Lei Constitucional do país dizia e também os documentos do MPLA.

Hoskin (2021, pp. 92-93) lembra-nos que a guerra civil em Angola tinha tomado força em Julho de 1975. Holden Roberto declarou guerra total, abandonou o exílio colocou em marcha o seu exército rumo a Luanda e numa aliança com a UNITA, tiveram apoio do presidente Gerald Ford que por meio da CIA deu seus préstimos para conter o avanço da URSS em África afogando Portugal que foi obrigado a sair como defendiam os americanos.

É bom para a compreensão desta guerra considerar que a rivalidade entre a FNLA e o MPLA já levou, em Julho de 1963, à Léopoldville representantes da Argélia, Congo Léopoldeville, Guiné, Nigéria, Senegal e Uganda. O insucesso desta empreitada levou o MPLA a mudar-se para Brazzaville e com o apoio da União Soviética e de Massamba-Débat preparou os ataques contra a posição portuguesa na província de Cabinda (Kamabaya, 2014, p. 212).

Durante a guerra civil, na fronteira sul de Angola, província do Cunene, a investida sul-africana obrigou as autoridades políticas e administrativas a retirarem-se ficando o destino da população a cargo das Igrejas Católica e Evangélica Luterana. A Missão Católica da Môngua, que se localizava entre Ondjiva e o rio Cunene, do ponto de vista funcional era a autêntica capital da província do Cunene vocacionada para atender as populações que procuravam assistência sanitária e alimentar que tinha resposta da Cáritas (Hilemusinda, 2022, p.161).

Em Agosto de 1975 o MPLA foi expulso do Lubango pela UNITA com a ajuda sul-africana. Os dirigentes, comandantes militares e simpatizantes fugiram para Benguela e Luanda. Os mal sucedidos ou deixados por estratégia política refugiaram-se numa linda fazenda, a Maconge entre eles encontrava-se um capitão alentejano que trocou o exército português pelo MPLA. A alimentação destes membros do MPLA ficou muito tempo dependente do desempenho carismático do padre Jorge que soube manter grande sigilo que na sua actividade sócio-pastoral mais apreciada foi também transportando pequenos grupos de militantes em situação de risco para Quilengues, Cacula e Sêndi (Nogueira, 1995, pp. 179-180).

O caso do padre Bongo também marcou durante a guerra civil. Na forte tensão entre a Igreja Católica e a UNITA, o padre que foi parar na Jamba de Savimbi para servir de mediador entre a Igreja e o Partido, acabou maltratado e quase perdeu a vida por ter ousado defender os direitos humanos e a liberdade religiosa. A colaboração das freiras no tratamento dos feridos, a gestão do Liceu Nacional da Jamba pelos padres e as três irmãs raptadas, não constituíram para Savimbi um sinal de boa comunhão com a Igreja. O padre Bongo relatou a queima de supostos feiticeiros, os receios de Savimbi da força da opinião internacional forçou a mudança de atitude do mesmo (Oliveira, 2022, pp. 255-262).

2.11. A Igreja Católica no processo das negociações para a paz em Angola

A paz é uma das condições necessárias para garantir a boa funcionalidade dos Estados. Segundo Lukamba (2012, p. 245) a paz é a razão da democracia.

A Igreja Católica além de dar respostas às questões que garantem a vida com o combate às doenças, instrução dos oprimidos pela guerra, denúncia das barbaridades cometidas pelos actores da guerra, deu a sua contribuição na paz sem hesitação por meio de mensagens de esperança ao povo, divulgando propostas de negociações e entendimento entre as partes beligerantes (Neves, 2012, p. 97). As igrejas percebem que a cultura de paz é uma tentativa de inverter a perpetuação da violência com participação de todos os membros da comunidade (Comerford, 2005, p.184).

Para os bispos da CEAST, entre a paz e a democracia a linha divisória é quase nula por isso a Igreja Católica promoveu a paz e a democracia em Angola por meio das suas mensagens e dos congressos PRO-PACE (para a paz) e, também, pela criação do COEIPA (Comité Inter-eclesial Para a Paz em Angola), juntamente com a actuação do CICA (Conselho das Igrejas Cristãs em Angola) (Cruz, 2008, p. 87). Comerford (2005, p. 278) diria que embora com surgimento tardio o COEIPA foi o mais importante, uma vez que quebrou a bipolarização na discussão da paz e “política” de Angola.

A Igreja Católica marcou o processo de paz com a publicação de Mensagens sendo a primeira referente aos acordos de Nova York vistos pela CEAST como um grande passo para a paz, seguidos pelos acordos de Gbadolite cuja interpretação dos bispos apontava a necessidade da generalização do aperto de mão aos irmãos angolanos desavindos com destaque as forças dos dois movimentos históricos no conflito (UNITA e MPLA) e, em paralelo aos Acordos de Bicesse, em 1990, apelou a entrega do poder ao povo através da escolha livre dos seus representantes (CEAST, 1998, pp. 208-240).

A mensagem do dia 11 de Novembro de 1989, data em que no país enfermo pela guerra se comemorava os 14 anos de independência em que se pode conferir que a paz que se quer ideal e real para Angola é à que converta o país num espaço de liberdade e democracia foi a que mais resultou em resposta brutal e extremista por parte do MPLA que considerou a política como área proibida para os dirigentes religiosos (Neves, 2012, p. 108).

Da interpretação de Comerford (2005, p. 29) a dedução possível é de que a posição tomada pela Igreja Católica por meio da CEAST que caracterizou os

acordos de Gbadolite como primeiros passos para a democracia por parte do governo do MPLA, foi identificada como obstrução à busca da paz.

Às portas da Segunda República, a CEAST enfatizou nas suas mensagens pela defesa da vida, repudiou a persistência nas confrontações armadas, fortificou o activismo para a divulgação do valor e sentido dos acordos de paz apelando a necessidade da fortificação do que se quer efectiva sem esquecer o apelo para a devolução da Rádio Eclésia, e a desordem que o país vivia antes das eleições já que eram ainda frequentes assaltos à mão armada, justiça feita de forma ilícita pela população que vê um Estado falhado no cumprimento das suas obrigações (CEAST, 1998, pp. 261-274).

Os primeiros sinais da democracia em 1992 favoreceram a abertura de mais rádios privadas e na 5ª Sessão Extraordinária, em Fevereiro de 1992, o Conselho de Ministros procedeu a devolução da Rádio Eclésia à Igreja (Kaculo & Moraes, 2015, p.160). Em regimes democráticos um Parlamento é mais credível e funcional quando na sua configuração partidária o equilíbrio entre os deputados do poder e da oposição tiver evidência. Ora, das eleições de 1992 o somatório foi de 209 deputados dos quais 127 eram do MPLA e a diferença ficou com a oposição. O mesmo aconteceu em 2008, 2012 e 2018 com a oposição esmagada pela maioria absoluta do MPLA (Pedro, 2020, p. 48).

Em 1999 a ONG Mosaiko, ligada a Igreja Católica, jogou um papel importante aquando da organização da Primeira Semana Social que ao defender a cultura de paz atribuiu grande ênfase no problema de acesso à educação formal já que a rede escolar primária só absorvia 34,7% das crianças (Domingos, 2000, citado por Comerford 2005, p. 186). Ainda, em 1999, a Igreja Católica lançou as bases do Movimento Pro-Pace. Sobre as actividades deste Movimento tem-se a destacar o seu Congresso realizado de 18 a 21 de Julho de 2000 em Luanda, que apelou para a democratização do país e o fim da guerra que vitima até inocentes pelo uso das minas (CEAST, 2018, pp. 32-34).

O COIEPA organizou a primeira acção de grande vulto a favor da paz a 11 de Julho de 2000 e, a marcha organizada culminou com um culto ecuménico e uma audiência de aproximadamente 10.000 almas (Comerford, 2005, p. 195). Os pronunciamentos da Igreja Católica a favor da paz e da democracia não

acontecem só de forma institucional. Os sacerdotes de forma individual se pronunciavam contra todos os abusos (Cruz, 2008, p. 87).

2.12. Resenha da segunda guerra civil em Angola

As motivações da segunda Guerra Civil de 1992-2002, não são muito diferentes às da primeira Guerra Civil (1975-1991) e se resumem numa lista em que figura o desentendimento, a falta de flexibilidade nas posições, a arrogância, a ambição e certo grau de fundamentalismo tradicional (Lukamba, 2012, p.236).

Em 1990, o MPLA arquitetou um plano para eliminar Savimbi após uma grande auditoria que permitiu acumular armas muito sofisticadas, planejaram colocar Savimbi de rastros, negociaram na capital internacional da justiça, Genebra em Dezembro de 1988 e Cuba, os EUA e a África do Sul concordaram em não apoiarem mais as partes no momento da última batalha de 1990. A vitória da UNITA foi contestada com relatos de que os americanos em plena noite na base de Kamina, no Zaire, transportavam em jipes especiais armas muito sofisticadas para reforçar a UNITA (Oliveira, 2022, p. 252).

O período de paz que preencheu o cessar fogo aos 15 de Maio de 1991 e o início da guerra revelou-se muito curto numa altura em que o contexto internacional era propício ao estabelecimento e manutenção da paz (Wheeler & Pélissier, 2009, p.367).

Costa (2010, p.72) articula o início da guerra a rejeição dos resultados eleitorais pelo líder da UNITA. A derrota da UNITA no jogo eleitoral de 1992, do que se pode conferir de Oliveira (2022, p. 252) resultou mais da desobediência de Savimbi aquando da campanha eleitoral por optar pelo amadorismo, uso da farda, considerar a pistola como um relógio aparecendo com este meio a cintura na televisão e a excessiva confiança nos americanos que levou o mesmo líder a perder de forma gradual os 70% de simpatia dos angolanos com que começou a campanha eleitoral.

A segunda guerra foi possível por culpa da fraca dedicação da UNAVEM que não concluiu o desarmamento do exército da UNITA. Em Janeiro de 1992, um grupo de turistas britânicos no sul de Angola, a 150 km de Quilengues, foi

atacado ao passar por um acampamento da UNITA e como consequência quatro destes turistas foram mortos e a cobrança dos culpados levou a UNITA e o MPLA num jogo infantil de negações e transferência de culpas a terceiros (Hoskin, 2021, p. 200). Para Correia (1996, p. 73) a sabotagem do paiol sito perto do aeroporto 4 de Fevereiro levou o MPLA a atacar o Hotel Turismo onde se encontrava a comitiva da UNITA.

Aquando dos primeiros ataques, na cidade do Lubango, que resultaram no massacre dos membros da UNITA em Janeiro de 1993, Jorge A. Valentim, secretário da UNITA para informação alegou resultarem da conspiração por parte de Portugal. O início da guerra estava assim certificado com a negação do primeiro ministro Marcolino Moco (MPLA) duma nova proposta de negociação apresentada pela UNITA que era megalomaníaca em pedir negociações quanto estivesse em perigo eminente (Hoskin, 2021, p.218). Segundo Hare (1999, p. 41, citado por Costa, 2010, p. 73) o cessar fogo era frágil e permitiu a UNITA lançar-se com mera vantagem na conquista de cidades e municípios.

Os historiadores diferem sobre o culpado pelo início das hostilidades, mas o certo é que o episódio de Halloween em Luanda revela as FAPLA do MPLA a exterminarem o pessoal da UNITA na cidade para depois acorrentar a UNITA com a acusação de tentar um golpe. O balanço foi aproximadamente de dois mil membros da UNITA mortos (Hoskin, 2021, p. 201).

Para Comerford (2005, p. 264) a UNITA teve alguma intenção de negociação mas, das vítimas dos ataques à delegação que Savimbi enviara a Luanda para negociar a paz a morte de Salupeto Pena é a mais chocante para o líder por se tratar de um sobrinho.

A comunidade internacional deu prioridade ao acto eleitoral, esta opção potenciou o início da guerra, uma guerra em que a UNITA partia com vantagem, pelo incumprimento da desmobilização e presença nos centros urbanos de forças militares. O confronto ganhou outros contornos com a recuperação das cidades do Lobito, Malange, Sumbe, Lubango, Ondjiva, e Menongue pelas forças do MPLA enquanto as forças da UNITA continuaram com o controlo do Huambo, parte do Bié e das cidades do Negage e Soyo

como estratégia por ser na altura o maior campo petrolífero (Costa, 2010, pp. 74-75).

A UNITA conseguiu sucesso devido a economia dos diamantes, apoios do presidente Mobuto, do Zaire. O sucesso da UNITA viu-se ultrapassado quando o imperativo de interesses dos Estados Unidos levou este a reconhecer Angola em 1993 e aplicou sanções à UNITA, banindo a venda de armas e combustível ao movimento (Wheeler & Pélissier, 2009, p.368). Este esvaziar da economia que a UNITA sofreu, segundo Harare, (1999, p. 51, citado por Costa, 2010, p. 76), obrigou o líder do movimento do galo negro a negociar já que se sentia asfixiado. Foi retomada a diplomacia e a 20 de Novembro de 1994 foi assinado o Protocolo de Lusaka que previa corrigir os erros passados por isso as eleições previstas só seriam realizadas após conclusão das questões militares. Este processo avançou de forma gradual e é por isso que o período de 1994-1998 é conhecido como de mini-paz (Wheeler & Pélissier, 2009, p.369). Correia (1996, p.147) salienta que nos dias que antecederam os acordos de Lusaka o Huambo foi reconquistado pelas tropas do governo.

É possível, admitir que de certa forma para o retrocesso das negociações do Protocolo de Lusaka segundo Hare (1998, p. 95, citado por Comerford, 2005, p. 265) contribuiu o ataque sofrido pelo general Ben Ben em Outubro de 1995 em Luanda cuja troca de tiros fez lembrar o massacre de Outubro de 1992 o que levou a equipa militar a recuar para o Huambo.

O Protocolo de Lusaka não representou de facto grande avanço na conquista da paz. Segundo a CEAAT (1998, pp. 343-345) no pós-Lusaka foi notável o impedimento no encaminhamento de ajuda a algumas áreas porque as forças não permitiam o acesso. Porém, na visão de Costa (2010, pp. 77-78) o contexto internacional ditado pelo fim da Guerra Fria fez com que a troika de observadores para o processo de paz terminasse com o fracasso do mesmo já que a decadência da URSS conferia vantagens aos EUA por isso, uma nova vaga de violências abateu-se sobre Angola com a UNITA e o MPLA a desrespeitarem de forma flagrante os Acordos.

O Protocolo de Lusaka parece ter enfraquecido a UNITA já que o MPLA promoveu e aplicou a divisão. Não é vã a apreciação de Kakulo & Morais

(2015, p. 85) que reflectindo sobre o GURN (Governo de Unidade e Reconciliação Nacional), tomada de posse dos 70 deputados da UNITA à Assembleia Nacional, chegada dos Capacetes Azuis e da desmobilização de alguns militares da UNITA enfatizam a falta de confiança recíproca. O fracasso de Savimbi, de acordo com Oliveira (2022, p. 282), tem como factor principal a mudança de posição da América que foi motivada pela sua ambiguidade, seu desrespeito às leis da guerra, e o abate de aviões da Cruz Vermelha pilotados por americanos, factores associados a execução do general Bock que motivou ainda mais as desconfianças no seio da UNITA.

Comerford (2005, p. 9) refere que em 1992 o conflito ficou ainda mais internacionalizado porque tendo em conta o Relatório Fowler, das Nações Unidas de Março de 2000, as sanções aplicadas a UNITA após o seu regresso à guerra fracassaram no início mas *a posteriori* as resoluções sobre o embargo de combustível e armamento, restrições de viagens aos líderes da UNITA aliado ao encerramento dos escritórios, proibição da aviação, congelamento das finanças e proibição de vendas de diamantes que não tivessem certificados de origem de 1993, 1997, 1998 e a resolução 1237 de 1999 por força da qual surgiu uma comissão encarregue de fiscalizar resultou em sucesso. Há ainda a acrescentar o que Wheeler & Pélissier (2009, p.370) lembram: é importante reconhecer que o alinhamento das forças do MPLA ao Ruanda e Uganda, forças com apoio declarado à Joseph Desiré Laurent Kabila que determinou o fim do regime de Mobutu impediu a continuação de benefícios da UNITA vindos de Mobutu.

Segundo o Relatório Fowler (2000, citado por Comerford, 2005, p. 9) da lista de países que violaram os Acordos por força de interesses económicos faz-se menção a República Democrática do Congo, Togo, Bulgária, Zâmbia, Congo Brazzaville, Federação Russa, etc.

A tragédia dos 11 de Setembro de 2001 às torres do World Trade Center na América, símbolo do poder no Ocidente tornou muito séria a retaliação e, no que tange a força da globalização devia ser aproveitada para potenciar a discussão sobre as causas de tanto ódio acumulado (Farias et. al., 2002, p.

13). Este acto agudizou bastante a posição de Savimbi e dos seus fiéis na falta de apoio (Guest, 2004, p. 82).

A guerra deu-se por terminada a 22 de Fevereiro de 2002 com a morte de Savimbi na província do Moxico (Wheeler & Pélissier, 2009, p.367).

Conclusões do Capítulo

A Igreja Católica, embora tarde, ficou a favor da descolonização de Angola e formou uma elite que se dedicou sem poupar esforços à causa da descolonização. O activismo humanitário coube-lhe bastante desde a guerra de libertação colonial até à guerra civil, iniciada já em 1975, por meio da Caritas e de outros espaços criados mais tarde. Distribuiu ajudas humanitárias, abriu salas de aula, centros de saúde, tratou de analisar o problema da nação fazendo uso dos discursos bíblicos e políticos.

O entendimento que a Igreja Católica teve sobre as causas da guerra e gestão do processo de paz parece ser o mais convincente no que tange a explicação do fracasso dos Acordos de paz e o posterior retorno à guerra em 1993. A Igreja Católica defendia, de facto, a paz e a democracia, embora reconheça que não é um sistema política acabado, procurava promove-lo pelo que, a Igreja demonstrava ser uma escola esclarecedora para as mentes que apelavam que a democracia não era para a África.

Constata-se que a Igreja Católica por ter sofrido com o povo excluído pelo MPLA e pela UNITA, conforme as circunstâncias, se mostrou mais agastada pelo atraso da paz. Os bispos percebiam que o retorno à guerra se traduz numa ordem da UNITA e do MPLA contra o povo, pois o povo ficaria sem casas, escolas, hospitais, estradas, roupas, comida, filhos, sem alegria e muitas vezes sem vida.

As Igrejas em geral e os partidos políticos da oposição em particular nunca foram de forma oficial convocadas e legitimados pelas organizações internacionais para contribuirem na condução do processo de paz.

**CAPÍTULO III - TESTEMUNHOS DE BIBLIOTECAS VIVAS
ACERCA DO CONTRIBUTO DA IGREJA CATÓLICA NO
PROCESSO POLÍTICO DE ANGOLA (INDEPENDÊNCIA E
DEMOCRACIA) 1960-1992**

CAPÍTULO III - TESTEMUNHOS DE BIBLIOTECAS VIVAS ACERCA DO CONTRIBUTO DA IGREJA CATÓLICA NO PROCESSO POLÍTICO DE ANGOLA (INDEPENDÊNCIA E DEMOCRACIA) 1960-1992

A complexidade da tarefa do historiador cujo desiderato específico consiste na reconstrução do passado da humanidade e a necessidade de imprimir uma apologética na História de Angola favorável para o futuro próspero da sociedade angolana, de forma particular, impossibilita o alcance dos objectivos cientificamente válidos sem respeitar e dissecar as entranhas dos grupos humanos que viveram e sentiram o contexto que se elegeu para este trabalho.

No que tange o município do Lubango, sobre a prestação da Igreja Católica pouco se escreveu e, consequentemente existe uma lacuna muito evidente no que toca a independência e democracia, daí, o nosso foco neste capítulo recair para a colheita de testemunhos vivos no terreno no sentido de discernir os aspectos bons e os maus que os membros da Igreja Católica e não só suportaram durante a trajetória da independência e início da democratização de Angola.

3.1. A Importância das bibliotecas vivas neste contexto

A observação directa no âmbito da História é impossível. Neste campo do saber a possibilidade de contactar directamente os protagonistas é reduzida e agravada pela falta de testemunhos que podem ser considerados a chave da nossa compreensão.

É neste dilema que a consulta das bibliotecas vivas se enquadra como defende Nascimento (2022, p.17) quando advoga que investigar a História de Angola implica extrair da diversidade de fontes contraditórias posicionamentos expressos na documentação seleccionada, uma narrativa que ao historiador importa demonstrar não desviando dos dilemas que cada descoberta coloca.

As bibliotecas vivas são importantes para se poder posicionar a investigação na compreensão das grandes massas históricas no caso as comunidades cristãs de Angola, conforme a tradição da escola nova que valida o bom historiador pela sua capacidade de fazer mel de todas as coisas a partir de uma duplicidade de documentos de todas as espécies desde os escritos até os orais (Bourdé & Martin, 1983, pp.145-148).

Segundo Ki-Zerbo (1999, pp. 19-20) a validade das fontes orais é contestada pelos feiticistas da escrita, sendo um destes Brunschvig que continua a reprovar a utilidade da tradição oral enquanto na generalidade os historiadores da África admitem a utilidade da fonte oral.

Assim, se elege a oralidade para o presente estudo movidos pela lógica de que o horizonte temporal ainda é rico em bibliotecas vivas. O arriscado, no entanto considerado por muitos errado, percebe-se que é investigar usando simplesmente a imaginação e raciocinar na e sobre a ausência de qualquer documento (Bourdé & Martin, 1983, p.151).

3.2. A razão da indicação das personalidades (metodologia de recolha de dados)

A obtenção dos dados por via verbal exige do investigador o cumprimento do rigor científico na selecção dos indivíduos a entrevistar para que se passe o limite que considera a informação obtida por via das entrevistas como complementar. As personalidades seleccionadas para este estudo, na sua maioria, têm em comum uma vida activa das peripécias do processo político de Angola de 1960 a 1992.

Em particular adianta-se que Celestino Ricardo Sapalo foi seminarista do Jaú de 1969 à 1974, no contexto da independência de Angola assolada pela carência de quadros e não só. Foi premiado com um certificado de isenção militar passando a servir o Ministério da Educação como Director em Caconda de 1975 até 1981 ano em que passou a trabalhar no comércio interno de Benguela onde foi promovido à director provincial da Emprotel. Em consequência de um ataque perpetrado pela UNITA a uma comitiva de dirigentes que seguia para a Ganda, em 1985, foi raptado pela UNITA e viveu como prisioneiro político na Jamba, capital da UNITA, até 1995.

Manuel Caleque é um entrevistado com uma forte hibridização necessária para este trabalho já que vive no município do Lubango desde 1961, e desde 1974 combinou a direcção das comunidades cristãs com a função pública. Enquanto, Marcos dos Santos tem a vida marcada pela actividade da Igreja Católica desde a formação académica incluindo o exercício profissional que lhe conferiu credibilidade para representar a Cáritas na Paróquia de São José do Lubango de 1988-1998. Estevão Foster tem as qualidades de líder espiritual e médico

de muita trajectória em Angola. O arcebispo emérito do Lubango, Dom Zacarias Camwenho é um católico que já somou 62 anos de sacerdócio dos quais, 49 anos foram contabilizados desde que foi consagrado bispo. Segundo Neves (2012, pp.139-146), Dom Zacarias Camwenho está entre os católicos que prestaram apoio incondicional na construção dos documentos pastorais da CEAST e, se bateram para mudar o agravante quadro de guerra que se vivia em Angola, pelo reconhecimento da sua dedicação a causa da paz em Angola recebeu, no parlamento Europeu, em Estrasburgo o Prémio Sakharov em Dezembro de 2001.

A tarefa do historiador implica hoje retratar os factos de modo a permitir que o conhecimento parta da comunidade e sirva a mesma comunidade, por esta razão tem-se a entrevistada Joana Ndjepile a escolha mais preciosa para este trabalho por ter evidências fortes vividas em relação a Igreja Católica e a guerra civil de 1975 a 1992. De forma primordial são estes axiomas que como preciosos imperativos determinaram a escolha das personalidades destacadas a seguir.

3.3. Celestino Ricardo Sapalo

A conversa com o senhor Celestino Ricardo Sapalo foi uma verdadeira aula magna que proporcionou o conhecimento de que a proclamação da independência de Angola representou para as comunidades cristãs católicas um corte do sucesso uma vez que as instituições que serviam a Igreja Católica (missões, seminários e internatos) em Angola foram profanadas. A sua estadia na Jamba desde 1985, permitiu averiguar que a Igreja Católica através das inúmeras visitas realizadas pelos padres, actividade de padres e madres que preferiram dedicar a sua pastoral aos oprimidos pela guerra na Jamba aliviou de forma significativa o sofrimento do povo na alimentação, saúde e vestuário. O mais marcante é que os presos políticos tinham direito de boa alimentação porque se os maltratassem os visitantes reportariam para o mundo afora estas injustiças e a boa imagem de Savimbi e da UNITA embocaria em descrédito prejudicando assim as parcerias. O entrevistado confirmou que na Jamba não havia uma cultura de democracia, a máquina de guerra montada demonstrava um fiel seguidor do comunismo maoista. Em 1992 os agentes da educação eleitoral indicavam somente a Bandeira da UNITA aos eleitores proibindo outra

escolha, os trabalhadores não tinham salário e as patentes mais altas eram privilegiadas. Na trajetória da UNITA o ensino foi credenciado pelo facto de Savimbi ter colocado nas reitorias dos três Liceus sacerdotes católicos e teve muita apetência pelos seminaristas no quadro do seu pessoal para a educação²⁴.

Em concordância com o entrevistado está Oliveira (2022, pp. 240-278) ao confirmar que Savimbi era um anti-democrático arrolando factos como a queima de supostos feiticeiros, as ordens dadas aos padres e madres como entendia, a resistência na concepção e libertação de seminaristas, segredismo nas violências para não perder os apoios e o ponto positivo é o facto de ter confiado o Liceu da Jamba à responsabilidade dos padres angolanos e estrangeiros. No ano lectivo 1985/1986 teve resultados escolares satisfatórios que se confirmaram por meio da integração de estudantes idos da Jamba para o Colégio Universitário Pio XII em Portugal.

3.4. Manuel Caleque

A informação prestada pelo catequista Caleque é um nobre certificado do que aconteceu. Nos seus depoimentos afirmou ter respondido repetidas vezes às chamadas da DISA (Direcção de Informação e Segurança em Angola) em 1977, pelo facto de muita resistência na actividade da Igreja. Sublinhou a sua contribuição para a não anulação da formação de padres, defendeu que a causa da morte do padre Leonardo Sikufinde (da Diocese do Cunene), foi o doutoramento em Filosofia com uma tese contra o marxismo-leninismo e, por último, enfatizou as salas de aula criadas pelo padre Conor Courtney na missão Nossa Senhora das Dores - Lubango para acudir os refugiados de Caconda e Caluquembe, advertindo que o analfabetismo prejudicou o activismo ético da Igreja Católica para preparar as comunidades nas eleições de 1992²⁵.

De facto, Hilemusinda (2022) advoga que o padre Sikufinde foi barbaramente assassinado aos 14 dias de Agosto de 1985 e antes deste acto teve passagem nas cadeias e campos de reeducação de Ondjiva e Luanda.

²⁴ SAPALO Celestino, entrevista concedida ao autor aos 6 de Julho de 2023.

²⁵ CALEQUE Manuel, entrevista concedida ao autor aos 8 de Julho de 2023.

O analfabetismo é uma constante prejudicial para a democratização de Angola já que as etnias associadas a este fenómeno votam sem observar os programas propostos para a governação do país e a boa qualidade da educação ainda é uma miragem (Cruz, 2008, p.75).

3.5. Marcos José dos Santos

A realidade do terceiro entrevistado é semelhante ao segundo. Por esta razão, ele confirmou que os catequistas e outros líderes religiosos sofreram perseguições, viram a confiança nos seus préstimos ao estado diminuída e o mais triste foram as mortes de alguns missionários dos quais fez menção a morte do padre Martinho Thiyssen e o irmão Afonso Rodrigues ocorridas em 1977 na Missão de Caconda. Reiterou que a comunidade cristã católica do Lubango vivia muitas privações devido à guerra e sendo assim a significativa ajuda foi dada pela Cáritas. Por último, quanto à visita do Papa, destacou o facto de pela primeira vez os líderes do MPLA e da UNITA partilharem o mesmo espaço e terem o Papa como intermediário da aproximação²⁶.

Quanto ao contributo do Papa João Paulo II para a paz, segundo Gomes (1992, p. 24, citado por Neves, 2012, p. 231), no grupo dos dirigentes políticos Jonas Savimbi na altura dos cumprimentos foi o único que se manteve em conversa com o Papa por mais de quatro minutos. Na sequência o Papa deu as mãos aos dois signatários dos Acordos de Bicesse pedindo a paz e a realização das eleições de forma saudável.

3.6. Estevão Foster

Como era de esperar, o médico cirurgião Estevão Foster fez a diferença dando destaque embora com recuo ao comércio de escravos realizado por Heli Chatelain em Caluquembe, a expropriação do Lar Evangélico do Lubango pelo Governo Marxista, educação prestada aos meninos de rua do Lubango acolhidos pelo padre Conor Courtney e a saúde de muitos cidadãos tratada de forma gratuita por esforço desta figura que geria a missão Nossa Senhora das Dores. Ainda no âmbito da saúde enalteceu as irmãs Médicas Missionárias de Maria, do Chiulo, e a Cáritas que mesmo sendo o braço caritativo católico prestou apoio muitas vezes ao Hospital Protestante de Caluquembe. A

²⁶ SANTOS Marcos, entrevista concedida ao autor aos 11 de Julho de 2013.

premissa conclusiva do seu discurso ficou focada no tribalismo e analfabetismo como entraves para a democratização de Angola e que dificultaram a actuação da Igreja Católica²⁷.

Sobre o conteúdo anterior, foi possível certificar que as irmãs Médicas Missionárias de Maria no hospital do Chiulo e no Cuamato (posto médico Santa Teresinha do Tyiteve) durante o conflito armado prestaram assistência a população do Cunene e aos que vinham das frentes de combate no Sul de Angola (Hilemusinda, 2022, p. 2015).

O analfabetismo evocado como factor de atraso à democratização é um fenómeno de complexidades diversificadas por isso, Benavente et. al., (1996, citado por Sil, 2004, p. 52) produziu uma nova concepção de analfabetismo por ter verificado que em países como a França, Estados Unidos e o Canadá, apesar da escolaridade obrigatória longa, parte da sua população já escolarizada apresentava dificuldades na interpretação de informação escrita.

3.7. Dom Zacarias Camwenho

Dom Zacarias Camwenho, o Arcebispo Emérito do Lubango, brindou-nos com informação sobre a transformação dos lugares sagrados em quarteis e armazéns para o comércio, o reconhecimento por parte de alguns líderes políticos de excessos na forma como os lugares sagrados estavam sendo tratados e, no caso, enfatizou que Agostinho Neto teve intervenção para repor as condições do bispado no Uíge, afirmou que muitos catequistas foram mortos, uma vez que eram activistas acérrimos da religião numa altura em que os missionários estavam vedados de entrar em Angola. Sobre a ajuda dos mais desfavorecidos lembrou o facto da Cáritas ter sobrevivido após a independência e o que podemos considerar nacionalização ter potencializado a sua prestação durante a guerra civil²⁸.

De facto, verificando Hilemusinda (2022, p. 194) pode-se confirmar que a Missão de Omupanda, no Cunene, confiscada em 1975 serviu como campo de instrução militar e só foi devolvida aos fiéis em 1995, após 20 anos.

²⁷ FOSTER Estevão, entrevista concedida ao autor aos 13 de Julho de 2023.

²⁸ KAMWENHO Zacarias, entrevista concedida ao autor aos 14 de Julho de 2023.

A dedicação da Igreja Católica em Angola a causa das primeiras eleições em 1992 foi impar, não tem comparação possível. A Igreja, aos fiéis com mais de 17 anos de idade, ministrou a preparação cívica eleitoral num prazo de aproximadamente um ano tendo como matriz a carta pastoral dos bispos publicada em Março de 1992 intitulada «*Mensagem Pastoral Sobre o Actual Momento Político “Políticos, Democracia e Justiça”*». O objectivo foi contribuir de certa forma de modo a tornar as eleições verdadeiramente livres e justas. A visita pastoral do Papa João Paulo II, embora aproveitada por muitos políticos de forma negativa, foi de facto reconciliadora e unificadora, para os angolanos uma vez que o Santo Padre nos seus discursos e agenda fez constar como objectivo primordial unir os angolanos. A história política de Angola ficou marcada pela denúncia das atrocidades, violação dos direitos humanos e intolerâncias, actos condenados pela Igreja Católica de forma clara²⁹.

De facto, segundo (Neves, 1997, pp. 147-151), durante o período que antecedeu as eleições em 1992, que é tradicionalmente, o período que diz respeito a campanha eleitoral alguns representantes de partidos (MPLA, UNITA e FNLA) liam extratos da Bíblia e das mensagens da CEAST; participavam em cerimónias religiosas; prometiam liberdade de culto, advogavam melhorar a educação com a introdução das aulas de educação moral até então proibidas nas escolas, visitavam bispos nas suas casas episcopais e profanavam a figura do santo padre, o papa João Paulo II exibindo fotografias ao seu lado. Contudo, pela Igreja Católica em Angola foram promovidas muitas iniciativas dedicadas a formação cívico-política dos cristãos, publicaram-se livros, incentivaram-se orações nas comunidades e de forma mais restrita nas famílias para o sucesso eleitoral.

3.9. Joana Ndjepele

O que foi afirmado e confirmado pelos anteriores entrevistados, encontra certificação na narração da nossa nobre entrevistada Joana Ndjepele. É o caso da profanação dos lugares sagrados em que destaca além das missões católicas, a missão evangélica do Bunjei, o uso dos lugares sagrados convertidos a quartéis do exército, castigos sofridos por padres e catequistas, mortes de sacerdotes católicos, solidariedade das comunidades cristãs

²⁹ KAMWENHO Zacarias, entrevista concedida ao autor aos 20 de Julho de 2023.

católicas, destaque do padre Conor Courtney, missionário com uma pastoral muito activa na saúde, alimentação, formação e até na salvação de muitos homens que fugiam da perseguição política após as eleições de 1992 e o primordial papel ecuménico da Cáritas de Angola que com o PAM salvou muitas vidas³⁰.

Conclusões do Capítulo

Após a consumação das entrevistas, constatou-se que o município do Lubango tem a sua História marcada pela actuação da Igreja Católica durante a marcha para a independência e a guerra civil. No período de 1975-1992, a comunidade do Lubango em geral teve verdadeiros activistas cristãos católicos, é o caso dos catequistas Manuel Caleque e Marcos dos Santos e o senhor Francisco Manuel. A dedicação da Igreja Católica na educação cívica eleitoral em 1992 (primeiras eleições em Angola) é sem dúvida um dado mais evidente no que diz respeito a prestação desta para a democracia.

Os entrevistados tiveram respostas semelhantes quanto à profanação dos lugares sagrados que na generalidade serviram de quartéis, armazéns e escolas do Estado. O braço caritativo católico, a Cáritas, num gesto ecuménico salvou muitas vidas e foi a maior força dos fracos e marginalizados.

Foi possível constatar que, no que tange a Guerra Cívica de Angola, a comunidade do Lubango tem seu reconhecimento positivo sobre a prestação da Igreja Católica, no entanto o facto de alguns missionários e sacerdotes terem sido mortos neste contexto preenche o tópico mais triste da História da Igreja no processo político de Angola.

³⁰ NDJEPELE Joana, entrevista concedida ao autor aos 18 de Julho de 2023.

CONCLUSÕES

Conclusões

O principal objectivo deste estudo foi apreender os traços essenciais relativos ao contributo da Igreja Católica no processo político de Angola (1960-1992) e, em conformidade com o objectivo foi possível inferir o seguinte:

O cristianismo tem ligação com valores universais, tais como a paz, justiça, liberdade e dignidade humana, etc., valores com que marcou a história da humanidade desde o primeiro século da nossa era.

Não é um dado exacto afirmar que Igreja Católica foi um tipo de sucursal do Estado português durante a colonização de Angola, porque a comunidade católica e os sacerdotes em particular viveram várias dificuldades principalmente em 1910, e a partir de 1960 com referência a perseguição e exílio de muitos sacerdotes; e em 1970 a motivação dos nacionalistas foi acrescida com o acto protagonizado pelo Papa Paulo VI ao receber os três líderes que activamente comandavam os movimentos libertação de Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné Bissau.

É presumível que a dedicação da Igreja Católica na política social em Angola de 1960 a 1992 foi a que mais abrangência teve o que se confirma pelo facto desta instituição ter formado indivíduos que têm servido o país nas diversas esferas. No Lubango, a formação dos professores de Posto Escolar de Ensino deu destaque Histórico a Escola de Magistério da Missão da Huíla fundada em 1963, Missão cujo internato feminino teve também a vocação de capacitar as meninas para a boa gestão dos lares com intuito de formar boas famílias cristãs e não só.

O contributo da igreja Católica para independência de Angola é visível após a Primeira e Segunda Guerras Mundiais na sua aposta para a formação dos angolanos, na publicação de Cartas Pastorais que apelavam para a independência das colónias, questionamentos dos saberes considerados hegemónicos, esforço na inculturação do Evangelho e antecipação da independência com a colocação de um clero nativo no comando da Igreja Católica antes da independência política de Angola. Apesar do Acordo Missionário que dizia que os bispos tinham de ser todos portugueses, já antes

da independência a Igreja Católica elevava alguns angolanos ao episcopado, além de outros superiores de Missões e Paróquias.

Dos ex-seminaristas e outros indivíduos formados nas instituições católicas vários serviram a causa da libertação e com a independência declarada em 1975, colmataram muitas lacunas na falta gritante de quadros para a função pública em Angola.

A experiência recebida pela Igreja Católica durante o período colonial devido às imposições do Estado português tiveram sua utilidade para enfrentar o novo Estado angolano que professava o ateísmo.

A evangelização que se realizou de 1975 aos dias actuais foi a mais difícil, assombrada por torturas, raptos e mortes de muitos sacerdotes e catequistas. A Igreja minimizou o sofrimento de muitos angolanos por meio da Cáritas e activismo de sacerdotes e solidariedade da comunidade cristã católica.

A Igreja Católica foi uma das poucas instituições interessadas verdadeiramente na paz e democracia por isso, desde o histórico ano de 1975 apelou para a democratização de Angola pelo que, constituíram entraves para a sua actuação o tribalismo, analfabetismo e o apego ao poder por parte dos líderes políticos envolvidos na guerra civil. Após a independência, a Igreja Católica se bateu durante muito tempo a favor da implementação da democracia, com os vários documentos da CEAST (os bispos de Angola).

RECOMENDAÇÕES

Recomendações

- Que o trabalho venha a constituir uma das motivações para o surgimento de outras abordagens ligadas a História contemporânea de Angola em geral e do Lubango em particular.
- Que o trabalho tenha utilidade como fonte de consulta bibliográfica para a comunidade académica.
- Que o trabalho tenha utilidade no repensar de uma História Curricular mais adequada à realidade do estudante e despida da pseudopolítica.
- Que se continue a investigar também nesta vertente (eclesial) para que a História de Angola possa ser mais completa e reflectir o que verdadeiramente é o país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referências Bibliográficas

_____, (2005). *Atlas Básico de História Universal*. 1ª Edição. Didáctica Editora, Portugal.

ALVES, C. A. (2015) *Esperar Pela Hora de Deus. O. Exílio Forçado de Sacerdotes Angolanos em Portugal de 1960-1974*. 2ª Edição, Mayamba Editora.

AMARAL, I. Do (1996). *O Reino do Congo, os Mbundu (ou Ambundus), o Reino dos Ngola (ou de Angola), e a Presença Portuguesa, de Finais do Século XV a Meados do Século XVI*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

ANDRADE, C. (2002). *Adobes de Memória Chegadas*. Caxinde Editora.

ARISTOTELES (2000). *Tratado da Política*. 2ª Edição, Publicações Europa-América.

ARJAGO. (2002) *Os Sobas, Apontamentos Étno-Históricos Sobre os Ovimbundu de Benguela*. 1ª Edição.

ASSUNÇÃO, G. J. F. De (1993) *Narrativas dos Povos de Angola*. Luanda-Angola, Edição do Autor.

BAPTISTA, C. (2002). *Portugal no Olhar de Angola*. Edições Minerva, Portugal

BARREIRA, A. & MORREIRA, M. (1998). *Páginas do Tempo 7. 3º Cíclo do Ensino Básico, 7º Ano*. 3ª Edição, Lisboa.

BAUR. J. (2002). *2000 Anos de Cristianismo em África, Uma História da Igreja Africana*. Paulinas Edições, São Paulo.

BEMBE, M. D. (2013) *A Questão de Cabinda Uma Visão Estratégica. Evolução da Situação e Senários do Futuro*. 1ª Edição, Luanda (Angola).

BOURDÉ, G. & MARTIN, H. (1983) *As Escolas Históricas*. Publicações Europa-América Lda.

CAPUMBA, P. A. & LOPES J. M. (2006). *História 11ª Classe*. 1ª Edição. Texto Editora, Luanda-Angola.

CARRASCO, A. (2005) *A Longa Marcha dos Direitos Humanos (Percurso Histórico Incompleto)*. 1ª Edição. Editorial Nzila, Luanda (Angola).

CARVALHO, A. M. de. (s/d). *Os Sobreviventes da Máquina Colonial Depõem...* União dos Escritores Angolanos, Luanda (Angola).

CEAST. (1991) *O Cristão e a Política*. Solenidade de São José, Luanda (Angola).

CEAST. (1998). *A Igreja em Angola Entre a Guerra e a Paz – Documentos Episcopais 1974-1998*. 1ª Edição, Luanda (Angola).

CEAST. (2018). *A Igreja Católica em Angola Entre a Guerra e a Paz – Documentos Episcopais 1999-2017*. 1ª Edição, Luanda (Angola).

CERRUTI, P. (1963). *O Cristianismo em Sua Origem Histórica e Divina*. Rio de Janeiro – Brasil. Disponível em <http://alexandriacatólica.blogspot.com.br> – consulta feita em 22/07/2023.

CHAVES, M. J. (2008) – *O Papel Reconciliador da Igreja no Pós-Guerra Civil Em Angola*. 1ª Edição, Transcultural Editora e Livraria.

COMERFOR, M. G. (2005). *O Rosto Pacífico de Angola. Biografia de Um Processo de Paz (1991-2002)*. Luanda, Edição do Autor.

CORCUFF, P. (2003). *Filosofia Política*. Publicações Europa-América, LDA.

CORREIA, P.P. (1996). *Angola: Do Alvor a Lusaka*. Lisboa: Hugin.

COSTA, I. D. de A. (2010) *O Processo Político Angolano Desde o Início da Guerra Colonial*. 1ª Edição. União dos Escritores Angolanos. Luanda-Angola.

CRUZ, D. (2008). *Para Onde Vai Angola? A Selvajaria Apocalíptica Onde Toda Perversidade é Real*. Edições Mulemba. Luanda – Angola.

CRUZ, S. (1984). *Direito Romano (Ius Romanum)-I Introdução*. 4ª Edição. Coimbra – Portugal.

DAVIDSON, B. (1977) *Guia Para a História da África*. Lubango, Gráfica da Huíla.

DAVIDSON, B. (1978) *A Descoberta do Passado de África*. Sá da Costa Editora. Lisboa

- FARIAS**, J. J. F. de, et. al (2002). *A Religião e Violência*. Paulus Editora. Brasil.
- GABBRIEL**, M. N. (1978). *Angola Cinco Séculos de Cristianismo*. Literal Editora. Braga – Portugal.
- GASPAR**, P. & **DIOGO**. F. *Sociologia da Educação e Administração Escolar*. Plural Editora. Angola.
- GROMIKO**, A. A. et. al. (1987). *As Religiões da África Tradicionais e Sincréticas*. Edições Progresso. Moscovo.
- GUEST**, R. (2004). *Africa Continente Acorrentado. O passado, o Presente e o futuro da África*. Civilização Editora. Porto - Portugal.
- GUNGU**, R. F. (2014). *África até Quando?* 1ª Edição. Challenge Angola.
- HENDERSON**, Lawrence W. (1990), *A Igreja em Angola. Um Rio Com Várias Correntes*. 1ª Edição. Editorial Além-Mar, Lisboa.
- HILEMUSINDA**, A. (2017). *Existe História Sem Deus & Deus Sem História? Leitura do Pensamento Teológico de Walter Kasper, Acerca da História*. Letras e Conceitos Editora. Luanda-Angola.
- HILEMUSINDA**, A. (2019). *Valores que se Perderam e se Reclamam em Angola. “Um Alerta ao País”*. 1ª Edição. NHconteúdos. Angola.
- HILEMUSINDA**, A. (2022). *História Sociocultural Política Militar Económica e Eclesial do Cunene. Síntese Geral da História do Cunene nos Períodos Pré-Colonial, Colonial e Pós-Colonial (1876-2021)*. 1ª Edição. NHconteúdos. Angola.
- HOSKIM**, M. (2021). *Aço que Salva. Vida e Obra do Doutor Estevão Foster*. 1ª Edição – Descoberta Editora. Brasil.
- HUTINGNTON**, S. P. (2001). *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*. 2ª Edição. Grávida Edições. Portugal.
- KAJIBANGA**, V. at. al. (2015). *O Que é a Filosofia Africana?* Escolar Editora. Portugal.
- KAKULO**, F. & **MORAIS**, B. de. (2015). *Angola Uma História Uma Perspectiva*. 1ª Edição. Escolas Católicas Capuchinhas.

- KAMABAYA, M.** (2014) *O Renascimento da Personalidade Africana*. 1ª Edição. Mayamba Editora. Luanda/Angola.
- KEEGAN, J.** (2009) *Uma História da Guerra*. 1ª Edição. Edições Tinta da China, Lisboa.
- KIALA, L.** (2018). *Breve Referência Histórica da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé*. CEAST. Sumbe, Angola
- KI-ZERBO J.** (1999). *História da África Negra I*. 3ª Edição. Publicações Europa – América. Portugal.
- KONSTANTINOV, F. V. et. al** (1977), *Os Fundamentos da Filosofia Marxista-Leninista*. 3ª Edição. Novo Curso Editores, URSS.
- KUNDOGENDE, J. da C.** (2013) *Crise e Resgate dos Valores Morais, Cívicos e Culturais na Sociedade Angolana. Um Contributo Para à Inversão dos Valores Éticos*. Edição: Ministério da Educação, Angola.
- LAAGEL, C.** (2016). *O Imperativo da Coexistência Humana em Angola*. ADMAC Editora. Luanda /Angola.
- LEITE, F. T.** (2008) *Metodologia Científica, Métodos e Técnicas de Pesquisa (Monografia, Dissertações, Teses e Livros)*. Editora Ideias & Letras. Brasil.
- LOURENÇO, S.** (2003). *A Missão Espiritana em Angola*. Missionários do Espírito Santo Edições, Lisboa.
- LUKAMBA, A.** (2012). *A Globalização e os Conflitos no Sul. O Caso Angolano*. 2ª Edição, CERETEC-Huambo, Angola.
- MANUEL, C. M.** (2021). *Alguns Aspectos do Legado Histórico dos Impérios Coloniais aos Estados Soberanos Pós-Coloniais. O Caso da Toponímia em Angola, 45 Anos Após a Conquista da Independência. [Angola 45 anos o Político o Social o Económico e o Cultural]*. 1ª Edição. Mayamba Editora. Luanda - Angola.
- MARCONI, M. de A. & EVA M. L.** (2003) *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª edição. Atlas Editora. São Paulo-Brasil.

MATEUS, A. & MATEUS, D. C. (2011). *Angola 61 Guerra Colonial Causas e Consequências o 4 de Fevereiro e o 15 de Março*. 1ª Edição. Texto Editora, Portugal.

MBAH, J. M. A. (2010). *As Rivalidades Políticas Entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) – 1962/1975*. 1ª edição Mayamba Editora, Luanda - Angola.

MBILINGUI, G. (1997). *Congregação do Espírito Santo – Província de Angola 20 Anos (1977-1997)*. 1ª Edição. Espiritanos – Angola.

MIRANDA, F. (2021) *Os Mistérios da Humanidade e os Tabús Desta África Misteriosa*. Jambalaya Editora. Luanda - Angola.

MONDIN, B. (1982). *Curso de Filosofia – 2*. 1ª Edição. Paulus Editora, São Paulo (Brasil).

MUACA, E. A. (1980) *A Liberdade Religiosa na Lei Constitucional da República de Angola*. Edição da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé, Luanda - Angola.

MUACA, E. A. (2001). *Breve História de Envagelização de Angola*. 2ª Edição. Edição da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé.

MUZANGA, S. (2013) *A África Pôde e Pode-O Papel da Rádio e da Televisão na Revalorização do Homem Africano*. 1ª Edição. Mayamba Editora, Luanda – Sul/Angola.

NAMOLO, G. (2015) *No Centenário do Nascimento de Dom Altino Ribeiro de Santana 1915-2015*. Paulinas Editora, Lisboa.

NASCIMENTO, W. (2022). *Jogo nas Sombras Realidades Misturadas, Estratégias de Subjectividade e Luta Anti-colonial em Angola (1901-1961)*. 2ª Edição. Pontes Editora, Brasil.

NEVES, T. (1997) *Missão em Angola (1989-1994)*. 2ª Edição. Arquidiocese do Huambo, Angola.

NEVES, T. (2012). *Angola justiça e paz nas intervenções da Igreja Católica 1989-2002*. 1ª Edição. Texto Ediora, Luanda – Angola.

NOGUEIRA, E. D. (1995). *Episódios da Minha Missão em África*. Braga – Portugal.

OLIVEIRA, A. (2022). *O Padre de Savimbi*. 2ª Edição. Mayamba Editora, Luanda-Sul/Angola.

OLIVEIRA, M. A. F. (1971). *Angola (Documentação Sobre Angola) II – (1883-1887)*. Instituto de Investigação Científica de Angola, Centro de Estudos Ultramarinos, Lisboa. Tipografia Silva.

PACE, E. & STEFANI, P. (2002). *Fundamentalismo Religioso Contemporâneo*. Paulus Editora. Brasil.

PARREIRA, A. (2003). *Breve Cronologia da História de Angola – 1489-1706*. 1ª Edição. Editorial Nzila, Luanda – Angola.

PEDRO, C. (2020). *Envolvimento Político dos Cristãos no Contexto Angolano “Uma Contribuição Cristã às Questões Políticas”*. 1ª Edição, Tchi Publicações. Viana – Angola.

RANCIÉRE, J. (2010). *Momentos Políticos*. 1ª Edição. Buenos Aires, Argentina.

ROSEIRA, M. A. (1962). *Segurança Social na Doutrina da Igreja*. Editorial Cáritas. Lisboa – Portugal.

ROUSSEAU, J. (2001). *Do Contrato Social*. Edição Ridendo Castigat Mores

SHUBERT, B. (2000). *A Guerra e as Igrejas em Angola 1961-1991*. Schlettwein Publishing Switzerland.

SMITH, H. (2007). *A Essência das Religiões. A Sabedoria das Grandes Tradições Religiosas*. 1ª Edição. ASA Editora. Lisboa , Portugal.

SOTTOMAIOR, D. (2014). *O Estado Laico*. São Paulo. Brasil.

VIEIRA, L. D. (2015). *A Consciência Social da Igreja Católica. 124 Anos de História, 1891-2015*. Editorial Cáritas. Lisboa, Portugal.

WHEELER, D & PELISSIER, R. (2009). *História de Angola*. Edições Tinta da China. Lisboa – Portugal.

WILGES, I. (2003). *Cultura Religiosa. As Religiões do Mundo*. 14^a Edição, Editora Vozes, Brasil.

ZERQUERA, J. (2011), *Angola – Conhecer o Território Geografia 8^a Classe I^o Cíclo do Ensino Secundário*. 1^a Edição, Mensagem Editora. Luanda – Angola.

ZEZANO, M. (2020). *A Miséria de Um Povo Rico*. 2^a Edição. Chela Editora, Huila - Angola.

APÊNDICE

APÊNDICE A-Perguntas para o guião de entrevistas



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO/HUÍLA

ISCED-Huíla

Coordenação Do Mestrado Em Ensino Da História Da África

Preâmbulo de Orientação:

Esta entrevista insere-se no âmbito do trabalho de investigação, para a obtenção do grau de Mestre no curso de Ensino da História de África, subordinado ao tema: **“O Contributo da Igreja Católica no Processo Político de Angola (Independência e Democracia) 1960-1992. Um estudo exploratório Junto da Comunidade Cristã do Lubango”**. O propósito desta entrevista é a recolha de informações a partir das entidades que dirigiram comunidades cristãs e pessoas que possuam conhecimentos sobre o contributo da Igreja Católica no processo político de Angola, com objectivo de distinguir os aspectos bons e maus na acção da Igreja Católica no processo político de Angola (1960-1992).

Gostaríamos de solicitar à Vossa Excelência que conceda esta entrevista que servirá de suporte para atingir os objectivos desta investigação. No sentido de facilitar uma maior profundidade ao nível deste tema envio em avanço alguns tópicos para entrevista.

Tópicos Estruturados da Entrevista

Nome:

Local:

Profissão:

Idade:

Data:

Questões:

- 1- Após a proclamação da independência os lugares sagrados (paróquias e missões) foram profanados?
- 2- Que situações suportaram os catequistas e outros líderes cristãos que se mostraram activos e persistentes na promoção dos valores cristãos “desafiando” o primeiro Presidente de Angola que em 1977 declarou o MPLA como partido de linhagem marxista-leninista e intolerante à religião?
- 3- De que forma os diferentes grupos da comunidade cristã católica enfrentavam o problema dos mais desfavorecidos em consequência da guerra (refugiados, órfãos, viúvas, idosos e presos políticos)?
- 4- Durante a guerra civil em Angola o direito dos cidadãos no que diz respeito à educação e saúde era letra vazia. As instituições da Igreja Católica foram eleitas pelas populações na busca da formação académica?
- 5- Que mensagens os líderes religiosos transmitiam em momentos de desespero da população?
- 6- A visita do Papa João Paulo representou um passo para a reconciliação dos Angolanos?
- 7- Em vésperas das primeiras eleições de Angola, nos diferentes grupos da comunidade cristã católica do Lubango se promoveu educação eleitoral para os membros em idade eleitoral?
- 8- Quais são os factos que de forma geral marcaram a actividade da Igreja Católica e resumem o contributo da mesma no processo político de Angola de 1960-1992?

APÊNDICE B- Análise das entrevistas realizadas

Caracterização do Entrevistado 1

Nome: Celestino Ricardo Sapalo

Local: Lubango/Mitcha

Profissão: Funcionário Público (Director Judiciário de Contenciosos Administrativos)

Idade: 69 anos

Data: 06-07-2023

Estado Civil: Casado

1. Após a proclamação da independência os lugares sagrados (paróquias e missões) foram profanados?

R: No que tange a profanação dos lugares sagrados tenho a referência de que em 1977, o governo do MPLA liderado por Agostinho Neto profanou a Missão de Caconda, hoje denominada “Padre Ernesto Lecomte”. O governo recentemente formado em Angola serviu-se dela como escola.

2. Que situações suportaram os catequistas e outros líderes cristãos que se mostraram activos e persistentes na promoção dos valores cristãos “desafiando” o primeiro Presidente de Angola que em 1977, declarou o MPLA como partido de linhagem marxista-leninista e intolerante a religião?

R: Os líderes cristãos em geral e de forma particular os catequistas foram humilhados na medida em que eram tidos como não esclarecidos em relação ao nacionalismo, no entanto representavam um perigo para a independência porque neles encarnou o espírito colonial. Merece destaque no caso de Caconda a morte do padre Adriano Catassala que nas mesmas circunstâncias foi tido como continuador dos ideais da colonização.

3. De que forma os diferentes grupos da comunidade cristã católica enfrentavam o problema dos mais desfavorecidos em consequência da guerra (refugiados, órfãos, viúvas, idosos e presos políticos)?

R: No que diz respeito aos grupos que formam a comunidade cristã católica, presumo que como um dos princípios primordiais do cristianismo é a solidariedade, os membros dos diferentes grupos se moviam e se mobilizavam para algumas contribuições. Para esta questão estou limitado porque nunca fui membro activo nos grupos, trabalhei desde a independência até 1985 ano em que fui raptado pela UNITA como dirigente e naquela altura, um funcionário público simples, os da classe dos dirigentes não podia seguir a religião. Na capital da UNITA, a Jamba, que conheci em 1985, sobre a Igreja no seu topo que é a CEAST, foi possível verificar que as Cartas Pastorais e a acção humanitária através da Cáritas era um autêntico alívio para os mais desfavorecidos embora esta taxonomia de agrupar as classes em refugiados, órfãos, viúvas, idosos e presos políticos pela forte integração que Savimbi promovia não tivesse clareza na Jamba.

Na qualidade de preso político na Jamba estou para sempre grato à actuação da Igreja, no meu caso que culminou com a saída na Jamba em 1985 após negociação que envolveu a UNITA e o bispo Dom Queirós. A Igreja Católica na Jamba para os presos políticos teve impacto igual ao da comunidade internacional porque as visitas frequentes realizadas pelos membros da Igreja prolongavam a vida de muitos presos na medida em que em vésperas de visitas os presos tinham boa alimentação para evitar as reportagens de maltratos que prejudicariam a imagem da UNITA no exterior.

4. Durante a guerra civil em Angola o direito dos cidadãos no que diz respeito à educação e saúde era letra vazia. As instituições da Igreja Católica foram eleitas pelas populações na busca da formação académica?

R: A formação académica no pós-independência por parte do acolhimento que a Igreja Católica dava aos mais desfavorecidos e excluídos ficou limitada. No entanto, as populações procuravam alguma instituição afectada à Igreja Católica para formar os filhos, pois sabiam que nestas escolas podia-se conseguir uma boa formação. Mas a política do

Estado de confisco dos bens da igreja inviabilizou a concretização deste desiderato. Na Jamba a UNITA teve mais preferência pelos protestantes esta era uma realidade. Mas o Savimbi teve consciência de que representava uma mais valia trabalhar com padres e seminaristas para a formação do homem novo da UNITA e creditação internacional dos estudos. Para tal os três Liceus (Liceu da Jamba, Luengue e Boa Esperança) tinham na reitoria os padres Justo Félix, Padre Cambongue e para o último o Padre João Catumbela.

5. Que mensagens os líderes religiosos católicos transmitiam em momentos de desespero da população?

R: Os líderes religiosos transmitiam mensagens de esperança e perseverança na fé. A Igreja aliviava alguns rituais, este é o caso do jejum de consumo de carne que nestas circunstâncias deixava de ter carácter obrigatório.

6. A visita do Papa João Paulo II representou um passo para a reconciliação dos Angolanos?

R: O Papa João II era portador de mensagens da paz por isso mesmo é utópico negar o seu contributo para a unidade e reconciliação nacional. Um dos sinais desta promoção da unidade e reconciliação dos angolanos pelo Papa na altura foi a saída de gente da Jamba de Savimbi para Luanda e o facto do Papa ter concretizado duas reuniões uma com os membros dirigentes do MPLA e outra com os representantes da UNITA.

7. Em vésperas das primeiras eleições de Angola, nos diferentes grupos da comunidade cristã católica do Lubango se promoveu educação eleitoral para os membros em idade eleitoral?

R: Nesta altura na capital da UNITA, a Jamba, as Igrejas não tiveram actividade cívica pelo que, os grupos políticos que mobilizavam os possíveis eleitores indicavam somente uma possibilidade que é votar na UNITA.

8. Quais são os factos que de uma forma geral marcaram a actividade da Igreja Católica e resumem o contributo da mesma no processo político de Angola de 1960-1992?

R: Os factos que marcaram a actividade da Igreja Católica no processo político de Angola de 1960-1992 são várias e importa destacar a liberdade concedida nos internatos, centros escolares e seminários, já que, nestas instituições os mais carentes tinham um tratamento especial. Esta foi uma mais valia porque nos liceus directamente controlados pelo Estado Português era difícil o ingresso e a Polícia política controlava todos os estudantes. O período pós 1975 ficou marcado por uma redução da actividade da Igreja Católica e durante a Guerra Civil foi notável a catalogação de alguns bispos com os movimentos políticos, assim, eram Pró-UNITA, os bispos do Sul e Pró-MPLA os outros.

Caracterização do Entrevistado 2

Nome: Manuel Calequi

Local: Lubango/Helder Neto

Profissão: Empregado Bancário Reformado

Idade: 79 anos

Data: 08-07-2023

Estado Civil: Casado

1. Após a proclamação da independência os lugares sagrados (paróquias e missões) foram profanados?

R: Os sinais de profanação dos lugares sagrados e de culto que confirmo, são os referentes a Missão Católica Nossa Senhora das Dores do Lubango, lugar que nos dias de missas de forma frequente era visitado por indivíduos do Partido do MPLA que distribuíam rebuçados aos crentes jovens aliciando-os desta forma para abandonarem a Igreja e aderirem ao comício político e a Missão de Caconda que foi ocupada pelo governo do MPLA.

2. Que situações suportaram os catequistas e outros líderes cristãos que se mostraram activos e persistentes na promoção dos valores cristãos “desafiando” o primeiro presidente de Angola que em 1977, declarou o MPLA como partido de linhagem marxista-leninista e intolerante à religião?

R: Os líderes cristãos em geral e de forma particular os catequistas suportaram fortes humilhações. Naquela altura, estando na direcção das comunidades cristãs já como catequista várias vezes fui chamado pela polícia política para escolher entre a igreja e o partido por ter faltado nas actividades alusivas aos sábados vermelhos, e também pesou muito para estas chamadas o facto de ter promovido catequese intensiva em casa. A recordação mais triste nestas humilhações é da morte do Padre Leonardo Sikufinde que por ter sido o mais culto em Filosofia na altura a perseguição a esta figura culminou com a morte, acto que se supõe ter sido facilitado por um familiar deste padre afecto ao exército.

3. De que forma os diferentes grupos da comunidade cristã católica enfrentavam o problema dos mais desfavorecidos em consequência da guerra (refugiados, órfãos, viúvas, idosos e presos políticos)?

R: Os grupos que compõem a comunidade cristã sempre perseguiram o associativismo, e por isso as pequenas contribuições em espécie (farinha de milho, arroz e roupas) destes cristãos que eram promovidas pelos catequistas e não só, valeram muito para acudir os mais necessitados. Nesta empreitada merece destaque o padre Conor Courtney que era um autêntico embaixador Irlandês no Lubango. Este sacerdote manteve o activismo da solidariedade entre o povo irlandês e do Lubango, e das terras baixas da Irlanda se recebiam alimentos, vestuário e medicamentos. A Missão Nossa Senhora das Dores do Lubango com esta facilidade estrangeira reforçada com a actividade do PAM, organizou as cozinhas comunitárias onde se distribuía a papa de milho e soja, o pirão e o arroz. No que tange a saúde foi de grande destaque as Irmãs do Santíssimo Salvador (vulgo Relê) que não pouparam esforços para socorrer os doentes principalmente as mulheres grávidas.

4. Durante a guerra civil em Angola o direito dos cidadãos no que diz respeito à educação e saúde era letra vazia. As instituições da Igreja Católica foram eleitas pelas populações na busca da formação académica?

R: A Missão Nossa Senhora das Dores tem salas de aula que constituem um certificado incontestável daquilo que foi o desempenho da Igreja na educação dos refugiados principalmente vindos dos municípios de Caconda e Caluquembe. A escola foi criada pelo padre Conor Courtney.

5. Que mensagens os líderes religiosos católicos transmitiam em momentos de desespero da população?

R: Os líderes religiosos transmitiam mensagens de esperança e incentivavam mais as Orações para a conquista da paz.

6. A visita do Papa João Paulo II representou um passo para a reconciliação dos Angolanos?

R: A visita do Papa João Paulo II teve sua validade para a paz na medida em que contribuiu para a redução das vinganças entre os angolanos.

7. Em vésperas das primeiras eleições de Angola, nos diferentes grupos da comunidade cristã católica do Lubango se promoveu educação eleitoral para os membros em idade eleitoral?

R: Nas comunidades católicas se promoveu sim algumas lições de educação eleitoral mas o esforço da Igreja nesta educação ficou dificultado pelo analfabetismo que conduziu as pessoas a um voto cego e inconsciente.

8. Quais são os factos que de forma geral marcaram a actividade da Igreja Católica e resumem o contributo da mesma no processo político de Angola de 1960-1992?

R: A lista de factos de destaque que marcaram este período começa para mim, com a posição ambígua do Estado que se aproveitou dos quadros formados pela Igreja Católica e optou por agir agressivamente contra a mesma nacionalizando as instituições da Igreja, encerrando os seminários que de forma clandestina passaram a funcionar conectados as famílias cristãs que adoptaram os seminaristas nas suas casas. Na minha casa viveram os seminaristas Camilo Laagel e Simião Caita, que daí saíam diariamente para a residência dos padres com fito de se formar. O padre José Pomba ficou também em casa de um cristão que de forma voluntária o acolheu para se formar.

A Igreja durante o início da segunda fase de guerra civil prestou-me grande ajuda. O tribalismo teve grande vigência no massacre de 1992 e só não se consumou a nossa inclusão aos números dos vitimados por ajuda dos irmãos da Igreja Católica que veicularam muita informação positiva e desconstruíram a visão negativa na altura que nos associava à UNITA por sermos Ovimbundu.

Caracterização do Entrevistado 3

Nome: Marcos José dos Santos

Local: Lubango

Profissão: Professor (reformado)

Idade: 72 anos

Data: 11-07-2023

Estado Civil: Casado

1. Após a proclamação da independência os lugares sagrados (paróquias e missões) foram profanados?

R: A proclamação da independência de Angola representou para a Igreja Católica abertura de um período de mais aflições pelo facto do governo do MPLA ter se servido de alguns espaços de culto para estocagem de material bélico, bens alimentares e em muitos casos as missões eram autênticos quartéis.

2. Que situações suportaram os catequistas e outros líderes cristãos que se mostraram activos e persistentes na promoção dos valores cristãos “desafiando” o primeiro presidente de Angola que em 1977, declarou o MPLA como partido de linhagem marxista-leninista e intolerante à religião?

R: Os catequistas e outros líderes cristãos tiveram de enfrentar várias vicissitudes com destaque às transferências compulsivas, despromoções e perseguições que em alguns casos terminaram com a morte. Nesta época, já como catequista em 1981-83 na frequência do ensino médio sofri pressão do Estado, professores (Filosofia) e membros da direcção da escola para abandonar a religião. A campanha activada por estes elementos foi tão forte que me levou mesmo a elaborar dois requerimentos para demissão da função de professor e anular a matrícula. Por força deste documento, recebi emissários da Direcção Provincial da Educação em casa e, após longa conversa, a demissão não foi concretizada. No entanto, vi reduzida a confiança nas funções laborais uma vez que já nunca mais fui seleccionado para frequentar os cursos de formadores que se realizavam em Luanda. Aconteceram mortes de líderes religiosos, e é de destacar os

missionários Martinho e Afonso Henriques assassinados em Caconda na Missão Padre Ernesto Lecomte em 1976/77.

3. De que forma os diferentes grupos da comunidade cristã católica enfrentavam o problema dos mais desfavorecidos em consequência da guerra (refugiados, órfãos, viúvas, idosos e presos políticos)?

R: A Igreja Católica em Angola no momento da independência não tinha grupos bem organizados por força das consequências da guerra, por isso, os grupos (Legião de Maria, Apostolado de Oração, Congregação Mariana, excepto a Promaica que é o grupo mais recente) tiveram actuação tímida e limitada para acudir os mais carentes. A ajuda aos refugiados, órfãos, viúvas e idosos foi dada essencialmente pela Cáritas, braço caritativo da Igreja onde trabalhei 10 anos (1988-1998), que recebia bens do estrangeiro. A nível da Cáritas foi activado um programa de emergência e de outros países se angariavam bens como alimentos, roupas, chapas para cobertura de habitações, sabão e medicamentos. Em quase todas as paróquias e missões havia centros de distribuição e cozinhas comunitárias.

4. Durante a guerra civil em Angola o direito dos cidadãos no que diz respeito à educação e saúde era letra vazia. As instituições da Igreja Católica foram eleitas pelas populações na busca da formação académica?

R: A Igreja Católica trabalhou sempre para os mais desfavorecidos e fazendo um recuo no tempo, confirmo ter feito a primeira, segunda e terceira classes no centro missionário católico de Caluvombôlo, em Caconda entre 1957/60. Neste centro de Caconda estudava-se sem custear nada, enquanto as escolas da Vila de Caconda serviam para formar a elite branca e mais abastada. A partir de 1975 os projectos de formação ficaram debilitados e fracassados, os seminários passaram a funcionar de forma clandestina na cidade do Lubango. O senhor Francisco Manuel fez da sua casa um pequeno seminário passando por esta casa os actuais sacerdotes Dom Pio Hipunyati, o padre Pio Wacussanga, o padre Candongo e o actual pároco do Hoque, o padre

Angelino Firmino. A Igreja Católica foi parceira e em muitos casos substituiu o Estado na empreitada da formação académica.

5. Que mensagens os líderes religiosos católicos transmitiam em momentos de desespero da população?

R: Os líderes religiosos católicos nos momentos de desespero transmitiam sempre mensagens de coragem, firmeza e consolo às populações com base na fé em Deus.

6. A visita do Papa João Paulo II representou um passo para a reconciliação dos Angolanos?

R: A visita do Papa João Paulo II teve sua validade para a paz na medida em que vimos pela primeira vez, entidades do governo (MPLA) e da UNITA a partilharem o mesmo espaço num acto de projecção internacional.

7. Em vésperas das primeiras eleições de Angola, nos diferentes grupos da comunidade cristã católica do Lubango se promoveu educação eleitoral para os membros em idade eleitoral?

R: A promoção da educação eleitoral em 1992 nas comunidades católicas aconteceu e todos os activistas neste processo tiveram como base a Carta Pastoral dos Bispos da CEAST enviada a todas as comunidades como matriz da educação cívica eleitoral.

8. Quais são os factos que de forma geral marcaram a actividade da Igreja Católica e resumem o contributo da mesma no processo político de Angola de 1960-1992?

R: A grande marca é, sem dúvida, o facto dos dirigentes cristãos católicos sofrerem as perseguições durante muito tempo. E os catequistas por serem anticomunistas eram catalogados como apoiantes da UNITA.

Caracterização do Entrevistado 4

Nome: Estevão Foster

Local: CEML- Lubango

Profissão: Médico Cirurgião

Idade: 73 anos

Data: 13-07-2023

Estado Civil: Casado

1. Após a proclamação da independência os lugares sagrados (paróquias e missões) foram profanados?

R: Na sequência da deficiente proclamação da independência em 1975, de facto o governo de Angola – MPLA profanou as instituições da Igreja, fazendo expropriações. A relação destas expropriações ao marxismo-leninismo adoptado pelo MPLA não esgota a resposta é preciso lembrar que as instituições da Igreja Católica foram construídas com o dinheiro do Estado português e foi uma grande aberração por parte do governo a confiscação do Lar Evangélico do Lubango que foi construído com dinheiro dos parceiros da Igreja, sem apoio do Estado colonial português. Portanto, na história de Angola, os católicos e protestantes têm muita semelhança e neste aspecto, lembrar que o primeiro missionário protestante em Caluquembe Heli Chatelain ainda participou do tráfico de escravos.

2. Que situações suportaram os catequistas e outros líderes cristãos que se mostraram activos e persistentes na promoção dos valores cristãos “desafiando” o primeiro presidente de Angola que, em 1977, declarou o MPLA como partido de linhagem marxista-leninista e intolerante à religião?

R: Atendendo a doutrina que o estado escolheu que é o marxismo – leninismo alguns catequistas e outros dirigentes foram sim perseguidos.

3. De que forma os diferentes grupos da comunidade cristã católica enfrentavam o problema dos mais desfavorecidos em consequência da guerra (refugiados, órfãos, viúvas, idosos e presos políticos)?

R: Sobre os grupos das comunidades nas poucas sessões de orações em que participei porque prestávamos alguma ajuda atendendo pacientes na Missão Nossa Senhora das Dores (Lubango) já tive oportunidade de ouvir lerem um anúncio para contribuições de solidariedade, no entanto de forma geral, o grande promotor activista das ajudas era o padre Conor Courtney, meu amigo que reuniu os chamados meninos de rua no seu quintalão dando-lhes abrigo. Para os refugiados, o padre Conor Courtney ajudou bastante, manteve activa uma cozinha comunitária e para cuidar da saúde da comunidade, prestava a sua ajuda na mobilização de médicos e comunicava as comunidades para aderirem às consultas. Conheci um catequista do Nambambi, senhor Correntino, que ajudava no transporte de pacientes tirando-os do Nambambi para a Missão Nossa Senhora das Dores.

As Médicas Missionárias de Maria do Chiulo no Cunene merecem destaque neste âmbito da saúde. É que no meio de tantas necessidades elas de forma incansável trabalhavam para o bem de todo o povo e várias vezes solicitaram a nossa ajuda principalmente após a saúde da Doutora Maria ter caído em debilidade por conta do câncer da mama. Concluindo, a nível da saúde havia uma colaboração entre católicos e protestantes e a Cáritas nesta cooperação sobressai porque esta instituição de carisma caritativo, deu em várias ocasiões medicamentos e outros materiais gastáveis para o hospital catalogado como protestante de Caluquembe.

4. Durante a guerra civil em Angola o direito dos cidadãos no que diz respeito à educação e saúde era letra vazia. As instituições da Igreja Católica foram eleitas pelas populações na busca da formação académica?

R: Sobre esta questão o que pude presenciar é o padre Conor Courtney muito preocupado com a criação de mais salas e formação dos meninos de rua.

5. Que mensagens os líderes religiosos católicos transmitiam em momentos de desespero da população?

R: Os líderes religiosos no geral encorajavam os fiéis e a população em geral a terem esperança e fé.

6. A visita do Papa João Paulo II representou um passo para a reconciliação dos Angolanos?

R: A visita do papa João Paulo II representou mais a reconciliação entre a Igreja Católica e o MPLA, o facto que confirma a minha posição foi o baptismo do filho do Presidente de Angola, ritual realizado na altura pelo Papa, terminando com uma comemoração de luxo e publicitada pela Televisão Pública de Angola. Este ritual embora religioso, não se manteve estanque, de forma indirecta promoveu a imagem do Presidente José Eduardo dos Santos enquanto o Jonas Savimbi perdia tempo e eleitores à medida que foi fazendo a campanha como militar e de jeito pouco diplomático.

7. Em vésperas das primeiras eleições de Angola, nos diferentes grupos da comunidade cristã católica do Lubango se promoveu educação eleitoral para os membros em idade eleitoral?

R: A Igreja Católica naquela altura publicara uma carta por meio dos Bispos da CEAST, mas a não frequência por minha parte nestes grupos limita a minha resposta. O provável é que nas comunidades cristãs católicas e não católicas tivessem tal educação cívica. Portanto, desta não resultaria muito sucesso eleitoral porque o voto em Angola é tribal e quanto à questão tribal o Nganguela nunca daria seu voto a Savimbi por conta da alegada escravatura que coloca os Ovimbundu na posição de traficante activo dos Nganguelas.

8. Quais são os factos que de forma geral marcaram a actividade da Igreja Católica e resumem o contributo da mesma no processo político de Angola de 1960-1992?

R: A grande marca é sem dúvida o facto de se ter desconsiderado em alguns momentos as fronteiras entre protestantes e católicos e, penso

que para o futuro o melhor é o Estado tratar com igualdade as Congregações anulando as preferências porque a doação do Estado para reabilitação do Santuário da Muxima estimada à volta de 400 milhões de dólares visa deixar os protestantes numa posição de menos privilégio. Em suma, a Igreja Católica no processo político lutou para a democratização mesmo com o entrave histórico do tribalismo e o analfabetismo. Por isso acredito que se a UNITA tiver um bom projecto político o Nganguela não vai votar na UNITA pelo facto de um soberano dos Ovimbundu os ter vendido como escravos e não saberem interpretar os projectos políticos.

Caracterização do Entrevistado 5

Nome: Dom Zacarias Kamwenho

Local: Bispado- Lubango

Profissão: Arcebispo

Idade: 89 anos

Data: 14-07-2023; 20-07-2023

Estado Civil: Solteiro

1. Após a proclamação da independência os lugares sagrados (paróquias e missões) foram profanados?

R: O período posterior a proclamação da independência de Angola com a declaração da orientação marxista-leninista pelo MPLA abriu uma outra fase para a Igreja em Angola, em que vimos lugares sagrados a servirem de quartéis e principalmente armazéns de bens alimentares ao serviço do comércio. Naquela altura, do Uíge, Dom Francisco da Mata Mourisca teve de abandonar o bispado e seguir para Luanda, os missionários da Kibala refugiaram-se no Waku-Kungo. No Uíge, Agostinho Neto mandou repor as coisas notou exageros porque alguns queriam ser mais marxistas que o próprio teorizador e Lúcio Lara também defendeu algumas missões no norte.

2. Que situações suportaram os catequistas e outros líderes cristãos que se mostraram activos e persistentes na promoção dos valores cristãos “desafiando” o primeiro presidente de Angola que em 1977 declarou o MPLA como partido de linhagem marxista-leninista e intolerante a religião?

R: Os catequistas no período pós-independência de facto desafiaram a máxima do MPLA, que consistia em pôr fim à religião num prazo de 50 a 70 anos. O braço forte dos catequistas que com a actividade dos movimentos do apostolado perpetuou o cristianismo levantou a ira de muitos cegos e fanáticos por propagandas políticas que apostaram em castigar estes humildes servos de Deus e, muitos casos resultaram em mortes.

3. De que forma os diferentes grupos da comunidade cristã católica enfrentavam o problema dos mais desfavorecidos em consequência da guerra (refugiados, órfãos, viúvas, idosos e presos políticos)?

R: Os diferentes grupos dos mais necessitados foram acudidos pela Cáritas, instituição que sobreviveu à transição por ter uma direcção já nacionalizada bastando dizer que o seu presidente na altura foi o actual Cardeal Dom Alexandre do Nascimento. Portanto, a Cáritas sobreviveu diferentemente das Conferências Vicentinas que por terem uma estrutura com base na população branca não sobreviveu.

4. Durante a guerra civil em Angola o direito dos cidadãos no que diz respeito à educação e saúde era letra vazia. As instituições da Igreja Católica foram eleitas pelas populações na busca da formação académica?

R: Na busca da formação a Igreja Católica e todas outras igrejas históricas foram sim eleitas. Com todos os defeitos, a Igreja Católica era a única que tinha a escola mais avançada para além da 4ª classe no tempo colonial, e foi a partir daí que a Igreja assumiu o ensino dos indígenas, as escolas de outras Igrejas eram uma espécie de sucursais da academia controlada pela Igreja Católica em Angola porque os exames eram válidos só quando realizados na instituição católica.

Pelo desempenho da Igreja na formação antes da independência de Angola o povo ficou a saber que na Igreja encontrou a escolaridade, a destacar os seminários e escolas dos monitores-professores. Por isso é que o Estado optou na luta para encostar a Igreja porque tinha a certeza de que o povo após a independência não desligaria da Igreja Católica. A construção do homem só pela política partidária frustrou a população porque viu-se impedida de formar os seus filhos uma vez que a criança só era dos pais dos zero (0) aos cinco (5) anos de idade. Nesta altura os encaminhamentos de estudantes para o estrangeiro, tinha como eleição Cuba e outros países do Leste da Europa e para estudar em Angola a camisa partidária era determinante, principalmente para se fazer o curso de Direito na Universidade Agostinho Neto.

5. Que mensagens os líderes religiosos católicos transmitiam em momentos de desespero da população?

R: Os líderes religiosos no geral encorajavam os fiéis e a população no sentido de promover mais esperança e fé.

6. A visita do Papa João Paulo II representou um passo para a reconciliação dos angolanos?

R: A visita do papa João Paulo II representou sem sombra de dúvidas um passo para a reconciliação dos angolanos, e esta preocupação é visível nos seus discursos dirigidos para os bispos, líderes políticos de Angola, cristãos, jovens e o povo em geral. O triste foi o facto de muitos políticos se terem aproveitado da imagem do Papa para a campanha eleitoral.

7. Em vésperas das primeiras eleições de Angola, nos diferentes grupos da comunidade cristã católica do Lubango se promoveu educação eleitoral para os membros em idade eleitoral?

R: A Igreja Católica naquela altura, 1991/1992, em todas as dioceses de Angola se prestou na educação dos eleitores num prazo de aproximadamente (1) um ano e a matriz da preparação foi um documento dos bispos intitulado «*Mensagem Pastoral Sobre o Actual Momento Político “Políticos, Democracia e Justiça”*».

8. Quais são os factos que de forma geral marcaram a actividade da Igreja Católica e resumem o contributo da mesma no processo político de Angola de 1960-1992?

R: A actividade da Igreja Católica ficou marcada de forma positiva por meio de documentos. Neste âmbito a tónica recai para a CEAST, que nas Cartas Pastorais, e não só, foi denunciando a intolerância e violação dos direitos humanos. E no aspecto negativo temos o facto da Igreja Católica em Angola mesmo pela idoneidade e experiência comprovadas não ter recebido convite formal para dar com liberdade os seus

préstimos aquando da realização dos principais Acordos de Paz em Angola.

Caracterização do Entrevistado 6

Nome: Joana Ndjepele

Local: Tchavola - Lubango

Profissão: Professora

Idade: 66 anos

Data: 18-07-2023

Estado Civil: Solteira

1. Após a proclamação da independência os lugares sagrados (paróquias e missões) foram profanados?

R: Sobre a profanação dos lugares sagrados pude testemunhar a profanação da Missão de Sangueve, no Galangue. Naquela altura por força da declaração de que o MPLA é de linhagem marxista-leninista, a Missão foi ocupada e convertida em um autêntico quartel dos cubanos, após o terror causado por um soldado julgado muito fiel ao MPLA que entrou na Igreja e fazendo uso da arma de fogo quebrou todos os objectos sagrados. Sobre as missões profanadas ainda tenho a citar a Missão Evangélica Congregacional do Bunjei e a Missão Católica de Bela Vista – Katchiungo onde o braço armado do MPLA matou o padre Antero alegando que era da África do Sul.

2. Que situações suportaram os catequistas e outros líderes cristãos que se mostraram activos e persistentes na promoção dos valores cristãos “desafiando” o primeiro presidente de Angola que em 1977 declarou o MPLA como partido de linhagem marxista-leninista e intolerante a religião?

R: A declaração do primeiro Presidente a respeito da linhagem marxista-leninista do MPLA podemos considerá-la um certificado de perseguição e morte para padres e catequistas. Foi neste contexto que os padres Nicolau, Albino Saluaco, Adriano Cassala e Gabriel Bambi foram mortos em emboscadas perpetradas por forças de difícil identificação que muitos presumem ser do MPLA. Do pessoal que servia a Missão de Sangueve, o catequista Fernando Vilissandule foi obrigado a se servir da Bíblia como refeição, a Bíblia era equiparada a bandeira da UNITA pelo

MPLA e a autoridade mais baixa da sociedade era a sacerdotal. Os padres eram obrigados a participarem dos sábados e domingos vermelhos, a reclamação do padre José Soma sobre estas actividades resultou na condenação e cumprimento de 90 dias de cadeia. A política partidária determinava e estava acima de tudo. No Huambo a ordenação do seminarista Abel que se previa realizar de dia, só aconteceu de noite porque o Bispo Dom Manuel Franklin da Costa foi obrigado a esperar a visita proveniente de Luanda e assistir ao comício até ao fim.

3. De que forma os diferentes grupos da comunidade cristã católica enfrentavam o problema dos mais desfavorecidos em consequência da guerra (refugiados, órfãos, viúvas, idosos e presos políticos)?

R: Os grupos que compõem a comunidade cristã católica, e não só, têm a solidariedade como um dos princípios fundamentais. Por isso, excluindo a Promaica (mais recente), a Legião de Maria, Congregação Mariana e o Apostolado da Oração, sempre acudiu na medida do possível os necessitados com roupas usadas e alimentação. Nesta prestação, estou lembrada de ter visto a minha mãe várias vezes ter levado fuba para acudir alguém que acabava de chegar no Huambo na condição de refugiada. A maior ajuda foi dada pela Cáritas de Angola porque naquela altura do monopartidarismo não foi só a guerra que multiplicava os carentes, também a política do comunismo debilitou o povo.

4. Durante a guerra civil em Angola o direito dos cidadãos no que diz respeito à educação e saúde era letra vazia. As instituições da Igreja Católica foram eleitas pelas populações na busca da formação académica?

R: Sim, as instituições da Igreja foram sempre solicitadas porque no âmbito do género feminino estou lembrada que a minha irmã após ser ordenada madre [fazer a profissão religiosa], teve sempre na casa do noviciado um número considerável de meninas que buscavam a formação académica e não só.

5. Que mensagens os líderes religiosos católicos transmitiam em momentos de desespero da população?

R: Os líderes religiosos transmitiam mensagens no sentido de encorajar os fiéis.

6. A visita do Papa João Paulo II representou um passo para a reconciliação dos angolanos?

R: Aquando da visita do Papa João Paulo II, já estava a residir no Lubango. Pude ver que as pessoas foram mais movidas pela ansiedade de conhecer o representante de Cristo na terra, não importando se eram católicos, baptistas, congregacionistas, metodistas ou evangélicos. Portanto, a presença do Papa João Paulo II contribuiu para a unidade dos angolanos, e mesmo em pouco tempo as diferenças partidárias foram ultrapassadas.

7. Em vésperas das primeiras eleições de Angola, nos diferentes grupos da comunidade cristã católica do Lubango se promoveu educação eleitoral para os membros em idade eleitoral?

R: Nas comunidades católicas se apelava mais ao voto consciente, estava proibida a propaganda política na Igreja, feita por meio da exibição das cores partidárias no vestuário. No entanto, era ainda visível algum receio.

8. Quais são os factos que de forma geral marcaram a actividade da Igreja Católica e resumem o contributo da mesma no processo político de Angola de 1960-1992?

R: A Igreja Católica deu grande prestação e aqui é de destacar o padre Conor Courtney cuja cozinha comunitária na Missão Nossa Senhora das Dores serviu muita gente. Foi um padre activo e articulava a sua pastoral na resolução dos problemas da alimentação, saúde, formação e salvação dos perseguidos por questões políticas. Para esta empreitada recebia apoios do PAM, Cáritas e doações vindas do estrangeiro, principalmente dos seus compatriotas da Irlanda. Sobre os perseguidos

devido às questões políticas, quando trabalhei como chefe da cozinha comunitária da missão Nossa Senhora das Dores, a partir de 1992, várias vezes o padre Conor Courtney fazia a seguinte questão: Sabes quantos mais hoje salvei da perseguição política para seguirem em zona segura?